

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
(RFEPECT)
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-CÂMPUS
FLORIANÓPOLIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (PROFEPT)

MILENE APARECIDA MARTINS SOBRAL

**“NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS”: A TRANSFORMAÇÃO DO
CEFET-SC EM IFSC**

Florianópolis

2023

MILENE APARECIDA MARTINS SOBRAL

**“NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS”: A TRANSFORMAÇÃO DO
CEFET-SC EM IFSC**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Linha de Pesquisa: Organizações e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roberta Pasqualli

Florianópolis

2023

CDD 370.113
S677n

Sobral, Milene Aparecida Martins

No novo tempo... apesar dos perigos: a transformação do CEFET-SC em IFSC – [Dissertação] / Milene Aparecida Martins Sobral; orientação de Roberta Pasqualli – Florianópolis, 2023.

153 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Federal) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. História da Educação Profissional e Tecnológica. 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. I. Pasqualli, Roberta. II. Título.



“NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS”: A TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC

A Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Florianópolis, 05 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTA PASQUALLI**
Data: 06/08/2023 11:09:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Roberta Pasqualli (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DOS ANJOS LOPES VIELLA**
Data: 04/08/2023 11:27:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Maria dos Anjos Lopes Viella (Membro Examinador Externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina



Prof. Dr. Jair José Maldaner (Membro Examinador Interno) Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins

Caderno de Depoimentos:
As vozes dos sujeitos envolvidos na TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC

O Produto Educacional foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Florianópolis, 05 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente
 ROBERTA PASQUALLI
Data: 06/08/2023 11:09:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Roberta Pasqualli (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Documento assinado digitalmente
 MARIA DOS ANJOS LOPES VIELLA
Data: 04/08/2023 11:27:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Maria dos Anjos Lopes Viella (Membro Examinador Externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina



Prof. Dr. Jair José Maldaner (Membro Examinador Interno)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Aparecida e Jair (in memorian), que mesmo com pouco acesso à educação formal, nunca deixaram de acreditar no poder transformador da educação e sempre incentivaram eu e meu irmãos a estudar.

Aos meus irmãos Jaison e Isabela, pelos momentos compartilhados e por estarmos sempre juntos nas alegrias e nas tristezas.

Ao meu companheiro de vida, Bruno, pelo carinho, paciência e pelas horas de conversa quando o desânimo ou cansaço chegavam aqui. Agradeço imensamente pelas demonstrações de afeto e incentivo e por assumir a minha parte na rotina da nossa vida para que eu conseguisse finalizar esse trabalho.

À minha filha Cecília, que sempre se mostrava intrigada com o fato de uma pesquisa da “escola” demorar tanto tempo para ser concluída. Eu sempre ria alto quando você perguntava: Mãe, mas não acabou ainda? Agora acabou, meu bem.

À minha querida orientadora, professora Roberta Pasqualli, pela paciência, generosidade, pelos caminhos apresentados desde do início dessa pesquisa. Você contribui diariamente para um ambiente acadêmico saudável e de muito aprendizado. Muito obrigada!

Às minhas queridas amigas de uma vida toda, Cristina, Samara, Mari, Katinha, Momo, Memete e Cristiane por seguirmos juntas por todos esses anos e sempre encontrar em vocês um dos meus portos seguros. Obrigada queridas!

Às/aos companheiras/os de trabalho da Pró-Reitoria de Ensino do IFSC, pelos 11 anos de trabalho coletivo e de tantas trocas, em especial aos amigos/as da DAE e Diren. Um agradecimento muito especial às amigas Alessandra e Janaína, que fizeram a gentileza de ler esse trabalho antes da qualificação e fizeram contribuições preciosas.

Às/os companheiras/os de trabalho da Coordenadoria Pedagógica do Câmpus Florianópolis, pela acolhida no câmpus e por assumiram minhas demandas de trabalho, para que eu pudesse me dedicar nos últimos meses, exclusivamente a este estudo. Muito obrigada.

À professora Maria dos Anjos e ao Professor Jair Maldaner pelas valiosas contribuições na qualificação e por comporem a banca examinadora final deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

À todas e todos os servidores do IFSC que aceitaram participar da pesquisa e dividiram comigo suas lembranças, sem isso essa pesquisa não seria possível. Agradeço imensamente a todas/os vocês.

NOVO TEMPO

No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos crescidos
Estamos atentos
Estamos mais vivos
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
No novo tempo
Apesar dos perigos
Da força mais bruta
Da noite que assusta
Estamos na luta
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra que nossa esperança
Seja mais que a vingança
Seja sempre um caminho
Que se deixa de herança
No novo tempo
Apesar dos castigos
De toda fadiga
De toda injustiça
Estamos na briga
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
No novo tempo
Apesar dos perigos
De todos pecados

De todos enganos
Estamos marcados
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra que nossa esperança
Seja mais que a vingança
Seja sempre um caminho
Que se deixa de herança...
No novo tempo
Apesar dos castigos
Estamos em cena
Estamos nas ruas
Quebrando as algemas
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
Pra nos socorrer
No novo tempo
Apesar dos perigos
A gente se encontra
Cantando na praça
Fazendo pirraça
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra sobreviver
Pra que nossa esperança
Seja mais que a vingança
Seja sempre um caminho
Que se deixa de herança...

Ivan Lins e Vitor Martins, 1984.

RESUMO

A partir da Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais (IFs) passaram a ter sua oferta especializada em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio da oferta de diferentes níveis e modalidades de cursos, que vão desde formação inicial e continuada até a pós-graduação. Neste sentido, a presente de pesquisa tem como objetivo analisar quais eram os entendimentos e as expectativas dos servidores do então CEFET-SC acerca da transformação institucional a partir do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva com procedimentos bibliográficos, documental e de campo com servidores do IFSC. Foi utilizado, como técnica de pesquisa, o estudo de caso instrumental e, para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Como resultados da pesquisa destaca-se o processo intenso de discussão institucional em torno da transformação, e toda a complexidade das expectativas e entendimentos dos sujeitos que participaram desse processo. O produto educacional proposto nesta pesquisa enquadra-se como material textual, classificado como livro digital no formato de caderno de depoimentos e foi nomeado como “Caderno de Depoimentos: As vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC”. Tem como finalidade colaborar para a preservação da memória institucional, bem como contribuir nas discussões e pesquisas que envolvam a nova institucionalidade e sua relação com EPT. Ele foi aplicado e avaliado por um grupo de servidores da Coordenadoria Pedagógica do câmpus Florianópolis e Pró-Reitoria de Ensino e, como resultados, destaca-se: a apresentação do processo de debate interno durante a transformação, as motivações envolvidas nesse processo, a preservação da história e memória institucional, além de contribuir para problematizar a nossa institucionalidade e suas implicações

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. História da Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Transformação CEFET-SC.

ABSTRACT

Since the adoption of Law 11.982, of december 29th, 2008, Institutos Federais (IFs) began to have Professional and Technical Education, by the offer of different courses's levels and modalities, ranging from inicial and continuous training up to post-graduation courses. This research goals are analyze what were CEFET-SC public servers's understangings and expectations about the institucional transformation through MEC/SETEC 02/2007 proposal's public call to constitute Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET and the publication of Federal Decree 11.892, of december 28th, 2008. Methodologically, it's an applied, qualitative and descriptive research, with bibliographic, documentary and field procedures with IFSC servers. As research techniches was used instrumental study case and content analysis as data analysis method. As research results, the intense process of institutional discussion around the transformation is highlighted, and all the complexity of the expectations and understandings of the subjects who participated in this process. The research's educational product proposed is a text material, classified as digital book in a template os testimonials notebook, and it was named by “Caderno de Depoimentos: As vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC”. It has the purpouse to colaborar with te institucional memoria preservation, as contribute in researchs and discussions about the new institutionality relashionship whit Professional and Technical Education. It was applied and evalueted by a group of some educational areas servers and, as a result detached (1) the internal debate presentation of process during the transformation, (2) the motivations involved in the process, (3) the institucional memory and history preservation and (4) the contribution to problematize our institutionality and its implications.

Keywords: Professional and Technical Education. History of Professional and Technical Education. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Creation of Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. CEFET-SC transformation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de pesquisas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos 2009 e 2021	22
Quadro 2: Relação de Produtos Educacionais na plataforma EduCAPES entre os anos de 2009 e 2021	27
Quadro 3: Taes divididos por níveis	63
Quadro 4: Tempo de trabalho na instituição	63
Quadro 5: Unidades de atuação dos participantes	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Conhecimento sobre as intenções do MEC em transformar em o CEFET-SC em IFET	70
Gráfico 2: Recordação sobre o debate sobre a transformação do CEFET-SC em IFET	73
Gráfico 3: Apropriação das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública	75
Gráfico 4: Participação no processo de consulta	80
Gráfico 5: Apropriação das teses apresentadas	80
Gráfico 6: Voto favorável ou contrário à criação do IF	81

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Local, data e turno das teses apresentadas nas Unidades

72

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjos Produtivos Locais
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONCEFET	Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica
DG	Direção Geral
EAA	Escola de aprendizes artífices
EAD	Educação a Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFSC	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
IFB	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia
IFGO	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás
IFMT	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
IFRJ	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
IFs	Institutos Federais de Educação
IFSC	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
MEC	Ministério da Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
ProFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica SC - Santa Catarina
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
TAE	Técnicos Administrativos em Educação

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA E A SUA ARTICULAÇÃO COM O OBJETO DA PESQUISA	16
1.1 A PESQUISADORA: DE ONDE EU FALO	16
1.2 A PESQUISA	18
1.2.1 O campo de estudo: Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina	19
1.2.2 Tema, problema e questões de pesquisa	27
1.2.3 Objetivo geral e específicos	28
1.3 METODOLOGIA	28
1.3.1 Caracterização da Pesquisa	28
1.3.2 Contexto e Participantes	30
1.3.2.1 Para a coleta e geração de dados da pesquisa	30
1.3.3 Instrumentos de Coleta de Dados	31
1.3.3.1 Para a coleta e geração de dados da pesquisa	32
1.3.3.2 Para a coleta e geração de dados da avaliação do Produto Educacional	32
1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	33
2 NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS, DA FORÇA MAIS BRUTA, DA NOITE QUE ASSUSTA... ESTAMOS NA LUTA!	34
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	34
2.1.1 Instituição e instituição escolar: de quem estamos falando?	34
2.1.2 A Rede Federal Pública de Educação Profissional e Tecnológica	37
2.2.3 Trabalho e educação: o trabalho como princípio educativo e qual tipo de formação estamos falando	43
3 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CONTEXTO NACIONAL	48
3.1 AS NOVAS INSTITUIÇÕES DE EPT E A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA	48
4 NO NOVO TEMPO, APESAR DOS CASTIGOS...ESTAMOS CRESCIDOS, ESTAMOS ATENTOS, ESTAMOS MAIS VIVOS: O QUE DIZEM OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE “TRANSFORMAÇÃO”	60
4.1 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA -IFSC, O PROCESSO INTERNO E OS SUJEITOS DESTE PROCESSO	60
4.2 OS SUJEITOS DA TRANSFORMAÇÃO: OS TRABALHADORES DO CEFET-SC	62
4.2.1 O debate para a transformação no CEFET-SC	64
5 PRODUTO EDUCACIONAL	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXO	100
APÊNDICES	105

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA E A SUA ARTICULAÇÃO COM O OBJETO DA PESQUISA

1.1 A PESQUISADORA: DE ONDE EU FALO

Faço o esforço de nas próximas linhas historicizar a minha trajetória de vida e profissional para apresentar os principais caminhos que me trouxeram até aqui, como profissional da Educação Profissional e Tecnológica e, também, como pesquisadora.

Nasci e cresci em Florianópolis, Santa Catarina (SC) numa pequena comunidade de pescadores, localizada no leste da ilha, chamada Barra da Lagoa. Filha e neta de pescadores artesanais, sou a filha mais velha de três irmãos. Venho de uma família de poucas e escassas oportunidades de escolarização, assim como a maioria da população brasileira entre os anos 50 e 60. Todos os meus antecedentes iniciaram sua vida no mundo do trabalho muito cedo. Quando criança, ouvia atentamente as histórias do meu avô e do meu pai sobre os perigos do mar e, também, as histórias da minha avó e da minha mãe sobre lavar roupas nos riachos do bairro e todo o trabalho de conserto das redes de pesca que cabia a elas. Desse modo, desde muito pequena, ouço histórias sobre o trabalho, mais especificamente sobre o trabalho braçal.

Apesar da pouca escolaridade dos meus familiares, a maioria deles acreditava que a escola poderia nos proporcionar um caminho diferente do deles ou, ainda, eles desejavam que o trabalho braçal feito por eles, não fosse feito por nós. Dessa forma, fomos incentivados a estudar desde sempre, por isso fui para a escola por volta dos cinco anos.

Toda a minha trajetória escolar foi feita em escolas públicas. Foi na escola do bairro onde morávamos que cursei e concluí o ensino fundamental e médio. Sempre fui uma aluna mediana, daquelas que os professores não lembram do nome, pois não faz parte do grupo dos melhores e nem dos piores. Deve ser por isso que, anos depois, enquanto professora, faço questão de chamar todos os meus estudantes pelo nome.

Nesse percurso, encontrei professores que me fizeram acreditar que era possível seguir e que escola é lugar de todos, não só dos melhores. Entretanto, não só de boas experiências foi marcada minha trajetória escolar, já que também tenho

lembranças de uma escola que exclui, que valoriza apenas determinados tipos de saberes, padrões de estudantes e que, por diversas vezes, ensina que aprofundar ou seguir estudando é apenas para alguns talentosos estudantes. Foi também nesse período, na metade do ensino médio, que iniciei minha vida de trabalhadora, com apenas 15 anos.

Meu primeiro trabalho foi como operadora de caixa de uma lanchonete e, depois disso, nunca mais parei. Trabalhei em loja de materiais de construção, em *Shopping Center*, até iniciar meu trabalho na escola. Meu primeiro trabalho no campo da educação foi numa pequena escola de educação infantil privada no meu bairro, como auxiliar de sala. Essa escola me ensinou muitas coisas e, entre elas, a importância da formação continuada para os profissionais da educação.

No final dos anos 90 cheguei até a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e lá um novo universo foi descoberto por mim. A Licenciatura e Bacharelado em História transformou para sempre o modo como eu vejo e entendo o mundo. Foi também no final da graduação que segui minha trajetória como trabalhadora da educação, desta vez como professora de História. Trabalhei, por nove anos, nas redes estadual, municipal e privada em Florianópolis com Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio.

Em 2010, iniciei minha trajetória na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Me tornei efetiva como Técnica em Assuntos Educacionais e trabalhei por 11 anos na Reitoria, lotada na Pró-Reitora de Ensino. Esse trabalho me possibilitou conhecer a complexidade da organização pedagógica e administrativa de uma instituição recém-criada, porém centenária. Durante os anos em que estive na Reitoria trabalhei inicialmente na Diretoria de Ensino, compondo a equipe técnica, que entre as diversas atribuições, dedicava-se naquele momento a implantação de diversos novos câmpus, e posteriormente em 2013, estive na Diretoria de Assuntos Estudantis, planejando, executando e avaliando as políticas de assistência estudantil.

A partir de 2020, durante a pandemia, fui removida para a Coordenadoria pedagógica do Câmpus Florianópolis e, atualmente, desenvolvo atividades de acompanhamento pedagógico com estudantes/professores/família dos cursos Técnico Integrado ao Ensino Médio e também dos Cursos Técnicos Subsequentes.

Segui minha vida acadêmica na especialização, agora no IFSC, em Educação

para a Diversidade com ênfase em Educação de Jovens e Adultos onde fui inserida, pela primeira vez, na pesquisa em EPT. Nessa especialização, escrevi sobre evasão nos primeiros cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no câmpus Florianópolis.

Gosto de recordar desta caminhada e tenho orgulho dela, atribuo a ela as diversas possibilidades cotidianas de reflexões sobre minha atuação profissional, enquanto servidora de uma instituição pública. Também confiro a essa caminhada a convicção de que a escola pública é direito de todos e que devemos contribuir para a garantia deste direito.

Sempre fui uma trabalhadora/aluna ou aluna/trabalhadora: o fato é que o trabalho me acompanhou na maior parte do meu processo de formação, desde os 15 anos que faço as duas coisas simultaneamente. Esses últimos 11 anos vivendo de forma intensa a EPT explicam eu ter chegado até aqui neste Mestrado.

Cheguei ao IFSC, em um momento muito peculiar: quando a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) experimentou uma grande expansão que mudaria para sempre o rumo da sua história.

Nesta direção, muitas são as minhas inquietações pessoais e profissionais no intuito de contribuir no campo da pesquisa científica da EPT. Tal pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT e no macroprojeto 4 do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), nomeada História e memórias no Contexto da EPT. A Linha de Pesquisa contempla projetos que trabalham as principais questões relacionadas à história e memória da EPT local, regional e nacional, considerando o mundo do trabalho a partir de estudos de disciplinas, eventos, instituições, currículos, espaços de formação e recursos didáticos, entre outros.

1.2 A PESQUISA

Iniciamos este capítulo com uma sistematização do panorama a respeito da EPT em Santa Catarina, trazendo informações acerca das mudanças institucionais ocorridas ao longo da trajetória desta instituição, apresentando desse modo o campo de estudo desta pesquisa.

1.2.1 O campo de estudo: Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina

A história da Rede Federal Educação Profissional de SC inicia-se, como no resto do país, a partir de 1909 por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina. O objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes menos favorecidas ou dos “desvalidos da sorte” (IFSC, 2020).

Durante os primeiros anos a instituição oferecia ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautação, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Na década de 1930, por meio da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, a instituição passou a se chamar Liceu Industrial de Florianópolis. (IFSC, 2020). Mediante Decreto de Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942, transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis e, neste momento, começou a ofertar cursos industriais básicos, com duração de quatro anos e cursos de mestria aos ingressantes no ensino secundário. (IFSC, 2020).

A partir da Lei nº 4.749, de agosto de 1965, o nome da instituição mudou novamente passando a se chamar Escola Industrial Federal de Santa Catarina. (IFSC, 2020). Por meio da Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968, a instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), nome que a tornou conhecida até os dias atuais, apesar de não se chamar mais assim. Nesse momento, a ideia era especializar-se em oferecer cursos técnicos de segundo grau. Naquele tempo, optou-se por iniciar a extinção gradativa do curso ginásial, por meio da supressão de novas matrículas na primeira série. Com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, encerrou-se o ensino de primeiro grau, passando a funcionar agora apenas com ensino de segundo grau. (IFSC, 2020).

Nos anos seguintes a ETFSC começou a expandir sua área de atuação. Em 1988 foi inaugurada a Unidade de São José, primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital; em 1994 foi implantada uma Unidade em Jaraguá do Sul e, em 1995 deu início ao curso de Enfermagem no município de Joinville, como extensão da Unidade de Ensino de Florianópolis. (IFSC, 2020). Entre os anos de 1970 e 1980 a ETFSC implantou diversos cursos técnicos: Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado. Na década de 1990, a ETFSC ampliou seu leque de atuação, passando também a oferecer cursos

na área de Informática, Enfermagem e Segurança do Trabalho na grande Florianópolis e cursos na área têxtil em Jaraguá do Sul. Em 1994, com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, todas as escolas técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), condicionado à publicação de decreto presidencial para cada centro. Somente em 27 de março de 2002, foi publicada a criação do Centro Tecnológico de Santa Catarina. (IFSC, 2020).

Com a nova legislação de 2005, a Lei nº 11.195, teve início em todo o país um processo de interiorização e de expansão das Instituições Federais de EPT. A legislação anterior datada de 1998, Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998, impedia a construção de novas escolas técnicas federais sem parceria com os estados. A revogação dessa Lei foi o primeiro passo dado pelo Ministério da Educação (MEC) para dar início ao processo de expansão da rede federal.

Em 2008, com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi criado, no âmbito do MEC, um novo modelo de instituição de EPT. Estruturados a partir do potencial instalado nos CEFET, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e Escolas vinculadas às Universidades Federais, nasceram os Institutos Federais de Educação (IFs), Ciência e Tecnologia, como observamos no 2º parágrafo da referida lei:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Diante dessa nova legislação, os IFs passaram a ter sua oferta especializada em EPT, por meio da oferta de diferentes níveis e modalidades de cursos, que vão desde a formação inicial e continuada à pós-graduação. Nessa nova configuração, receberam a tarefa de desenvolver suas atividades em ensino, pesquisa e extensão e é a partir da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET que este projeto de pesquisa do ProfEPT se constitui.

Com o intuito de verificar a produção acadêmica acerca deste campo de estudo, foi realizado, no mês de agosto de 2021, um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O recorte temporal utilizado nas bases de dados citadas, foi entre os anos 2009 e 2021. Justifica-se esta escolha em virtude da publicação, em dezembro de 2008, da Lei nº 11.892/2008.

Para a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Implantação, Criação, CEFET, História, Transformação, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Os descritores foram utilizados separadamente e, também, combinados entre si. Após as buscas foram analisados todos os títulos e, quando necessário, o resumo, para identificar temas que dialogassem com a investigação desta pesquisa. Ao final do levantamento identificou-se 685 ocorrências, divididos entre dissertações e teses.

Cabe salientar que a ampla maioria tratava de temas diversos, diferentes do proposto nesta pesquisa, e por isso foram excluídos do escopo, a saber: Formação de Professores na EPT, implantação de cursos (técnicos, licenciaturas e superiores), implantação de Programas Federais (Mulheres Mil, PRONATEC, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), expansão da Rede Federal, ofertas de cursos, EAD e assistência estudantil.

Destaca-se também que se identificou um número significativo de produções a respeito da transformação da Rede Federal de Educação Profissional em IFs. Essas pesquisas tinham como objeto o impacto da nova institucionalidade e o gerenciamento/administração das novas autarquias, todavia o mesmo quantitativo não foi identificado sobre as questões político-pedagógicas e tão pouco como investigação histórica.

Segundo Figueiredo, os debates sobre as questões políticos-pedagógicas também estiveram à margem no processo de transformação:

As disputas configuraram uma atmosfera, cujas influências extrapolaram a política em si e constituíram elementos de tensão, considerados determinantes para os atores envolvidos. De certa forma, pouco se discutiu sobre questões conceituais e filosóficas, uma vez que a balança dos interesses pendeu mais fortemente para as pautas de caráter administrativo, como as eleições para gestores, perda de autonomia e interesses do quadro de servidores, a exemplo da carreira e ocupação de espaços na administração e nos órgãos deliberativos. (FIGUEIREDO, 2019, p. 195).

A seguir, listamos as 12 dissertações e teses que, de algum modo, se aproximam do universo dessa pesquisa. Além disso, discorreremos sobre os debates apresentados, no intuito de apresentar como este processo foi visto e analisado pelos pesquisadores das referidas pesquisas.

Quadro 1: Relação de pesquisas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) entre os anos 2009 e 2021

ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
2013	Discursos na/da educação profissional e tecnológica: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Autora: Caroline Duarte Lopes de Borborema	Discursos na/da educação profissional e tecnológica: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
2013	Por que as instituições mudam? O caso do IFMT Autora: Renata Raizel Policarpo	Política pública, educação profissional, Institutos Federais, criação e implementação
2013	Instituto Federal do Piauí - Câmpus Parnaíba: trajetória de hoje, memória do amanhã (2007 – 2012) Autor: Jeferson Luís Marinho de Carvalho	IFPI. História da Educação. Tempo Presente. Ensino Profissionalizante.
2016	O Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia De Goiás: A Trajetória Histórica do Câmpus Goiânia. Autor: Edison de Almeida Manso	Histórico do IFG, Escola de Aprendizes Artífices, Escola Técnica de Goiânia, Escola Técnica Federal de Goiás, curso técnico integrado de nível médio, cursos de tecnólogos do CEFET-GO, linha histórica
2017	A educação profissional e tecnológica no contexto da expansão dos institutos de educação, ciência e tecnologia (lei 11.892/08) Autor: Cleverson Molinari Mello	Educação profissional Trabalho, Institutos Federais, Expansão
2017	Contextos político e educacional no Campus Natal – Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: da ETFRN ao IFRN, passando pelo CEFET/RN Autora: Hugo Manso Júnior	Educação Profissional. Campus Natal. Contexto Político e Educacional.
2017	A concepção de educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma Autora: Jaqueline Moritz	Política Educacional Educação profissional e tecnológica Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
2017	A Política Pública de Transformação do Sistema	Política Pública Sistema

	Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB Autora: Swamy de Paula Lima Soares	Federal de Educação Institutos Federais Identidade
2017	O Redesenho Da Educação Profissional E Tecnológica No Brasil Nos Dois Governos De Luíz Inácio Lula Da Silva: De Centros Federais De Educação A Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia: A Experiência Do IFPB (2003 - 2010) Autor: Francisco Thadeu Carvalho Matos	Educação Profissional. Institutos Federais; Representações Sociais.
2018	A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA Autor: Ricardo Torres Ribeiro	Trabalho. Educação profissional. Gerencialismo. Política pública. Institutos federais.
2018	A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a origem do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Autora: Katia Valeria Alves De Lima	Educação para o trabalho Interiorização Expansão da rede federal
2019	Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: contexto de influência, produção de texto e tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos Institutos federais Autor: Amilton de Moura Figueiredo.	Institutos federais. Políticas Públicas Educacionais. Educação Profissional. Ciclos de Políticas.

Fonte: IBICT (2021).

De acordo com Policarpo (2013) às Instituições não são estáticas, elas se modificam com o tempo, com a conjuntura política e econômica, com o surgimento de novas políticas públicas e com perfil dos governantes. As instituições que compõem a RFEPCT passaram ao longo de sua existência por diversas transformações. Deste modo, o estudo de Policarpo (2013) faz o esforço de aprofundar quais foram os motivos que levaram o governo federal à criação dessa nova institucionalidade e escreve:

[...] a Lei dos Institutos criou uma nova estrutura organizacional, agregou instituições com diferentes identidades, sua estrutura ficou semelhante à das Universidades Federais com muitas características em comum

principalmente no que se refere à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. Os Institutos exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. (POLICARPO, 2013, p. 34).

Para Ribeiro (2018) a EPT no Brasil passou por uma série de transformações nos últimos 25 anos e essas modificações estão ligadas às transformações no mundo produtivo e à nova organização do trabalho, o que tensionou para mudanças nos perfis dos cursos técnicos profissionais no nosso país. Deste modo, a referida pesquisa tem como objetivo analisar e avaliar os novos preceitos normativos criados a partir do estabelecimento da RFEPCT e dos IFs no Brasil, em especial, a constituição do Instituto Federal da Bahia (IFBA), através do marco legal posto pela Lei nº 11.892/2008. No entanto, também se evidencia os ganhos administrativos dos então CEFETs, a partir da nova organização institucional proposta:

[...] a direção-geral e demais cargos de gestão atendiam a uma “escola sede” e, em parte, também a outras unidades de ensino ao mesmo tempo. Desta forma, haveria então um certo ganho de cargos e funções para atender a uma estrutura hierarquicamente mais ampla, abrindo espaço para mais cargos em relação a outras unidades escolares sob a direção de uma nova reitoria. (RIBEIRO, 2018, p. 22).

Borborema (2013), corrobora com Ribeiro sobre as constantes mudanças do capital e como consequência as modificações no mundo do trabalho. Investiga em sua pesquisa qual as influências do macro contexto nas políticas de implantação dos IFs, considerando as intervenções dos organismos internacionais, as motivações para a referida transformação e a presença da concepção de politecnia. Tendo como principal enfoque a análise dos discursos no micro contexto do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e de que forma a criação IFs recontextualizou a EPT. É interessante observar que as teses criadas por grupos favoráveis e contrários no CEFET-SC, para subsidiar a votação que aconteceu no CEFET-SC, aparecem na pesquisa de Borborema (2013) como os discursos em disputa. Observamos aqui que grupos de servidores de SC exerceram um papel importante na discussão nacional que pautou a mudança institucional:

[...] na busca de dados empíricos para essa pesquisa, encontrei registros de um debate que aconteceu no CEFET-SC, entre dois grupos que defenderam pontos de vista diferentes, colocando discursos em disputa. [...] podemos considerar esse debate como um exemplo do que aconteceu no contexto da prática, demonstrando como esses grupos ressignificaram o conteúdo do Decreto nº 6.095/07 e construíram discursos distintos a partir de seus

interesses, experiências e vivências. (BORBOREMA, 2013, p. 109).

Manso (2016), traça a trajetória histórica do Instituto Federal de Goiás (IFGO), Câmpus Goiânia, desde sua fundação em 1909, até a última grande transformação que foi a criação dos IFs. Para este pesquisador, as transformações vivenciadas pelas escolas federais de EPT no Brasil, se explicam por meio das conjunturas políticas educacionais brasileiras. O pesquisador descreve as modificações do ensino profissional no referido câmpus. Destaca a importância dos estudos históricos das instituições e utiliza como metodologia a análise documental e história oral.

Para Lima (2018) a criação dos IFs foi um marco importante para a ampliação da oferta de EPT no Brasil e, também para contribuir com a realidade socioeconômica de cada região onde foi instalado. A pesquisa teve como foco a interiorização do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) a partir da regulamentação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e como a interiorização pode contribuir com o desenvolvimento regional. Entende que a década de 1990 deu início a uma nova fase de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, em função do processo de industrialização e que isso exigia mais trabalhadores capacitados. Deste modo, a educação profissional foi concebida como consequência das transformações no sistema de produção e intensificação no movimento de indústrias no país.

Figueiredo (2019), investiga o surgimento da nova institucionalidade dos IFs e alerta sobre os escassos estudos na construção desta política pública a partir dos contextos de influências. Nesse sentido, o autor aponta que o surgimento da nova instituição, não tem apenas ligações com a conjuntura política e econômica e com o contexto histórico, mas também de um conjunto de disputas que ocorreram durante o processo. Oficialmente o processo de transformação das instituições teve início em 2007 com a publicação do Decreto nº 6.095 de 24 de abril, que regulamenta as condições para recebimento de proposições. A respeito da “nova” concepção de EPT observa:

[...] por mais que uma política seja pensada, gestada, discutida, escrita e colocada em prática, ela será efetivada e vivida por pessoas, que não participaram de todos os seus ciclos. Por isso, as políticas são vivas, não estáticas e nada perfeitas. Cabe à sociedade, aos grupos que as vivenciam, transformá-las, por meio de um processo dialético, exercido na prática. FIGUEIREDO, 2019, p. 154).

Moritz (2017), discute a concepção de educação profissional propostas como políticas de Estado no governo Lula (2003-2011) e Dilma (2012-2016), para isso recorreu-se a estudos teóricos e a análises documentais. Observou-se que as demandas impostas pelo capital estão atreladas às mudanças educacionais no Brasil. Os marcos legais, a exemplo de estudos anteriores são: Decreto nº 6.095/2007, Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, PL nº 3.775/2008 e Lei nº 11.892/2008. Ressalta que a nova instituição não deve ser considerada nova, pois é resultante da integração de duas ou mais instituições federais de educação profissional do mesmo estado ou da transformação dos CEFETs, e acrescenta:

[...] podemos considerar que a contradição permeia a constituição dos IFs e os propósitos de atuação da instituição, uma vez que os discursos e documentos analisados ora apresentam compromisso com a oferta de uma EPT que potencialize o ser humano na perspectiva da emancipação e que vá “além do econômico”, ora está estreitamente alinhada com as demandas do capital e voltada para atender aos APL. (MORITZ, 2017, p. 87-88).

A partir dos estudos levantados sobre a temática desta pesquisa, percebe-se que a última ‘transformação’ ou, ainda, a nova institucionalidade da EPT da Rede Federal é um assunto complexo e pouco explorado nas pesquisas no campo da educação e do ensino. Percebeu-se que requer aprofundamento teórico e metodológico, para melhor compreensão das implicações político-pedagógicas, e também sobre os seus impactos a respeito da oferta de Educação profissional pública no âmbito nacional e também no âmbito local.

Por tratar-se de um mestrado profissional na área de ensino, e ter como condição obrigatória a produção de um produto educacional, também foi realizada uma pesquisa na EduCAPes, em fevereiro de 2022, com o intuito de levantar produtos educacionais que se aproximassem deste campo de estudo. Os descritores utilizados foram os também utilizados na pesquisa de base de dados, a saber: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Implantação, Criação, CEFET, História, Transformação, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Foram encontrados apenas 3 que se aproximam da proposta dessa pesquisa.

Quadro 2: Relação de Produtos Educacionais na plataforma EduCAPES entre os anos de 2009 e 2021

ANO	TÍTULO	TIPO
2014	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Instituto Federal) como nova institucionalidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT): uma análise na perspectiva de rede de política pública. Autor: Bernardo Kipnis	Livro Digital
2016	Processo histórico de criação e expansão do Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Patos de Minas Autor: Mário Lúcio de Ávila	Livro Digital
2019	A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais. Autora: Silvia Schiedeck	Vídeo

Fonte: EduCapes (2022).

1.2.2 Tema, problema e questões de pesquisa

O **tema desta pesquisa** é o processo de transformação do CEFET-SC em IFSC a partir da chamada pública MEC/SETTEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos, considerando quais os entendimentos e expectativas acerca da nova institucionalidade.

Nesta direção, o **problema desta pesquisa** é quais eram os entendimentos e as expectativas dos servidores do então CEFET-SC acerca da transformação institucional a partir lançamento da chamada pública MEC/SETTEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008.

Como **questões de pesquisa** destacam-se: (a): qual é a história de criação do IFSC que a bibliografia e os documentos oficiais revelam? (b) quais os entendimentos e expectativas que os servidores do CEFET-SC tinham com a transformação institucional? (c) como implementar, aplicar e avaliar um produto

educacional, no formato de *caderno de depoimentos*, visando à divulgação e preservação da história do IFSC?

1.2.3 Objetivo geral e específicos

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** analisar quais eram os entendimentos e as expectativas dos servidores do então CEFET-SC acerca da transformação institucional a partir do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008.

Os **objetivos específicos** propostos são: (a) apresentar um levantamento bibliográfico e documental referente à criação do IFSC; (b) identificar quais as percepções que os servidores do CEFET-SC tinham acerca da transformação institucional, (c) implementar, aplicar e avaliar um produto educacional, no formato de caderno de depoimentos visando à divulgação e preservação da história do IFSC, a problematização da nova institucionalidade e seus desafios.

1.3 METODOLOGIA

Apresentaremos, a seguir, os procedimentos metodológicos da pesquisa. Para tanto, esta seção está organizada em três tópicos. No primeiro, apresentamos e justificamos as características do estudo; no segundo trazemos o contexto da pesquisa e os participantes e, por último, os instrumentos de coleta de dados.

1.3.1 Caracterização da Pesquisa

Como mencionado anteriormente, esta pesquisa analisou os entendimentos e as expectativas dos servidores do antigo CEFET-SC acerca da transformação institucional entre período do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008.

Quanto à natureza, a pesquisa é **aplicada**. Conforme Prodanov e Freitas

(2013), esse tipo de pesquisa objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Por se tratar de uma pesquisa aplicada, a pesquisa propõe a elaboração, implementação e avaliação de um caderno de depoimentos, como produto educacional, que abordará a trajetória do processo de transformação do IFSC.

O produto educacional, que caracteriza o Mestrado Profissional em Ensino, é de acordo com o Regulamento do programa, em seu **Artigo 2º** “ O ProfEPT tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Sendo assim, um produto educacional é todo o recurso desenvolvido para implementar e maximizar a produtividade nas instituições de ensino, seja ele voltado para a sala de aula ou para o próprio corpo administrativo da instituição.

Quanto a sua forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que os investigadores qualitativos necessitam frequentar os locais de estudo, para que entendam as ações e essas possam ser melhor compreendidas quando observadas em seu ambiente de origem. Numa comparação, Prodanov e Freitas (2013, p. 34) define que “é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc.”.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é **descritiva**. A pesquisa descritiva se caracteriza, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), como uma pesquisa que registra e descreve os fatos observados sem interferência do pesquisador. Além disso, se propõem a descrever determinado fenômeno, estabelecendo as possíveis relações com as diversas variáveis existentes. Vai também investigar a frequência, sua natureza, suas características, causas e relações com outros fatos:

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Quanto aos **procedimentos técnicos**, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso, que envolve, segundo Yin (2001), o estudo

profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. Para Yin (2001), o estudo de caso precisa ser significativo e de interesse público, neste sentido aprofundar as mudanças institucionais se torna necessário para compreender sua nova configuração e suas novas finalidades. Ainda de acordo com Yin (2001), o estudo de caso é um grande desafio para os pesquisadores, porém hoje se configura como uma das principais modalidades de pesquisa qualitativas nas ciências humanas e sociais. Para Yin (2001, p. 23), “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. A partir da proposta de Yin, que oferece parâmetros de coleta, apresentação e análise de dados, apresentaremos uma pesquisa com características descritivas.

Ainda sobre os estudos de caso, temos em Stake (2006) as definições de estudo de caso a partir da sua finalidade. Deste modo, a pesquisa aqui apresentada é um estudo de caso intrínseco, onde busca-se melhor compreensão de um caso apenas pelo interesse despertado por aquele caso particular.

1.3.2 Contexto e Participantes

1.3.2.1 Para a coleta e geração de dados da pesquisa

A pesquisa foi realizada inicialmente a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, que estabelecia critérios institucionais para os então CEFETs se transformarem em IFs. Destaca-se que a Direção-Geral do CEFET-SC estava, naquele momento, localizada no campus Florianópolis, entretanto esta pesquisa foi realizada com os servidores públicos do CEFET-SC de todas as Unidades que tiveram, naquele momento, envolvimento com a questão em pesquisa.

Sabe-se que aqueles sujeitos defendiam teses favoráveis e contrárias à transformação do CEFET-SC em IF e que, após disputas, as teses foram submetidas à consulta pública da comunidade escolar. A realização da pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFSC conforme Anexo A. A autorização para a realização da pesquisa encontra-se no Apêndice C.

O critério de inclusão dos participantes da pesquisa foi ser servidor público do

IFSC entre os anos de 2007 e 2008, já o critério de exclusão foi não ter participado das discussões da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007. Foram convidados 800 servidores, via endereço eletrônico, para participar da pesquisa respondendo ao questionário. Aceitaram participar da pesquisa 84 servidores que foram denominados como participantes (P).

No início da pesquisa a ideia era entrevistar dois (2) servidores que haviam participado da elaboração das teses apresentadas à época, pois tínhamos o seguinte cenário: a tese favorável a transformação do CEFET-SC em IFET foi assinada por 15 servidores, entre estes, nove eram mulheres e seis homens. Deste universo, 13 servidores/as pertenciam a carreira docente e dois servidores/as a carreira de Técnico Administrativo em Educação e todos em cargo de gestão no CEFET-SC na época. A tese contrária, contou com a assinatura de oito servidores/as, entre esses sete homens e uma mulher, sendo que todos/as faziam parte da carreira docente e eram lotados na Unidade de Florianópolis.

A partir deste contexto, a ideia era selecionar dois servidores que estiveram envolvidos na defesa de cada uma das teses e ainda que tivessem ocupado o cargo máximo da instituição: a reitoria.

Isso seria possível considerando que nos anos seguintes à transformação institucional, os sujeitos envolvidos na defesa de cada uma das teses tornaram-se Reitores/as eleitos.

Por fim, com o avanço da coleta dos materiais para a construção da pesquisa, percebeu-se que, primeiramente, os argumentos para as posições tomadas naquela ocasião foram explicitados de forma bastante clara nas teses defendidas, como nas atas das reuniões realizadas nas unidades. Analisou-se, ainda, que por se tratar de um capítulo da história recente da instituição, os sujeitos selecionados seriam facilmente identificados, pois se tornaram os primeiros reitores eleitos da instituição, o que feriria o anonimato. Diante do exposto optou-se por excluir as entrevistas propostas inicialmente.

1.3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico, fontes documentais como, por exemplo, a legislação sobre os IFs, regulamentações internas do CEFET/IFSC, atas de reuniões e as teses propostas pelos sujeitos da

pesquisa em articulação com os dados empíricos coletados.

1.3.3.1 Para a coleta e geração de dados da pesquisa

A pesquisa documental utilizou fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002).

Sobre os instrumentos de coleta de dados, foram aplicados questionários por meio da ferramenta *Google Forms* com servidores públicos envolvidos no processo de consulta da transformação do CEFET-SC para IF. O questionário contou com 18 questões, sendo o primeiro grupo, composto por cinco perguntas, que tiveram como objetivo a identificação dos sujeitos da pesquisa. O segundo grupo contava com 13 perguntas, que tiveram como finalidade obter informações sobre o processo interno de transformação institucional a partir das lembranças dos entrevistados, e contavam com sete perguntas de múltipla escolha e seis questões abertas. Os participantes da pesquisa foram denominados como P.

Para Prodanov e Freitas (2013), os questionários são técnicas de levantamento de dados primários e colocam as descrições verbais em evidência e ainda são utilizadas para obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema.

Foram considerados os aspectos da pesquisa no âmbito virtual de acordo com a Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS.

Os dados produzidos pelos questionários foram analisados a partir da metodologia da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1977) que se configura como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Para Bardin (1977, p. 38), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

1.3.3.2 Para a coleta e geração de dados da avaliação do Produto Educacional

A partir desta pesquisa foi produzido um produto educacional, denominado

Caderno de Depoimentos: As vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC, que visa descrever o processo interno de transformação institucional no interior do CEFET-SC a partir da pesquisa realizada.

Tem como finalidade colaborar para a preservação da memória institucional, bem como auxiliar na formação dos servidores e ainda contribuir nas discussões e pesquisas que envolvam a nova institucionalidade e sua relação com EPT.

Após a finalização do Produto Educacional, a coleta de dados para avaliação dos mesmos foi através de questionários por meio de ferramentas *Google Forms* com servidores da Coordenadoria Pedagógico do campus Florianópolis e Pró-Reitoria de Ensino (APÊNDICE A).

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta pesquisa de dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo tem como intuito contextualizar a pesquisadora e a pesquisa, indicando a justificativa do estudo, seu problema e seus objetivos e os caminhos metodológicos utilizados. Já o segundo capítulo aborda sobre o referencial teórico selecionado a partir de uma cuidadosa revisão bibliográfica. Entre os temas e autores selecionados, destacamos os seguintes: os conceitos de Instituição apresentados por Saviani (2005; 2007), Sanfelice (2007; 2008; 2012), Nosella e Buffa (2006), a história da rede federal de educação profissional e tecnológica a partir dos apontamentos de Dante H. Moura (2007), Marise Ramos (2011) e Gaudêncio Frigotto (1995; 2005), o conceito de trabalho e educação na perspectiva teórica do trabalho como princípio educativo a partir de Demerval Saviani (2005; 2007), Antônio Gramsci (2001a; 2001b), entre outros. No terceiro discorre-se sobre o contexto político brasileiro e suas relações com a EPT. Além de discussões em torno dos achados na pesquisa empírica por meio de interlocuções com os autores privilegiados nesta pesquisa. O quarto capítulo apresenta o processo interno de transformação do CEFET-SC em IFSC, e de que forma ocorreram os debates até a adesão à Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007. Por fim, o quinto capítulo relata o processo de desenvolvimento, aplicação e avaliação do produto educacional. Na sequência foram apresentadas as considerações finais, referências, anexo e apêndices.

2 NO NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS, DA FORÇA MAIS BRUTA, DA NOITE QUE ASSUSTA... ESTAMOS NA LUTA!

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos as bases conceituais EPT para a presente pesquisa. Para isso, organizamos a fundamentação em duas seções. Na primeira seção apresentamos o conceito de Instituição e na segunda seção os conceitos fundantes da EPT.

2.1.1 Instituição e instituição escolar: de quem estamos falando?

Para conhecer e entender as instituições escolares brasileiras, é necessário fazer um esforço de investigação do seu passado, considerando que a história das Instituições de Educação Profissional no Brasil sempre esteve diretamente ou indiretamente ligada aos processos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais que marcaram e ainda marcam a formação da nação brasileira.

Para Saviani (2005) a palavra Instituição se apresenta como uma estrutura criada pelo homem para atender determinada demanda, e ainda tem como objetivo de continuar, ou seja, instituições não são criadas para terem tempo de caráter transitório:

Por isso a instituição é criada para permanecer. Se observarmos mais atentamente o processo de produção de instituições, notamos que nenhuma delas é posta em função de alguma necessidade transitória, como uma coisa passageira que, satisfeita a necessidade que a justificou, é desfeita. Para necessidades transitórias não se faz mister criar instituições. Elas se resolvem na conjuntura não deixando marcas dignas de nota na estrutura. (SAVIANI, 2005, p. 28).

Saviani (2005) também afirma que as instituições estão submetidas e se moldam às necessidades que o tempo histórico lhes impõe, adaptando-se assim às funções sociais daquele tempo:

Mas, se as instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzido, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a

atividade que o gerou. Não. Para satisfazer necessidades humanas, as instituições são criadas como unidades de ação. (SAVIANI, 2005, p. 28).

Para dar conta da transitoriedade das instituições, Saviani ressalta a importância do tempo histórico, que nem sempre caminha junto do tempo cronológico ou do tempo psicológico. Aponta que a necessidade da criação de determinada instituição, está relacionada ao tipo de atividade que se quer institucionalizar (SAVIANI, 2005). “E, se isso vale para as instituições, de modo geral, ‘a fortiori’ se aplica às instituições educativas, uma vez que estas têm a prerrogativa de produzir e reproduzir os seus próprios agentes internos”. (SAVIANI, 2005, p. 29).

As instituições escolares, no entanto, não devem ser entendidas de modo isolado da realidade social da qual fazem parte. As instituições escolares se constituem a partir dos contextos nos quais estão inseridas. José Luís Sanfelice coloca que “as instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2007, p. 78-79).

Para Sanfelice (2008) cada instituição tem sua singularidade, porém é necessário observar o universal, ou seja, a totalidade. Pesquisar os movimentos institucionais é parte fundamental para a compreensão das mesmas:

Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa. Se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras. (SANFELICE, 2008, p.198).

Deste modo podemos constatar que, o estudo de determinada instituição escolar, precisa estar articulado ao contexto geral (histórico-social) e o contexto singular (próprio de cada instituição), pois no interior de cada uma delas acontecem movimentos próprios, que estão associados aos movimentos da realidade social na qual ela está inserida já que a escola possui uma capacidade de, ao tempo em que recebe interferência do geral e do particular, exerce, também, certa influência sobre eles. (TOLEDO; ANDRADE, 2014).

Sanfelice (2008), Nosella e Buffa (2005) indicam que mesmo considerando que as instituições escolares não estão descoladas da realidade, social, política,

cultural, econômica e educacional é importante constatar que os estudos referentes a elas são resultado dos laços de determinações externas que estão acomodadas dialeticamente em seu interior:

Por difícil que pareça a apreensão da dialeticidade da relação entre estrutura e superestrutura, entre sociedade e escola, fica claro que seu evidenciamento é o objetivo da ciência [...]. (NOSELLA; BUFFA, 2006, p. 13).

De acordo com as preocupações epistemológicas Sanfelice (2007) analisa que:

O objeto singular não se explica em si mesmo, por mais que eu possa narrar amplamente as características constitutivas de sua identidade. Uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, frequentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela. O mesmo acontece com o conjunto de educadores que por ela transita. Mas não é só isso, pois as instituições escolares respondem a ordenamentos jurídicos e legais sobre os quais não tiveram poder de escolha. (SANFELICE, 2008, p. 16-17).

Assim, ressaltamos a necessidade de estudar as instituições a partir de uma perspectiva ampla, com o intuito de perceber seus movimentos internos, sem perder de vista o contexto político-pedagógico na qual está inserido. Nessa direção, pensar a história das instituições a partir das peculiaridades regionais, sem desconsiderar a conjuntura nacional, é uma possibilidade de conhecer determinados momentos sob uma ótica diferente, e não apenas das narrativas dos documentos oficiais. Conhecer o contexto histórico-político e social de uma determinada instituição, possibilita conhecer uma determinada instituição.

Pensar marcos históricos de uma instituição centenária como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, que neste estudo tem como ponto de partida a transformação em um novo modelo institucional, que desde de sua criação teve como finalidade formar profissionais para o mundo do trabalho, consiste no desafio de pensar os erros e acertos colocados para a formação dos trabalhadores nos anos subsequentes a sua criação.

Apresentado o conceito de instituição, na sequência serão historicizadas as concepções, práticas e transformações da Educação Profissional pública brasileira.

2.1.2 A Rede Federal Pública de Educação Profissional e Tecnológica

Historicizar as concepções, práticas e transformações da Educação Profissional pública brasileira, vai muito além das dimensões escolares, ocorridas dentro dos espaços institucionalizados. A Educação Profissional no Brasil foi produzida em diversos espaços sociais desde a sua colonização e nos diversos tempos históricos. Porém, nesta pesquisa, utilizaremos como marco histórico temporal o ano 1909, ano este que oficialmente teremos uma estrutura educacional institucionalizada conforme a publicação do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909:

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito (BRASIL, 1909).

Temos, a partir da nova legislação, o início de uma parte importante da atual estrutura da Rede Federal de Educação Profissional pública brasileira, que teve seu início em 1909 com a criação de dezenove Escolas de Aprendizizes Artífices (EAA), uma em cada Estado brasileiro, com o objetivo de instruir profissionais advindos das camadas pobres da população, visando formar força de trabalho necessária para o país no início da industrialização. Kuenzer (2002) considera que as EAA marcam o início da oferta da Educação Profissional no Brasil, sob responsabilidade do Estado e as coloca como precursoras das escolas técnicas federais.

O Decreto nº 7.566, de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira. Segundo Cunha (2000) as EAA constituem, historicamente o marco inicial de uma política do governo federal na área de ensino de ofícios. Portanto, apesar de sua inegável importância no âmbito educacional, as finalidades dessa aprendizagem se materializam numa perspectiva moralizadora, uma formação para o trabalho exclusivamente, além de ser direcionada para os “Desvalidos da Sorte”, como se pode observar no referido Decreto nº 7.566 de 1909.

Manfredi (2002, p. 79) porém destaca que “os destinatários não eram apenas os pobres e desafortunados”, mas todos aqueles que pertencem aos setores populares urbanos e que iriam se transformar em trabalhadores assalariados. Deste modo, aponta que a formação profissional destinada aos trabalhadores fora marcada

num primeiro momento muito mais como um elemento regulador da questão social, ou seja, de controle das classes populares (MANFREDI, 2002).

Inicia-se, neste momento, segundo os autores citados, um processo de institucionalização de uma qualificação e disciplinamento dos trabalhadores dos setores urbanos, considerando que as escolas serão instaladas nas capitais brasileiras.

Ribeiro (2018) destaca em sua pesquisa que embora existisse um discurso no Brasil com as preocupações industrialistas:

[...] o que se verificou foi a existência de um forte caráter artesanal nos primeiros cursos existentes, como o de marcenaria, sapataria, encadernação, ferraria e alfaiataria, tendo como preocupação primordial atender os desvalidos da sorte, dentro de uma conotação assistencialista, já que se encarregava também de garantir uma refeição básica aos seus alunos. Não podemos perder de vista que a agenda e a estrutura político-econômica ainda era predominantemente agrária exportadora (RIBEIRO, 2018, p. 36).

O processo de industrialização brasileiro intensifica-se a partir da década de 1930 e há uma maior preocupação com uma política de educação profissional. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e a escola passou a ficar sob responsabilidade direta deste ministério. Além disso, o ensino industrial assumiu um papel mais relevante na formação de força de trabalho.

Quase vinte 20 anos após a sua criação, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram por sua primeira transformação institucional, e a partir da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, nascem os Liceus Industriais. Nesta mudança, porém não se observou alterações nos seus objetivos principais.

Com a Reforma Capanema, durante o Estado Novo, ocorreram uma série de transformações na política educacional brasileira. Entre anos de 1942 a 1946, sob a chefia do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, são estabelecidas as leis orgânicas dos ensinos secundário e industrial (em 1942), comercial (em 1943), primário e agrícola (em 1946) no governo de Getúlio Vargas.

Cunha (2001) destaca uma importante 'inovação', que foi o deslocamento do ensino profissional para grau médio, mantendo o ensino primário com um conteúdo eminentemente geral. Todavia, de acordo com Ribeiro (2018) essas mudanças acabaram por legitimar o plano legal da dualidade no ensino brasileiro: um ensino

secundário para as elites e uma educação profissional para as classes trabalhadoras.

Vale lembrar que a ideia de elevação da formação profissional ao nível secundário, com uma formação de educação primária geral e única, já estava presente nas propostas e discussões em Anísio Teixeira (nas décadas de 1920-1930) e no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 de acordo com Cunha (2001).

De todo modo teremos um novo marco importante para a história da EPT em 1942, pois essas escolas serão transformadas em Escolas Técnicas/Industriais Federais e novas configurações institucionais se configuram a partir de então. Os currículos foram ampliados e aperfeiçoados, houve maior preocupação com a qualificação dos professores e, em decorrência disso, maior exigência quanto às necessidades deles nesse sentido. Conforme Peterossi (1994) o Decreto nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que estabelecia as bases de organização e de regime do ensino industrial, tinha a intenção de produzir a força de trabalho para a indústria e, ao mesmo tempo, reproduzia seu próprio quadro de pessoal.

A publicação do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, vai denominar de Escolas Industriais, as escolas localizadas em: Santa Catarina, Alagoas, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Já as que foram nominadas de Escolas Técnicas estavam localizadas nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geras e São Paulo. Segundo Matos (2017), a partir deste ano iniciou-se formalmente a vinculação do ensino industrial ao sistema educacional do país como um todo.

Nos anos subsequentes novas legislações foram regulamentando a EPT: a Lei nº 1.076, 31 de março de 1950, que assegurava aos concluintes do primeiro ciclo dos cursos profissionais o direito à matrícula nos cursos clássicos e científicos do ensino secundário, mediante prestação de exames nas disciplinas não cursadas no primeiro ciclo do curso secundário, e a Lei de 1953, de nº 1.821, que permitia aos concluintes dos cursos técnico industrial, comercial e agrícola o acesso a todos os cursos de nível superior, desde que se submetessem, além do vestibular, às provas das disciplinas específicas do ensino secundário propedêutico.

Em 1959, a reforma do ensino industrial, sob a Lei nº 3.552, transformou as escolas industriais e técnicas em autarquias educacionais, agora com o nome de

Escolas Técnicas Federais, na tentativa de dar-lhes uma maior autonomia didática, administrativa e financeira. Deste modo, as instituições conquistam maior autonomia de gestão e intensificam a formação de técnicos, acompanhando assim o movimento brasileiro a partir do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que tinha por objetivo a aceleração do processo de industrialização brasileira. Diante disso, esse novo modelo institucional, passa a se preocupar em formar profissionais orientados para acompanhar as metas de desenvolvimento do país.

Foi na década de 1960, no governo de Juscelino Kubitschek e com a implementação do Plano de Metas, que o Brasil procura transforma-se em produtor de bens e de serviços estratégicos, gerando assim mudanças no modelo de acumulação e novas necessidades de formação de trabalhadores técnico que viesse atender às novas demandas surgidas com a expansão da industrialização. Nessa perspectiva, a ampliação do sistema educacional privilegiou a formação técnica, favorecendo a formação da força de trabalho destinada ao atendimento da modernização industrial.

Vale lembrar que essa transformação em escola técnica, se efetivou de modo gradativo e em tempos diferentes nos diversos estados brasileiros. Em Santa Catarina apenas em 1968, com a portaria ministerial de nº 331, a Escola Industrial Federal de Santa Catarina transformou-se em Escola Técnica Federal de Santa Catarina.

Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024 de 1961, foi estabelecido a articulação entre o ensino secundário e o ensino profissional, permitindo, com isso, o ingresso em qualquer curso superior de aluno que tivesse concluído o curso secundário propedêutico ou profissional. Porém, esta nova legislação não conseguiu superar a dualidade, visto que permaneciam duas redes de ensino no sistema educacional brasileiro como afirma Kuenzer (1999). Ribeiro (2018, p. 39) corrobora com essa ideia quando justifica que “manteve-se a dualidade na educação brasileira em virtude da permanência de duas redes de ensino, conferindo ao ensino secundário um status maior na hierarquia social”.

Segundo Lima Filho (2002, p. 223), nessa medida, é possível identificar uma pequena, porém inédita, forma de “democratização da educação nacional e de valorização do ensino industrial e das Escolas Técnicas Federais”.

Em 1971, o Brasil agora sob o comando de uma ditadura militar e civil, fará uma nova reforma da educação básica promovida pela legislação de nº 5692 de 11 de agosto, a Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, que se constituiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos.

Verifica-se que a nova LDB segue os reflexos do modelo econômico adotado pelo governo na época, atendendo assim a sua demanda. De acordo com essa realidade Frigotto, Ciavatta e Ramos indicam que:

[...] O discurso utilizado para sustentar o caráter manifesto de formar técnicos construiu-se sob o argumento da "escassez de técnicos" no mercado e pela necessidade de evitar a "frustração de jovens" que não ingressavam nas universidades nem no mercado por não apresentarem uma habilitação profissional. Isto seria solucionado pela "terminalidade" do ensino técnico. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 33).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2007) destacam que a profissionalização compulsória instituída pela referida Lei promoveria a superação do dualismo neste nível de ensino. No entanto, há um ponto polêmico na nova legislação, visto que a partir de agora a profissionalização se torna obrigatória no ensino de 2º grau. Houve, portanto, um interesse do governo civil/militar em qualificar força de trabalho com técnicos de nível médio, para atender o tal crescimento brasileiro. Conhecido como "milagre brasileiro" esse crescimento, possibilitado pela formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau, "garantiria" a inserção no "mercado de trabalho", devido ao crescente desenvolvimento industrial.

Cabe lembrar que na prática a compulsoriedade acabou por se restringir ao âmbito público nos sistemas de ensino estaduais e federal, pois as escolas privadas continuaram a oferecer os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes com vistas ao atendimento das elites brasileiras. (MOURA, 2007).

Com o passar do tempo, foram feitos ajustamentos nos currículos das escolas (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Primeiro uma flexibilidade foi introduzida pelo Parecer do Conselho Federal de Educação nº 76/75, que considerava a possibilidade de os cursos não levarem a uma habilitação técnica e, posteriormente, a Lei nº 7.044 de 1982 extinguiu a profissionalização obrigatória no 2º grau. Em 1982, a Lei 7.046 restabelece a modalidade de educação geral, mediante vários motivos, dentre os quais, as dificuldades em implementar o modelo e pela não

concretização do milagre econômico nos patamares esperados de desenvolvimento. Assim, com o passar dos anos a profissionalização obrigatória vai perdendo força.

A penúltima transformação sofrida por essas instituições foi no ano de 1978, com a publicação da Lei Nº6.545, que transformou três escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro). O processo seguiu para demais instituições, porém com ritmos bastante diferenciados.

Segundo Matos (2017) uma das ideias que justificariam essas mudanças era a de adaptar a formação profissional a um patamar tecnológico que atendesse ao mundo produtivo e proporcionasse uma educação verticalizada, ou seja, ofertar numa mesma instituição cursos profissionais nos mais variados níveis e graus de ensino. A ideia era oferecer cursos básicos de formação inicial a cursos de nível superior e pós-graduação, articulados com o sistema produtivo local. Os CEFETs nascem com a preocupação de oferecer essa concepção de verticalidade no âmbito da educação profissional.

Em 1994 a Lei nº 8.948 transformou automaticamente todas as ainda ETF, em Centros Federais de Educação Tecnológica. A implantação das instituições, no entanto, estava condicionada à publicação de decreto presidencial específico de cada instituição (ALMEIDA, 2010).

Em Santa Catarina, no então ETF/SC, iniciou o processo de “cefetização” no segundo semestre de 1994, com a construção do denominado Planejamento Estratégico Situacional, que serviria como base para o Plano Político Pedagógico. Segundo Almeida (2010) esse Plano tinha como objetivo apresentar a estrutura vigente e seus problemas e descrever as linhas norteadoras para a implementação da nova institucionalidade.

A construção do PPP do ETF/SC foi concluída apenas em 1996 e no ano seguinte foi encaminhado a Brasília para análise e parecer. Essa foi a primeira tentativa de transformação em CEFET e, nesta ocasião, o MEC negou o pedido (ALMEIDA, 2010). Os motivos da negativa não serão tratados de modo aprofundado nesta pesquisa. Em agosto de 1999 o processo foi reenviado a Brasília e devolvido no mesmo ano para adequações.

Somente em 27 março de 2002 é o que o ETF/SC efetiva sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, com o objetivo de:

a) ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional; b) ministrar ensino técnico destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia; c) ministrar ensino médio; d) ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; e) oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica; f) realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade (ALMEIDA, 2010, p. 127).

Em âmbito nacional, diversas novas regulamentações tiveram impactos diretos sobre EPT. Em 1996 com a nova LDB de nº 9.394 a Educação Profissional tem pela primeira vez um capítulo próprio. Observa-se que uma nova mudança começa a ser idealizada para as instituições dessa rede de ensino a partir desse episódio.

A implantação do Decreto nº 2.208/1997, que estabeleceu os novos objetivos da educação profissional, a Portaria MEC nº 646/1997 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 16/1999 e Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 04/1999) apontaram, conforme destaca Ramos (2011), para fragmentação ainda maior no trabalho realizado no interior dessas 65 instituições. Esse processo resultou em implicações negativas na formação dos alunos, egressos dessa modalidade de ensino, na medida em que se privilegia uma concepção de ensino mais aligeirada e separada da formação geral.

Com este breve e resumido histórico verifica-se que a EPT no Brasil esteve diretamente ou indiretamente ligada aos processos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais que marcaram a formação da nação brasileira. Além disso, ressalta-se que esse processo aconteceu de forma bastante diferenciada nos diversos cantos deste país.

2.2.3 Trabalho e educação: o trabalho como princípio educativo e qual tipo de formação estamos falando

No intuito de ampliar a compreensão sobre o movimento das instituições de EPT no Brasil este subtópico tratará sobre a relação entre trabalho e educação. A relação entre trabalho e educação, tendo como horizonte o trabalho como princípio educativo, apresenta possibilidades para pensar a formação da classe trabalhadora

brasileira e os tensionamentos existentes nesse contexto.

Para melhor delimitar a relação entre trabalho e educação serão utilizadas às contribuições de Dermeval Saviani, Mario Alighiero Manacorda, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Dante Moura. Estes autores defendem o trabalho como princípio educativo como possibilidade para a formação dos jovens e adultos brasileiros. A análise de alguns textos destes autores, que são vinculados ao pensamento educacional crítico brasileiro, permite mostrar como essa relação se dá e como a articulação entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia é o caminho para pensarmos políticas para a educação brasileira.

A trajetória e a história das instituições escolares de educação profissional, estão ligadas a políticas pensadas em determinado tempo histórico e ao modo como cada governo entende a função da formação para o trabalho, seja de modo implícito ou explícito. Ao reconstruirmos a trajetória do sistema educacional brasileiro, percebemos que as diversas reformas pela qual vem passando a educação, apresentam de um modo geral, um modelo dual de formação.

Identificamos, desta forma, uma educação voltada para a formação geral mais abrangente que prepara melhor os filhos das classes mais favorecidas economicamente com vista ao prosseguimento de estudos universitários; a uma outra de segunda linha, voltada a uma formação mais específica, para o exercício de profissões técnicas que atendam diretamente o mercado de trabalho e também atendam a demanda do trabalho braçal. Conforme Saviani (2003, p. 138), discutindo especificamente a educação profissional “[...] o ensino profissional é destinado àqueles que devem executar, ao passo que o ensino científico-intelectual é destinado àqueles que devem conceber e controlar o processo”. Nessa direção, diversos são os autores que trabalham na perspectiva de compreender a relação trabalho e educação, o significado do trabalho ao longo da história da humanidade e, também, o modo como a sociedade capitalista se apropria dele e sua relação com a educação.

O trabalho nessa perspectiva é entendido como uma atividade inerente ao homem, pois é através dele que temos produzido nossa existência e nos diferenciado dos demais animais. Conforme nos aponta Saviani:

[...] o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho. E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.

(SAVIANI, 2008, p.11).

Para Saviani (2007) trabalho e educação são atividades especificamente humanas, deste modo o trabalho faz parte da essência humana:

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p.154).

Dentro desta perspectiva a existência humana não é garantida pela natureza, pois parte do pressuposto que os homens precisam produzir sua própria existência e a produzem através do trabalho. Diante disso, o homem não nasce homem, ele forma-se homem e, essa formação, segundo Saviani (2007) se dá através do processo educativo. Desse modo, a origem da educação incide com a origem do homem e, ressalta, que apenas a espécie humana trabalha e educa:

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Entende-se, deste modo, que a educação é inerente à sociedade humana, ou seja, o homem se torna homem pelo trabalho e também pela mediação da educação. O desenvolvimento da vida em cada sociedade, pautada no trabalho, implicou diferentes formas de repassar e transmitir às futuras gerações estes saberes e conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade, desta forma, observa-se que historicamente teremos diversas maneiras de educar.

Considera-se que, para trabalhar, o homem precisa aprender e, assim, a educação e trabalho são indissociáveis, evidenciando os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação. Históricos porque são construídos ao longo da história da humanidade e ontológico, pois o produto é a própria existência humana (SAVIANI, 2007).

Na mesma perspectiva, Ramos (2008) analisa que a dimensão ontológica do trabalho é o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais. O trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social, durante sua existência, o homem produz, logo o homem trabalha e, portanto, o homem transforma a natureza e se relaciona com os demais seres de sua própria espécie a partir do trabalho.

A condição de elevar o trabalho como princípio educativo apresentada aqui por Ramos e Saviani tem sua fundamentação em Marx e Gramsci. O trabalho emerge como categoria fundamental no processo formativo no pensamento marxista e evidência em como a sociedade capitalista agrava a distância entre o trabalho manual e intelectual, restando o primeiro às classes subalternas.

Gramsci (2001), ao analisar a situação educacional italiana no início do século XX, aponta que as escolas de tipo profissional, eram as que estavam responsáveis em formar para interesses práticos mais imediatos, enquanto as escolas formativas, eram mais desinteressadas.

Para Gramsci (2001), esse modelo educacional colabora para a perpetuação das diferenças sociais. O autor defendia uma “escola unitária” no intuito de superar essa dicotomia entre uma educação propedêutica e humanista de um lado, voltada para os filhos das elites e como consequência a formação da classe dirigente e, do outro lado, uma educação mais prática e manual, voltada para os filhos dos trabalhadores, para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho.

Contextualizar a divisão entre o trabalho manual e intelectual se apresenta como o grande desafio, pois essa divisão representa também a fragmentação do conhecimento. A relação entre teoria e prática no contexto do trabalho produtivo, será possível através de uma educação integral e omnilateral:

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está a exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação. [...] estabelece-se, então, um nexo recíproco pelo qual o indivíduo não pode desenvolver-se onilateralmente se não há uma totalidade de forças produtivas, e uma totalidade de forças produtivas não pode ser dominada a não ser pela totalidade dos indivíduos livremente associados (MANACORDA, 2010, p. 94).

Refletir sobre o trabalho como princípio educativo é necessário para historicizar essa perspectiva original de criação do homem através do trabalho. Para

Ramos (2011) o trabalho como princípio educativo está na base de uma concepção epistemológica e pedagógica, que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais, considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Para finalizar corroboramos com Frigotto (2005) quando lança o desafio de que pensar o trabalho como princípio educativo exige um olhar mais questionador e não limitado a pensar o mercado de trabalho como protagonista. Existe a necessidade de compreender o trabalho num contexto social mais amplo e complexo em que o mercado de trabalho seja apenas um contexto, e que o homem atue neste cenário produzindo para si mesmo, e não produzindo unicamente para o mercado.

3 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CONTEXTO NACIONAL

Este capítulo irá abordar o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no contexto nacional, buscando trazer elementos e reflexões de como se deu esse processo durante os anos de 2003 a 2008 para, posteriormente, fazer as reflexões de como foi o processo interno no CEFET-SC. Para isso, apresentaremos as contribuições de autores como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos, entre outros.

Nos capítulos anteriores discorreu-se que a EPT teve distintas configurações desde de sua institucionalização no ano de 1909 até os dias atuais. Todavia, constatou-se que a mudança se materializou e atingiu um maior nível de complexidade em 2008 com a criação dos IFs. Apesar da estrutura dos então CEFETs já apresentarem verticalização das ofertas de curso e, por esse, motivo indicarem formas complexas de organização administrativa e pedagógica, será a partir de 2008, com a criação de uma nova institucionalidade e, também, com a ampliação de atuação dos IFs, agora espalhado por todo território nacional em um curto espaço temporal, que novas demandas irão surgir. Tais demandas foram de ordem administrativa, visto que o *status* administrativo modifica bruscamente e torna-as próximas da organização das universidades públicas e, também, de ordem pedagógica, pois serão ofertados cursos desde formação inicial até a pós-graduação com o mesmo grupo de servidores. A partir dessa breve contextualização, apresenta-se, nas próximas páginas, a conjuntura política e econômica que culminou nas novas instituições de EPT públicas brasileiras.

3.1 AS NOVAS INSTITUIÇÕES DE EPT E A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

Com o término do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) muitas esperanças foram depositadas no governo sucessor de Luís Inácio Lula da Silva por parte de vários setores da população civil organizada, em especial, das organizações científico-educacionais e de movimentos de

trabalhadores na área da educação. (RIBEIRO, 2018).

Existia uma aposta em mudanças profundas, em especial contra a estruturação e os rumos que havia tomado a educação profissional, principalmente no período de 1994-2002, durante o governo de Itamar Franco e FHC.

Durante esse período a EPT sofreu adequação às políticas industrial e tecnológica. No governo de Itamar Franco foi aprovado a Lei nº 8948/94, que instituiu o sistema Nacional de Educação Tecnológica que transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. A partir de então as escolas que optaram por se tornar CEFET passaram a ofertar Cursos Superiores de Tecnologia e de Pós-Graduação *Lato Sensu* (especialização).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação da Lei nº 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi incorporado a Educação Profissional como processo educacional específico, não vinculado necessariamente a etapas de escolaridade. Com algumas conquistas, o texto aprovado, na verdade, foi de uma lei minimalista, que permitiu uma onda de reformas na educação brasileira, dentre as quais esteve a publicação do Decreto nº 2.208/97, que regulamentou os artigos 39 a 42 e o parágrafo 2º do artigo 36 da LDB. (RAMOS, 2014).

Com essa nova regulamentação os níveis para a Educação Profissional foram definidos da seguinte forma: básico, técnico e tecnológico. O nível técnico destinava-se à habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos de ensino médio, devendo ter organização curricular própria e independente do primeiro e podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Com isto, se instituiu a separação curricular entre o ensino médio e a educação profissional. Conforme nos aponta Ramos (2014), novamente significou uma grande perda para as políticas de EPT, no sentido de novamente caminhar em direção ao ensino dual.

Desta maneira, observou-se que as reformas propostas no governo FHC para a Educação Profissional, submeteram os cursos técnicos de nível médio a um currículo próprio, devidamente separado do Ensino Médio. É também deste mesmo período que se observa a disseminação das ideias da pedagogia das competências, cujo princípio é a adaptabilidade individual do sujeito às mudanças socioeconômicas do capital. (RAMOS, 2014). Para Kuenzer (1997, p. 95) a proposta desta reforma traz diversos problemas considerando que é “tão anacrônica e confusa que não serve sequer ao capital, que tem mais clareza do que o próprio MEC sobre as

demandas de formação de um trabalhador de novo tipo, numa perspectiva menos retrógrada de superação do Taylorismo”.

Já no início do governo Lula, a maior reivindicação trata-se do ponto mais polêmico, que dizia respeito à necessidade da revogação do Decreto nº 2.208/1997, visto que este decreto materializou o projeto de separação e oposição entre a formação geral e a profissional. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2006). O presente documento indicava a separação entre a formação geral e a profissional expressa no seu Artigo 5º: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este” (BRASIL, 1997a).

Vários foram os debates em torno dos rumos da EPT, como observam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 2) “[...] o processo manteve-se polêmico, em todos os encontros, debates e audiências realizados com representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos governamentais”. Pode-se perceber o tensionamento existente em torno da disputa de diversos grupos de interesse sobre os caminhos e oferta da EPT.

Nessa conjuntura, em julho de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.154, que revogou o Decreto nº 2.208/97. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) explicitam que, neste momento, verifica-se três posicionamentos em disputa: o primeiro que pregava a ideia de apenas revogar o Decreto nº 2.208/97 e colocar em discussão a política de Ensino Médio e de Educação Profissional; o segundo que defendia a manutenção dos decretos vigentes; e o terceiro e último, que também defendia a revogação do Decreto nº 2.208/97, apresentando inúmeros documentos que sugeriam supressões, alterações ou aditivos para novo Decreto. No entanto, para Borborema:

[...] o terceiro posicionamento surgiu do entendimento de que “a simples revogação do Decreto nº 2.208/97 não garantiria a implementação da nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica”. Portanto, não havia divergência de ideias entre o primeiro e o terceiro posicionamentos, mas sim na forma política de encaminhamento destes posicionamentos (BORBOREMA, 2013, p. 74).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2006) analisam que apenas a revogação do Decreto não seria suficiente para atender a demanda das forças progressistas que desejavam colocar em prática a articulação do ensino médio com a Educação

Profissional e também estabelecer uma educação politécnica¹, que durante os anos dos governos anteriores foi completamente desarticulado. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Porém, apontam os avanços da nova legislação:

[...] o embate para revogar o Decreto nº 2.208/97 engendra um sentido simbólico e ético-político de uma luta entre projetos societários e o projeto educativo mais amplo. Trata-se de um decreto que expressava, de forma emblemática, a regressão social e educacional sob a égide do ideário neoconservador ou neoliberal e da afirmação e ampliação da desigualdade de classes e do dualismo na educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 21).

Ressaltam ainda que a revogação do decreto:

[...] é fruto de um conjunto de disputas e, por isso, mesmo, é um documento híbrido, com contradições que, para expressar a luta dos setores progressistas envolvidos, precisa ser compreendido nas disputas internas na sociedade, nos estados, nas escolas. Sabemos que a lei não é a realidade, mas a expressão de uma correlação de forças no plano estrutural e conjuntural da sociedade. Ou interpretamos o Decreto como um ganho político e, também, como sinalização de mudanças pelos que não querem se identificar com o status quo, ou será apropriado pelo conservadorismo, pelos interesses definidos pelo mercado (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 32).

Para Ribeiro (2018) o teor do novo Decreto apresentava uma espécie de acomodação entre os conflitos vigentes e, mesmo com a nova legislação, os cursos técnicos podem continuar sendo oferecidos na lógica do decreto anterior.

Outra preocupação neste contexto, foi a reestruturação proposta pelo MEC, que traria, mais uma vez, novos desafios para EPT: na nova organização deste Ministério teríamos a criação da Secretaria de Educação Básica de um lado e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) de outro. Assim, se essas duas secretarias teriam responsabilidades sobre o Ensino Médio, o que iria significar efetivamente mais um retrocesso rumo a uma educação não dualista. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Como percebe-se, a revogação do decreto, com as devidas ressalvas, foi considerada uma medida importante para os rumos da EPT no Brasil e, conseqüentemente, para a Rede Federal de Educação Profissional.

Para Moura (2007) a revogação do decreto novamente possibilita uma

¹ Compreende-se como educação politécnica uma concepção, que a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, supera a proposta burguesa de educação e potencializa a transformação estrutural da realidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

aproximação com uma formação unitária e politécnica:

Esse instrumento legal, além de manter as ofertas dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes trazidas pelo Decreto nº 2.208/97, teve o grande mérito de revogá-lo e de trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção. (MOURA, 2007, p. 20).

Para Figueiredo (2019), a nova legislação também apresentava possibilidades para um novo caminho rumo à integração entre conhecimentos/disciplinas técnicas e disciplinas da área geral, além de colaborar em direção ao rompimento com o dualismo que separa o mundo do trabalho e educação para a formação acadêmica. Para este pesquisador, as legislações modificadas a partir de 2004, serão fundamentais para a estrutura de uma proposta de criação de uma nova institucionalidade, a partir da Rede Federal de EPT. A revogação do Decreto nº 2.208/97 e as novas possibilidades a partir dela, irão pautar, de acordo com as análises de Figueiredo (2019), a reorganização das instituições federais de Educação Profissional, que passaram a ter novos referenciais e diretrizes.

As alterações na legislação (Decretos e Pareceres do Conselho Nacional de Educação) estabelecem que a organização da Educação Profissional seja executada por meio de: cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio, de modo integrado, concomitante e subsequente; e educação profissional tecnológica de graduação, com Cursos Superiores de Tecnologia (CST), Cursos de Licenciatura, Cursos de Bacharelado e Engenharia e de Pós-Graduação com cursos *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Ainda estabelecendo uma linha cronológica de acontecimentos que irão culminar com a chamada pública e a Lei de criação dos IFs, temos a observação de Otranto, a respeito da publicação do decreto 5.225 ainda em 2004:

Em 2004, o Decreto 5.225, elevou essas tradicionais escolas de ensino médio, à condição de instituições de educação superior, uma vez que a maioria já oferecia cursos superiores tecnológicos. Quando a proposta dos IFETs surgiu, o grande sonho dos CEFETs era o de chegar a ser, um dia, uma universidade tecnológica, a exemplo do que havia acontecido com o CEFET do Paraná (OTRANTO, 2011, p. 96).

Também, vale ressaltar um fato curioso ocorrido em 2005, a transformação do

CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR, indo na contramão das discussões em curso. O processo de transformação da referida instituição iniciou-se ainda em 1990, oficialmente em 1998 no governo FHC e só foi oficializado com o governo Lula, com a Lei no 11.184/2005 que transformou o CEFET-PR em UTFPR:

A UTFPR detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar como as demais, embora o foco da UTFPR seja nitidamente atuar com pesquisa e educação tecnológica no ensino superior e na pós-graduação, mas ainda oferta cursos técnicos de nível médio, mesmo que em escala reduzidíssima (RIBEIRO, 2018, p. 85).

Ao reconstruir as discussões, tensões e encaminhamentos no primeiro mandato do presidente Lula e a efetivação da Lei de criação dos Institutos, percebe-se um desejo por uma parte da Rede Federal de EPT em pleitear um *status* de estudos e cursos superiores², assim como à busca de ofertar cursos de Pós-Graduação em detrimento da oferta de cursos técnicos de nível médio.

Como observa Ciavatta (2010), essa seria uma “tendência universal brasileira” ao apreço à educação superior. Para essa autora, existe a hipótese de que quase toda a Rede Federal de EPT aspirava nos últimos anos em ser uma universidade, a qual ela coloca como uma questão histórica da expressão do dualismo estrutural na sociedade brasileira. A valorização do trabalho intelectual, associado ao ensino superior, e menosprezo às atividades manuais, consideradas inferiores, associadas a cursos técnicos (CIAVATTA, 2010, p. 160).

Compreende-se que os interiores da Rede Federal de EPT são ainda mais complexos, considerando que também há nestes espaços grupos de servidores diversos, reflexo de uma sociedade plural, e muitos anseios se colocam em disputa, como enfatiza Ribeiro (2018):

[...] dentro dos IFs nós encontramos as mais variadas posições políticas e concepções de educação. Encontramos colegas (docentes e técnicos administrativos) e discentes que defendem implícita ou explicitamente uma aproximação com a lógica do mercado e compactuam com as Teorias do Capital Humano (TCH), tendo clareza ou não das implicações dessas teorias. Assim como temos também, no extremo oposto, pessoas que defendem a escola pública, gratuita e próxima de concepções do caráter politécnico e de uma formação integral na educação, mesmo não tendo entendimento das nuances que envolvem as discussões a respeito dessas temáticas no âmbito de uma pedagogia crítica. (RIBEIRO, 2018, p. 86).

² Veremos adiante que um grupo de servidores do CEFET-SC entregou seu projeto de transformação em Universidade Tecnológica ao Presidente Lula em uma de suas visitas ao Estado de Santa Catarina, na cidade de Joinville.

Com isso deseja-se demonstrar que o evento da “transformação em universidade tecnológica”, não é o único “desejo” vigente. Na contramão das Universidades Tecnológicas, existiam também grupos com “desejos” distintos e que defendiam uma instituição que priorizasse as ofertas de cursos técnicos, contemplando uma formação integral.

Acompanhado a onda de mudanças e a ordem cronológica dos acontecimentos, que iram caracterizar os primeiros anos do governo Lula e afetar a EPT no Brasil, tivemos a aprovação da Lei nº 11.195/05, que deu nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Nela, superou-se a proibição da construção de novas Unidades de Ensino Profissional, no âmbito das escolas ligadas ao MEC, abrindo caminho para a reorganização da EPT no país.

A partir de todas essas modificações a discussão sobre os rumos da EPT no Brasil vai dando força e espaço a uma possível reestruturação, que começa a parecer inevitável. Deste modo, várias reuniões e eventos importantes começam no ano de 2006 com a participação da Rede Federal de EPT. Destaca-se, aqui, a I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica (CONFETEC). Esse evento foi organizado pelo MEC a partir da convocação pela Portaria Ministerial nº 1506, de 31 de agosto de 2006, em conjunto com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional. O evento ocorreu em Brasília, entre os dias 05 e 08 de novembro de 2006 e tinha por objetivo, conforme indicado no Regulamento da Conferência, ser um fórum de debates sobre as questões fundamentais da Educação Profissional e Tecnológica brasileira e com abrangência nacional e:

I - Definir diretrizes para a política nacional de Educação Profissional e Tecnológica através do diálogo entre os diversos agentes envolvidos, visando contribuir para o desenvolvimento do país e para a inclusão social; II - Discutir o papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social, observando as realidades regionais; III – Discutir sobre a atuação da Educação Profissional e Tecnológica na melhoria da competitividade do país na economia global, IV – Propor mecanismos permanentes de financiamento, visando à manutenção e expansão da Educação Profissional e Tecnológica; V - Analisar e discutir o pacto federativo e o papel das instâncias governamentais e não governamentais na organização institucional da Educação Profissional e Tecnológica; VI – Propor estratégias operacionais para a Educação Profissional e Tecnológica quanto ao sistema de gestão, à proposta pedagógica, à Educação a Distância, à formação e à valorização dos trabalhadores da educação profissional; VII - Instituir a realização periódica da Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2006, p.1-2).

O planejamento do evento ficou a cargo de uma Comissão Organizadora Nacional, nomeada também pela Portaria Ministerial nº 1506/06. Coube ao então Secretário da SETEC, Eliézer Moreira Pacheco, a coordenação dessa comissão. A referida comissão tinha como atribuições coordenar, promover e desenvolver a mencionada conferência.

Além do secretário geral da SETEC, outros nomes compuseram a Comissão Organizadora Nacional:

I - Representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação: Moisés Domingos Sobrinho, Ivone Maria Elias Moreyra, Elias Vieira de Oliveira e Patrícia Barcelos. II - Representantes Regionais do Fórum de Gestores Estaduais: Edna Correa Batistotti/ SC - Sul; Almério M. de Araújo/SP - Sudeste; Geraldo Grossi/MT - CentroOeste; Tereza Kelly Gomes Carneiro/AL - Nordeste e Iraiton de Lima Souza/AC - Norte. III - Representantes dos Conselhos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica: Sérgio Gaudêncio Portela de Melo - Conselho Nacional dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CONCEFET; Genival Alves de Azeredo - Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais - CONDETUF e Joaquim Rufino Neto - Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais - CONEAF. IV - Representantes da sociedade civil: Léa Viveiros de Castro - Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional - SENAC; Heleno Araújo Filho - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; José de Medeiros Costa - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA e Thiago Franco Batista de Oliveira - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES. V - Representante do Ministério do Trabalho e Emprego: Antônio Almerico Biondi Lima (BRASIL, 2006, p.13).

A partir dos Anais do evento, percebe-se um conjunto de discursos nos quais é possível perceber uma intencionalidade do governo brasileiro em colocar a EPT em pauta:

A Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, realizada em novembro de 2006, em Brasília, representa um marco na história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Em quase cem anos de existência, esta é a primeira vez em que houve um amplo debate para definir uma política nacional para o segmento (BRASIL, 2007, p. 7).

O termo Instituto Federal ainda não aparece em nenhum texto dos Anais da Conferência, mas a tese de Amorim (2013), que faz análise do discurso desse evento, aponta que existe uma intencionalidade na nova institucionalidade. A pesquisadora aponta que os argumentos mais utilizados para a criação de uma nova institucionalidade são: a verticalização do ensino, a EPT como um fator contribuinte com o desenvolvimento econômico e social e também a integração do ensino médio com o ensino técnico. (AMORIM, 2013).

Outro acontecimento importante que vai contribuir com as mudanças nos rumos da Rede Federal de EPT, de acordo com diversos pesquisadores, é o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas. O plano foi lançado em 2007 pelo MEC e estabelecido por decreto. Nele o governo apresentou programas e princípios para educação brasileira em todos os níveis e modalidades. O plano teve a intenção de reduzir as desigualdades sociais e regionais na educação mediante a busca de sintonia entre “a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado”. (BRASIL, 2007, p.6).

Neste documento é incluído a política de constituição dos institutos Federais, e o termo IFET já aparece:

[...] a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFET), como modelos de **reorganização** das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade (BRASIL, 2007, p. 32, grifo nosso)

Conforme descrito no plano os objetivos da nova instituição são:

Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. (BRASIL, 2007, p. 32).

A partir deste momento é possível identificar uma clara intenção do governo em reformular as políticas existentes para a EPT, principalmente porque a criação dos IFS é enfatizada neste documento. Nesse íterim, são listados os quatro marcos para a criação dos IFs:

1º - O Decreto que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (Decreto nº 6095/2007).

2º - Chamada Pública Mec/Setec N.º 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição Dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia – IFET.

3º - O Projeto de Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (PL nº 3775/2008).

4º - A Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (Lei nº 11892/2008).

O decreto nº 6095/07 estabeleceu as diretrizes para a constituição do Ifs. Nele é indicado que o MEC irá estimular a reorganização da Rede Federal de EPT, aqui ainda denominada ainda de IFET e terá como características: natureza jurídica de autarquia, autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar” (Cap. I, Art. 1o, § 1o do Decreto 6095/2007). No § 2o deste mesmo artigo explica-se que:

Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação (BRASIL, 2007, p. 01).

A partir da Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007 teremos a materialização dessa nova institucionalidade considerando que esse documento efetiva as regras para a transformação. O objetivo da Chamada foi analisar e selecionar as propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. As instituições tiveram a partir do seu lançamento, em dezembro de 2007, 90 dias para efetivar a discussão nos interiores das instituições e encaminhar ao MEC sua proposta de adesão com uma série de informações, a saber:

4.1 A proposta a ser encaminhada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica deverá apresentar, como conteúdo mínimo, os seguintes elementos: 4.1.1 — documento que oficialize a adesão da(s) instituição(ões) proponente(s) ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; 4.1.2 — indicação do município onde se estabelecerá a Reitoria da nova instituição, observando-se que as reitorias serão preferencialmente constituídas em espaços físicos independentes de quaisquer dos campi que integrem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; 4.1.3 — a delimitação da base territorial em que atuará o novo ente, compreendidas na dimensão geográfica de um Estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões dentro de um mesmo Estado, caracterizadas por identidades históricas, culturais, sociais e econômicas; 4.1.4 — a relação

dos campi que passarão a integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, após a sanção de seu ato de criação. 4.2 A proposta de IFET que resultar na integração de instituições, na forma estabelecida pelo subitem 2.2.2, deverá ser aprovada em cada uma das autarquias signatárias da proposta, observando-se que todas as manifestações individuais de adesão ao novo modelo deverão compor um único processo a ser remetido à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 4.3 As propostas de constituição de IFETs deverão, ainda, ser instruídas com o mapeamento descritivo da situação atual de cada unidade que integra a proposta, excetuando-se apenas as unidades ainda não implantadas, contemplando, no mínimo, informações gerenciais sobre: 4.3.1 — número de professores e de técnicos administrativos do quadro efetivo; 4.3.2 — número de alunos, por nível / modalidade de ensino; 4.3.3 — relação dos cursos regulares atualmente ofertados; 4.3.4 — descrição sumária da infra-estrutura física constituída; 4.3.5 — caracterização socioeconômica e educacional da área de abrangência da unidade. (BRASIL, 2007, p. 03)

Além disso, este documento informa que as instituições deverão ofertar EPT em todos os níveis e modalidades de ensino e destaca que a implantação desses Institutos consiste em uma das ações de maior relevância do PDE.

Após a adesão das instituições foi colocado em pauta o Projeto de Lei PL nº 3775/2008 que seguiu a mesma lógica dos documentos anteriores e prevê que essas instituições serão especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, pluricurriculares e multicampi. Quanto à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais foram equiparados às universidades federais.

Assim, em dezembro foi aprovada a Lei nº 11892/2008 que criou os IFs, mantendo a mesma redação do PL nº 3775/2008 no que diz respeito à definição dos Institutos Federais:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008).

Até a publicação da lei em dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a Rede Federal de EPT, segundo dados do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), contavam com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58

Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal.

Verifica-se que essa nova proposta do governo, deixava os CEFETs em situação mais confortável, pois indicava um leque de ofertas já conhecido por essas instituições. O mesmo não acontecia com as Escolas Agrotécnicas que ainda desejavam transformar-se em CEFETs e, portanto, apresentaram inicialmente resistência com a nova configuração da rede proposta.

A partir do panorama apresentado é possível constatar as diversas concepções em disputa e como o novo modelo vai se acomodando. Também é possível perceber que existe uma intencionalidade do governo brasileiro na ampliação ao ensino técnico de nível médio dentro dessas novas instituições, visto que a oferta de vagas para este nível de ensino ficou determinada em 50% em forma de lei.

E essa intencionalidade de percentual, vai de alguma maneira na contramão do que esperava a comunidade acadêmica dos CEFETS, que era a transformação em Universidade Tecnológica e, conseqüentemente, a busca por uma maior autonomia para a escolha de seu leque de oferta. Posto isso, é fundamental problematizar e observar o que se seguirá dentro das instituições a respeito da nova institucionalidade, pois existia um novo projeto de ampliação da educação superior dentro destas instituições e que precisa ser considerada ao pensar novas políticas.

4 NO NOVO TEMPO, APESAR DOS CASTIGOS...ESTAMOS CRESCIDOS, ESTAMOS ATENTOS, ESTAMOS MAIS VIVOS: O QUE DIZEM OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE “TRANSFORMAÇÃO”

Este capítulo tem como objetivo apresentar sobre como se deu o processo e o debate interno de transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, IFSC, a partir do lançamento da Chamada Pública 002/2007 MEC/SETEC, dos documentos encontrados, em diálogo e entrelaçamento das vozes dos participantes da pesquisa: os servidores envolvidos neste momento institucional de mudanças.

4.1 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA -IFSC, O PROCESSO INTERNO E OS SUJEITOS DESTE PROCESSO

Ao longo da pesquisa observou-se que diversas foram as formas como cada instituição organizou seus processos internos de transformação para a nova institucionalidade. A ampla maioria dos CEFETs, com exceção do CEFET-RJ e CEFET-MG³, seguiram os apontamentos do documento elaborado pelo CONCEFET, intitulado "Manifestação sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia"⁴. Este documento indicava os benefícios institucionais em aceitar a proposta do governo e se colocava favorável às mudanças propostas.

As propostas, de modo geral, eram elaboradas pelos gestores dos então CEFETs seguindo os apontamentos do CONCEFET, sem o envolvimento de toda a comunidade acadêmica. Cabe ressaltar, que a partir da cronologia das publicações oficiais e também através das leituras dos documentos, verifica-se que estamos tratando de um processo que se deu num curto espaço de tempo, o que pode

³ Mais informações sobre esse processo podem ser encontradas em: LIMA FILHO, Domingos Leite. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETs. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 349-380, dez. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732005000200006&lng=pt&nrm=i>. Acesso em 27 jun. 2023.

⁴ Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2903/1005>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

justificar a falta de tempo para um maior amadurecimento e aprofundamento das discussões nos interiores da Rede Federal de EPT.

Mesmo inserido nesse mesmo contexto, o CEFET-SC teve um processo distinto das demais instituições da Rede EPT. Desde a publicação do Decreto nº 6905/2007, a Direção-Geral organizou em suas Unidades, reuniões acerca da transformação para o IFET.

Em 2007, o CEFET-SC contava com 7 Unidades nas seguintes cidades de Santa Catarina: Florianópolis-Centro (1909), São José (1988), Jaraguá do Sul (1994), Florianópolis-Continente (2006), Chapecó (2006) e Joinville (2006) e Araranguá (2008).

De acordo com Lima Filho (2006, p. 41) foi alimentado por anos o desejo dos CEFETs em serem transformados em Universidades Tecnológicas (UT), principalmente por conta da reforma da educação profissional iniciada em 1998. A única instituição, porém, a partir da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, que se transformou em UT, foi o CEFET do Paraná.

Se por um lado a notícia da transformação apenas do CEFET do Paraná, frustrou os CEFET- Rio de Janeiro e o CEFET- Minas Gerais⁵, no interior de outras instituições, a possibilidade de extensão aos demais parecia ainda mais concreta.

E foi isso que ocorreu no interior do CEFET-SC sete meses após a transformação em Universidade Tecnológica do Paraná. De acordo com a Ata da 63ª Reunião do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina⁶, CEFET-SC, que ocorreu em 23 de maio de 2006, foi aprovado o Projeto de Credenciamento da Universidade Tecnológica Federal de Santa Catarina – UTFSC. O projeto foi entregue diretamente ao Presidente Lula em 2006, pela Diretora-Geral do CEFET-SC, Consuelo Aparecida Sielski Santos, em uma das passagens do presidente pelo estado de Santa Catarina. (SILVA; SILVA; E SANTOS, 2014).

Salientamos que, em 2006, aconteceu o pleito eleitoral para a escolha do novo presidente do Brasil, sendo o então presidente candidato à reeleição e com

⁵ Os CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, argumentam que ascenderam à condição de CEFET acompanhado do CEFET-Paraná, em 1978, e, portanto, deveriam transformar-se em UT na mesma ocasião que o CEFET-Paraná.

⁶ Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/aprovacao-no-conselho-diretor-cefet-sc-universidade-tecnolc3b3gica.pdf>. Acesso em: 12 de nov. de 2022.

compromissos eleitorais de ampliação da Rede EPT.

Mesmo que a UT não esteja no foco da pesquisa, escolhemos apontar o episódio acima, pois consideramos esse acontecimento significativo, visto que já existia uma ideia de uma nova institucionalidade sendo gestada dentro do CEFET-SC, ao menos entre os gestores e os representantes do Conselho Diretor institucional.

4.2 OS SUJEITOS DA TRANSFORMAÇÃO: OS TRABALHADORES DO CEFET-SC

Neste subtítulo serão apresentadas algumas informações sobre os sujeitos dessa pesquisa que participaram do processo de transformação do IFSC e que relataram suas expectativas e entendimentos sobre esse processo.

De acordo com Ribas (2013), no ano de 2007 o CEFET-SC contava com 846 servidores ativos, somando os servidores de todas as unidades. Foi encaminhado para todos os servidores, via *e-mail*, em outubro de 2022, um questionário eletrônico com 18 questões. 84 servidores responderam ao questionário, desses 81 aceitaram participar da pesquisa e 3 declinaram ao convite.

Cabe destacar que para apresentar o perfil dos sujeitos envolvidos neste processo, que serão denominados como participantes (P), serão consideradas as informações fornecidas pelos 81 servidores que aceitaram participar da pesquisa. A faixa etária dos participantes é predominantemente entre 40 e 60 anos. No que diz respeito ao gênero dos participantes temos 50,6% denominando-se do gênero masculino e 49,4% denominaram-se do gênero feminino. Quando perguntados sobre o ano de ingresso na instituição, 38 servidores responderam que ingressaram entre os anos 2000 e 2007 e, dessa maneira, tinham uma caminhada mais recente dentro da EPT, enquanto 43 servidores afirmaram que ingressaram entre os anos 80 e 90, sendo assim contavam com uma trajetória de mais tempo dentro da EPT.

Sobre quais os cargos que os entrevistados ocupavam na instituição em 2007 temos: 61,7% de servidores docentes e 38,3% servidores Técnico Administrativos em Educação (TAES). A carreira dos TAES é estruturada em 3 níveis, sendo eles: nível C, carreira que exige ensino fundamental completo, carreira de nível D, carreira que exige ensino médio completo e carreira de nível de E, que tem exigência de nível superior completo.

Deste modo, os 38,3% participantes TAES da pesquisa estão divididos da

seguinte forma:

Quadro 3: Taes divididos por níveis

Nível C	2 participantes (2,5%)
Nível D	10 participantes (12,3%)
Nível E	19 participantes (23,3%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A respeito do tempo de trabalho na instituição no ano de 2007, ano esse que se iniciaram os debates, os participantes responderam:

Quadro 4: Tempo de trabalho na instituição

Até 1 ano	18 servidores (22,2%)
Até 2 anos	9 servidores (11,1%)
Até 5 anos	9 servidores (11,1%)
Até 10 anos	3 servidores (3,7%)
Até 15 anos	14 servidores (17,3%)
Até 20 anos	20 servidores (24,7%)
Até 25 anos	5 servidores (6,2%)
Até 30 anos	3 servidores (3,7%)

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Observando o tempo de trabalho dos servidores na época da transformação institucional, constata-se que quase metade dos servidores (48,1%) da instituição chegaram nos últimos dez anos, em decorrência, em sua maioria, do processo de expansão iniciado em 2005 pelo MEC, ou seja, uma parcela significativa tinha pouca ou nenhuma experiência com a Rede Federal de EPT.

A respeito das Unidades de atuação desses participantes temos a seguinte distribuição:

Quadro 5: Unidades de atuação dos participantes

Araranguá	5 servidores (6,2%)
Chapecó	3 servidores (3,7%)
Florianópolis	40 servidores (49,4%)
Florianópolis-	3 servidores (3,7%)

Continente	
Jaraguá do Sul	9 servidores (11,1%)
Joinville	3 servidores (3,7%)
São José	13 servidores (16%)
Direção Geral	3 servidores (3,7%).

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A maioria dos participantes são da Unidade de Florianópolis, pois esta era a maior Unidade da época e se mantém como a maior nos dias atuais, tanto em número de matrículas, como em número de servidores.

Com essas informações dispostas, observa-se um número significativo de servidores recém-ingressados na instituição o que pode demonstrar um desejo de uma nova institucionalidade gerado pela expectativa de transformação em UT. Além disso, os servidores que atravessaram os desmontes da EPT na década de 1990 viam a UT como uma possibilidade de ampliação e manutenção da estrutura existente.

4.2.1 O debate para a transformação no CEFET-SC

A transformação em IFs se deu como uma das ações do Plano de Metas lançado oficialmente pelo MEC em abril de 2007 sem um prévio debate com as instituições envolvidas na nova institucionalidade. No CEFET-SC, a partir do material organizado por Silva, Silva e Santos (2014), foi possível identificar que as discussões envolvendo a comunidade acadêmica iniciaram em meados de junho, um mês após o lançamento do Plano de Metas e da publicação do Decreto nº 6095/2007.

A partir dos relatos⁷ enviados pelas unidades, é possível constatar, que a Direção-Geral (DG) do CEFET-SC, após a publicação do decreto, encaminhou comunicado para todas as Unidades, orientando o debate interno e posterior envio, contendo o debate e o posicionamento das Unidades a respeito da possível transformação a partir do Decreto nº 6095/2007 (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014).

As análises desses relatos enviadas por todas as Unidades descentralizadas,

⁷ Relato DISCUSSÕES NOS CÂMPUS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO EM IFET, disponibilizado em: <https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/discussc3b5es-nos-cc3a2mpus-so-bre-decreto-6905-de-2007.pdf>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

para a Direção-Geral do CEFET-SC, retratando desse modo os debates ocorridos nesse primeiro momento, serão apresentadas a seguir.

Em 28 de maio de 2007, foi realizada a discussão na Unidade de Chapecó, com a presença apenas dos servidores Técnicos Administrativos em Educação e o Diretor-Geral da Unidade. Não estão disponibilizados neste documento os motivos pelos quais os docentes não estiveram presentes na reunião. Também não foi identificado outro documento relatando o debate ocorrido entre os docentes e estudantes desta mesma Unidade.

A reunião foi organizada pelos representantes TAES do colegiado da instituição e não indicou o número de participantes. Nesta unidade não foi observada resistência por parte dos presentes na reunião ao novo projeto institucional. Os pontos favoráveis à transformação institucional apresentados neste encontro foram: a autonomia administrativa, a gestão orçamentária financeira descentralizada e também a autonomia pedagógica que a nova instituição proporcionará. Além disso, destaca-se que, a população da cidade, de modo geral, ainda desconhece o trabalho realizado no CEFET-SC Chapecó e, diante disso, não apontaram a nova institucionalidade como um problema para essa região.

Em 01 de junho de 2007 foi realizada uma reunião aberta na Unidade de Florianópolis, onde estavam presentes TAES e docentes. No relato da reunião não foram apontados os organizadores da reunião nem foi indicado o número de participantes. Diferente do ocorrido na Unidade de Chapecó, na Unidade de Florianópolis muitas foram as dúvidas a respeito da nova institucionalidade e suas novas atribuições. Vale lembrar que o projeto enviado para o Governo Federal para a transformação em UT foi construído por docentes desta Unidade possivelmente por ser esta Unidade a mais antiga, criada em 1909, do CEFET-SC.

Observou-se que os pontos levantados giraram em torno das muitas dúvidas da comunidade acadêmica da Unidade de Florianópolis. Entre eles, destacaram-se: o modo aligeirado como o MEC encaminhou o processo, questionamentos sobre como ficaria a carreira docente diante da nova instituição, preocupações com a identidade institucional que havia passado por mudança recente, no ano 2002 (transformação de ETFSC para CEFET-SC) e, ainda, encontra-se em processo de consolidação, cobrança de uma efetiva participação docente nessa discussão que impactaria nas ações pedagógicas institucionais e dúvidas sobre as verdadeiras vantagens com a transformação.

Nessa mesma reunião, também foi discutido o abandono do projeto de transformação em UT. Os questionamentos, novamente seguem em tom de incertezas: A obrigatoriedade da oferta de 50% para cursos técnicos, a oferta de 20% em licenciaturas e o contingente de docentes necessários para suprir a demanda desses cursos, os IFETs serem comparados às Universidades apenas para efeito de regulação, supervisão e avaliação. E, ainda, o fato dos TAES, não poderem ser candidatos a Reitor/a.

Em 6 de junho de 2007, a partir do relatado por Santos, Silva e Silva (2014), foi organizada uma reunião pelo Assessor Pedagógico da unidade de Jaraguá do Sul:

Houve a participação de 80% dos servidores. Dos 20% que faltaram, apenas 6,5% não apresentaram justificativas legais e 8,5% estavam trabalhando no último dia de inscrições do exame classificatório do CEFET/SC. (DISCUSSÕES NOS CÂMPUS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO EM IFET, 2007).

Na Unidade de Jaraguá do Sul notou-se que os servidores também recebem a notícia da transformação com algumas dúvidas semelhantes às da Unidade de Florianópolis. Dentre elas destacamos: as preocupações com o destino da carreira docente diante da nova institucionalidade, as questões orçamentárias e sua distribuição nos futuros campi e, também, o fato dos TAES não poderem ser candidatos a Reitor/a.

Na Unidade de Joinville, diferente das unidades anteriores, o relato aparece de modo mais sistematizado. As reuniões são denominadas de fórum coletivo e observou-se, pela primeira vez nos relatos, a participação dos estudantes. Foi proposta uma agenda de debates dentro da Unidade, coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento do Ensino. Os fóruns aconteceram entre os dias 23 e 30 de maio de 2007 e 06 e 14 de junho de 2007. Na análise do documento não foi localizada a lista dos presentes.

Em Joinville, a exemplo das anteriores, muitas incertezas foram levantadas a respeito da transformação. Dentre as quais, destacamos: a preocupação com a nova distribuição orçamentária, como seria feita a escolha do novo Reitor/a, como se daria o processo de ampliação do quadro de vagas dos servidores, perda do *status* de Centro Universitário e, também, preocupações em torno da carreira docente.

Durante o segundo fórum coletivo, foi encaminhado que os servidores teriam um momento de debate com Direção-Geral do CEFET-SC, um representante do

SINASEFE e um dos seus advogados, a fim de que pudessem esclarecer as dúvidas levantadas durante as reuniões anteriores. Deste modo, em 06 de junho de 2007, aconteceu o terceiro fórum na Unidade de Joinville, com a presença da Diretora-Geral do CEFET-SC, Consuelo Aparecida Sielski Santos, do Presidente do CONCEFET, Luiz Augusto Caldas – CEFET-RJ, representante do SINASEFE, Maria de Lourdes Cardoso e do docente Marcos Neves da Unidade Florianópolis.

Foi apresentado pelo docente da Unidade de Florianópolis pontos do Decreto que considerava controverso: o novo campo de atuação da nova instituição, a perda do *status* de Centro Universitário, dúvidas a respeito da dotação orçamentária. O docente salientou que a manutenção do CEFET-SC e sua expansão deveria ser mantida neste momento e que o MEC deveria explicitar, de modo mais claro e objetivo, a sua proposta para as novas instituições de EPT.

O presidente do CONCEFET problematizou a forma aligeirada da publicação do Decreto, sem o devido debate com a rede e afirmou que o CONCEFET ainda não tinha uma posição tomada. Fez a defesa do debate na rede e destacou, como ponto positivo, que a nova instituição poderia emitir diplomas de nível superior, o que não era possível aos CEFETs naquele momento. A Diretora-Geral do CEFET-SC defendeu a transformação, destacando como vantagem a oferta de cursos de mestrado e doutorado que poderiam ser ofertados após a transformação. A representante do SINASEFE, de acordo com o relato, não apresentou colocações.

Um novo fórum aconteceu em 14 de junho de 2017 e percebeu-se que a discussão e as indagações seguiram a mesma direção dos encontros anteriores e concluiu-se que a Unidade ainda não tinha subsídios para uma tomada de posição e que aguardaria a continuação do debate em rede.

Na unidade Florianópolis-Continente o relato aponta novamente para dúvidas a exemplo das Unidades anteriores, tais como: preocupações com a carreira docente, a mudança de nome novamente (última ocorreu em 2002), e falta de clareza do MEC na proposição de uma institucionalidade. Destacaram-se, ainda, o tempo de trabalho na instituição (a Unidade Continente foi incorporada pelo CEFET-SC apenas no ano de 2008). O número de participantes não foi apontado no relato.

Na Unidade de São José, que é a Unidade descentralizada mais antiga do CEFET-SC (1990), o encontro para debater uma possível transformação ocorreu em 06 de junho de 2007. Também foram apresentados diversos questionamentos a

respeito da nova instituição, tais como: dúvidas referentes à carreira docente, o abandono do projeto de UT, receio com a obrigação de oferta de cursos ser 50% para cursos técnicos, proibição de TAEs assumirem o cargo de Reitor/a. Diante disso, aquele coletivo sugeriu que a Direção-Geral do CEFET-SC procurasse mais respostas para dar subsídio para a comunidade acadêmica tomar sua decisão.

Apesar da proposta inicial da pesquisa estabelecer que investigação ocorreria a partir da Chamada Pública 002/2007/MEC, julgou-se pertinente apresentar os registros acima, pois verificou-se que o início da discussão em torno da transformação institucional no interior de CEFET-SC, ocorreu logo após o lançamento do Decreto nº 6095/2007, e que houve a partir da Direção-Geral, uma tentativa de consulta e de consenso entre as unidades descentralizadas.

Percebeu-se que, naquele momento, as discussões ocorreram de forma desordenada e coube a Direção de cada Unidade encaminhar essa demanda como considerou adequado. Porém, é possível observar que a consulta pública da qual trataremos adiante, tem sua origem a partir dos retornos encaminhados pelas Unidades, pois diante de tantas dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto e possibilidade de transformação em algo diferente da UT, a DG considerou adequado organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica.

A Direção-Geral do CEFET-SC se posicionou de forma favorável a respeito da proposta de transformação institucional apresentada pelo MEC para a criação de nova institucionalidade. Conforme esse registro também é possível identificar ser essa a primeira tentativa da Direção-Geral de buscar apoio e consenso entre as Unidades descentralizadas, o que não ocorreu.

Muitas eram as preocupações da comunidade acadêmica apresentada nesses primeiros registros. Diversos temas são recorrentes em praticamente todas as Unidades, tais como: carreira docente, escolha de Reitor/a, engessamento da oferta por conta do cumprimento dos percentuais dispostos no decreto, viabilidade do aumento no número dos servidores, abandono da ideia de UT.

Esses temas foram tomando a centralidade do debate em praticamente todas as Unidades. As questões de cunho político-pedagógico não foram o centro dos debates naquele momento dentro do CEFET-SC, assim como também não foi identificado esse debate dentro da SETEC. Questões a respeito de que tipo de oferta de EPT seria possível através da transformação não aparecem nos relatos,

assim como não aparecem questões sobre a formação de docentes e servidores para atuarem nesse novo cenário institucional.

Destaca-se que, naquele momento, o SINAFESE-SC não apresentou um posicionamento a respeito da transformação, mesmo quando solicitado pela Unidade de Joinville. As dúvidas a respeito da transformação confirmam o desconhecimento do Decreto e as intenções com a nova instituição pelos sujeitos da rede EPT. Esse processo gerou, evidentemente, um clima de insegurança, mesmo quando o proposto estava alinhado ao métier dos CEFETs, considerando que nova proposição já contemplava parte da oferta dessas instituições.

De acordo com Silva, Silva e Santos (2014), o Colegiado de Administração do CEFET-SC, com o retorno das discussões realizadas nas Unidades em mãos, colocou em pauta a discussão sobre a transformação em IFET, entre os meses de setembro e outubro de 2007. Na reunião de novembro foi estabelecida a metodologia que seria aplicada para mapear o posicionamento dos servidores e estudantes. Porém, as atas das citadas nas reuniões não foram localizadas e, por conta disso, o teor dessa discussão e os encaminhamentos não foram possíveis de serem analisados.

Seguindo a ordem cronológica da criação dos IFETs, foi nesse contexto de dúvidas e incertezas que foi lançado, em 12 dezembro de 2007, pelo MEC, a chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, que tinha por objetivo analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs.

A chamada pública salientou aspectos já contemplados no Decreto nº 6095/2007:

1.2.1 — ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios do IFET; 1.2.2 — ofertar a educação básica, a licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação, lato e stricto sensu; 1.2.3 — orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável; e 1.2.4 — promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (MEC, 2007).

Apesar da similaridade entre as intenções postas no Decreto para as

instituições da rede EPT e, portanto, o teor minimamente já conhecido pela comunidade acadêmica, as instituições seguiram com muitas dúvidas, como relatam Silva, Silva e Santos (2014) e tiveram apenas 90 dias para encaminhar a sua proposta de transformação.

Portanto, considerando a data de lançamento da mencionada chamada e, levando em conta o calendário escolar brasileiro, com período de férias agendadas sempre entre os meses de dezembro e janeiro para servidores e estudantes, esse tempo tornou-se ainda menor, restando aproximadamente 50 dias, para que comunidade acadêmica se apropriasse e debatesse sobre as implicações da nova institucionalidade.

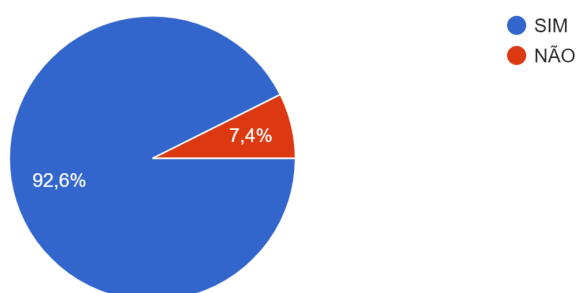
Quando indagamos os participantes da pesquisa acerca do conhecimento das intenções do MEC em transformar em IFET obteve-se a seguinte resposta:

Gráfico SEQ Gráfico * ARABIC 1: Conhecimento sobre as intenções do MEC em transformar em o CEFET-SC em IFET

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

8. Você teve conhecimento da intenção do Ministério da Educação em transformar o então CEFET-SC em IFSC?

81 respostas



Percebe-se, a partir das respostas dos participantes, que de fato foi uma pauta que mobilizou e despertou interesse entre TAEs e Docentes. Também havia sido encaminhada uma primeira consulta às Unidades, como citado anteriormente, para que as informações sobre as novas intenções do MEC passassem a fazer parte das discussões das Unidades do CEFET-SC.

Quando questionados sobre como haviam tomado conhecimento da intenção do MEC em transformar o CEFET-SC em IFET os participantes da pesquisa responderam que:

Já existiam diversas conversas pelos corredores, que sempre tomavam como base a UTFPR. Em 2008, a própria instituição divulgou em reuniões a notícia e na época a própria diretora do sistema visitou o campus, tornando público o debate (P84).

Pela divulgação no campus (na época, Unidade Florianópolis) pelos gestores e pelos representantes docentes nos órgãos colegiados (P65).

Através da direção do campus e direção do Cefet-SC (P77).

Pela Diretora geral da época (P18).

Acompanhando os projetos e ações do governo (P24).

A informação foi divulgada pela reitoria. Porém, naquela época, nós acompanhamos bem de perto as informações da SETEC/MEC (P28).

Por meio de várias reuniões que tivemos no Campus (P10).

Pela publicação da legislação que transformava e dos debates que sucederam essa legislação (P31).

Através da direção da escola (P14).

Pela própria gestão no período (P07).

Através da própria instituição (P20).

Reuniões com a direção e servidores do campus Florianópolis (P48).

Observamos, novamente, que a própria Direção-Geral colocou o assunto em pauta, ao fazer a primeira consulta às Unidades e, que isso fomentou a disseminação das intenções do MEC naquele momento. Mas foi somente a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007 e com os prazos estabelecidos por ela, que o Colegiado de Administração do CEFET-SC reuniu-se em 13 de fevereiro de 2008, após as férias escolares, e estabeleceu a metodologia (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014) de consulta aos servidores e estudantes e também um calendário de debate.

Nesse momento, o colegiado e os representantes do SINASEFE-SC, propuseram que a decisão de transformação ou não, deveria passar por decisão da comunidade acadêmica e, portanto, foi determinada a realização de um plebiscito. Para a condução e coordenação deste plebiscito foi criada uma comissão que contava com representantes da Direção-Geral do CEFET-SC e SINASEFE-SC.

Foi, também, estabelecido o recebimento de teses (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014), que seriam as proposições com argumentos para a transformação ou não em

IFET, que poderiam ser enviadas por qualquer servidor ativo ou estudante, de modo individual ou coletivo e seriam apresentadas nas Unidades, conforme calendário abaixo:

Tabela 1: Local, data e turno das teses apresentadas nas Unidades

Unidade	Datas- Horário
São José	25/02/08: matutino, vespertino e noturno
Joinville	26/02/08: vespertino
Jaraguá do Sul	26/02/08: noturno
Florianópolis	28/02/08: vespertino e noturno 29/02/08: matutino
Chapecó	03/03/08: noturno 04/03/08: matutino
Florianópolis-Continen te e Direção-Geral	05/03/08: matutino

Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Ficou também estabelecido que, no caso do recebimento de mais de uma tese com o mesmo posicionamento, as mesmas deveriam se unificar a partir do comum acordo entre os proponentes. Deste modo, deveria ir para o debate nas Unidades, apenas uma tese para cada uma das situações: em defesa da transformação em IFET ou contrária a transformação em IFET.

As datas estabelecidas para Consulta à Comunidade mediante, plebiscito e direito a votação secreta foram, dia 28 de fevereiro na Unidade São José e dia 6 de março de 2008 nas demais Unidades e Direção-Geral. A contagem de todos os votos aconteceria apenas após o dia 06 março, quando finalizada a votação em todas as Unidades.

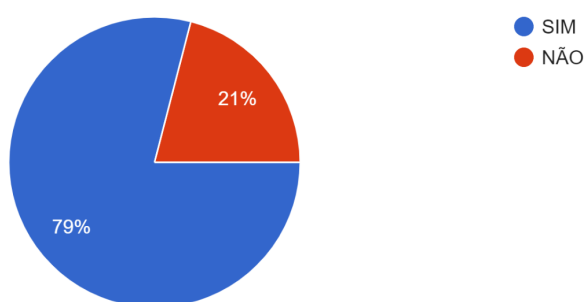
Observando o calendário e a data para envio do projeto, em caso de aprovação da proposta (11 de março de 2008), verificou-se o modo aligeirado como a instituição precisou lidar com a chamada pública. No caso do CEFET-SC este tempo ficou ainda menor, considerando o recebimento das teses, os debates em todas as unidades, o plebiscito e a escrita do projeto. O envio da proposta final para o MEC, em caso de transformação em IFET, era 11 de março de 2008.

Perguntou-se aos participantes se eles lembravam de como o processo de transformação foi colocado em debate:

Gráfico 2: Recordação sobre o debate sobre a transformação do CEFET-SC em IFET

9. Você lembra como foi colocada em debate na sua unidade a transformação do CEFET-SC em IFET?

81 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Observamos que, quinze anos após a transformação da rede EPT em institutos federais, uma parcela dos servidores que vivenciou a transformação já não recorda mais como ocorreu o debate institucional.

Quando indagados sobre a condução desse debate, obteve-se descrições bastante divergentes que evidenciam como o processo ocorreu sobre tensionamentos e que, possivelmente, trouxe consequências para a implementação da nova instituição:

Eu lembro que não havia muita alternativa. Foi dada a opção de manter-se CEFET, mas como sabia-se que seria uma instituição a ser extinta com o tempo. Lembro que apenas o Rio de Janeiro decidiu manter; (P06)

Foi para inglês ver! A maioria da comunidade era contrária à transformação. Na verdade, centros universitários, como éramos até então, possuem muito mais autonomia e liberdade para propor cursos, do que o PL que instituiu os institutos preconizava para o que seria o IFSC. A frase mais ouvida nas reuniões era “vamos assinar um cheque em branco e perder direitos”. Mas a então reitora batia o pé, com o principal argumento de que “não receberíamos verba, se não concordássemos com a transformação e nosso orçamento ficaria à míngua”. (P11)

De forma direcionada, como se fosse a grande melhora. (P12)

Todos tínhamos poucas informações, a antiga diretora geral reuniu todos os servidores da unidade e falou somente das vantagens em se tornar instituto. Teríamos reitores e pró-reitores e também muito mais códigos de vagas. Não foi informado que estes códigos de vagas estariam atrelados a novos

curso de licenciatura, que não era o perfil da nossa instituição. Perguntas contrárias aos interesses da direção geral eram minimizadas, o que importava era a quantidade de FG que receberíamos a mais. Não foi discutido a autonomia, o perfil e o objetivo da nossa instituição (P18)

Tivemos pouco debate veio por resolução do MEC.(P84)

Ocorreram reuniões departamentais para esclarecimento do processo e vários debates sobre o assunto. Foram realizadas assembleias com a participação da comunidade acadêmica e defesas prós e contras a transformação, culminando em uma votação para aceitação ou não do processo. Acredito que o processo foi democrático e permitiu que todos se manifestassem e resultou na decisão da maioria, porém havia uma resistência grande para a transformação, visto que muitos desejavam a transformação em universidade. (P81)

Os debates foram amplos, pois havia muita dúvida sobre a efetividade das propostas de transformação, considerando que a ETFSC tinha 100 anos e estava consolidada. (P77)

Foi uma conversa em auditório ampla e aberta, o processo foi tranquilo. (P61)

Foi um debate bastante democrático, ambos os lados puderam produzir uma tese. (P16)

Reuniões no auditório e nos departamentos. Acredito que foram conduzidos de forma correta. (P20)

A partir das exposições verificou-se que parte dos participantes acreditam que o debate para transformação ocorreu de modo bastante tranquilo, enquanto uma outra parcela questiona o direcionamento dado pela Direção-Geral.

Com as regras estabelecidas para a consulta pública, foram recebidas apenas duas teses, uma favorável à transformação e uma contrária. A tese favorável⁸ à transformação foi assinada por todos/as os gestores das Unidades do CEFET-SC na época e a tese contrária⁹ à transformação, assinada por um grupo de 8 docentes de diferentes departamentos da Unidade de Florianópolis.

A tese favorável defendia a transformação em IFET e era intitulada “**O CREDENCIAMENTO DO CEFET-SC COMO IFET-SC: A necessária e oportuna evolução institucional**”. Utilizava como argumentos principais: a possibilidade de expansão e, conseqüentemente, a oferta de EPT para mais cidades em Santa Catarina e também a ampliação dos itinerários formativos; maior autonomia

⁸ Disponível em:

https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/tese_favorc3a1vel_c3a0_transfor_mac3a7c3a3o_em_ifet.pdf

⁹ Disponível em:

https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/tese_contra_c3a0_transformac3a7c3a3o_em_ifet.pdf

administrativa e pedagógica, enfatizando o modelo administrativo descentralizado e como cada unidade se beneficiaria desse modelo; identidade institucional assegurada, tendo em vista as ofertas de cursos técnicos terem assegurados 50% das matrículas; fomento à pesquisa e a recursos antes destinados apenas às universidades; e a reestruturação do plano de carreira docente com perspectivas de equiparação da carreira docente das universidades.

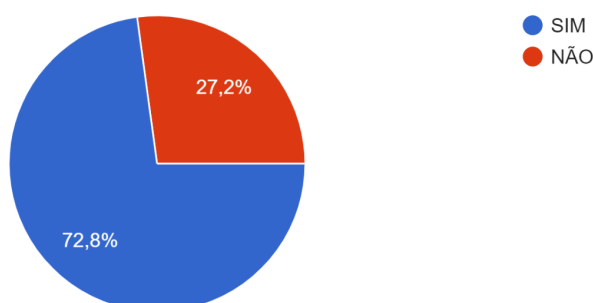
A tese contrária intitulada **“Consolidar o CEFET como parte da Política Pública de Estado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e garantir sua autonomia”**, apresentou os seguintes argumentos para não efetivação da transformação: preservação da identidade institucional, que não estava garantida com a transformação; a nova instituição não acrescentaria novidades a já existentes na estrutura acadêmica do CEFET-SC; dúvidas sobre a verdadeira intencionalidade do MEC em reorganizar a Rede de EPT, visto que o CEFET-SC não passaria por essa reformulação, pois manteria sua atual estrutura de Unidades e, ainda, que a expansão não deveria estar atrelada à transformação, visto que isso não estava garantido.

Sobre como os participantes da pesquisa se apropriaram das teses apresentadas temos o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Apropriação das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública

11. Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública? tese favorável (aqui) e tese contrária (aqui).

81 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Conforme o gráfico 3 uma parte considerável dos servidores que participaram

da pesquisa tiveram conhecimento das teses apresentadas e uma parcela menor não conseguiu se apropriar das teses defendidas. Alguns fatores podem ajudar na compreensão da não apropriação por parte destes servidores, tais como: o curto espaço de tempo que a instituição teve para o debate, servidores recém ingressados na instituição ou com pouca ou nenhuma familiaridade com a EPT.

A respeito dos entendimentos sobre as teses apresentadas, perguntamos aos participantes quais eram:

A tese favorável estava em alinhamento com o progresso e avanços na EBTT, efetivamente pela não transformação em universidade tecnológica; enquanto a tese contrária continha o risco de não apoio financeiro pelo MEC, não expansão, mas com a perspectiva de continuidade do pleito de transformação em universidade tecnológica, a exemplo da UTFPR. (P09)

Ainda que com restrições, meu entendimento era de que a instituição deveria avançar, porém restringindo seu campo de atuação única e exclusivamente na formação profissional. (P03)

Sempre achei que era positiva a transformação, porque vim da Universidade. (P22)

A verticalização institucional traria grandes benefícios, em especial ao campus Jaraguá do Sul, que existia desde 1994, e até então era uma Unidade Descentralizada do Campus Florianópolis. Nem orçamento próprio tinha. (P16)

Uma tese defendia a transformação em Instituto Federal e a possibilidade de interiorização, com a ampliação do número de campus inclusive em regiões onde nunca havia tido educação pública Federal, por ex: no oeste de Santa Catarina. A outra tese era contrária e não concordava com a ampliação da Rede Federal. (P19)

Meu entendimento foi de que a transformação em IF era um caminho natural para a estruturação da instituição. (P28)

Sempre entendi que a tese contrária era mais movida por dúvidas do que por convicções. Dúvidas relacionadas à questão orçamentária, autonomia institucional e a nossa identidade institucional. Já com relação à tese favorável, existiam muitas vantagens apresentadas. Vantagens que previam a internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas e a interiorização e criação de novos campus. (P29)

Tinha o entendimento favorável, pois as mudanças propunham o fortalecimento do ensino técnico com definição de parâmetros estabelecidos, quanto a percentuais de matrículas na rede. Isso trouxe mais segurança para esta parcela de cursos que estavam em um processo de sucateamento devido a instituições da rede antiga que faziam a mudança direta para somente os cursos de nível superior. (P33)

Percebi que a tese favorável apresentava a possibilidade de oferta de cursos superiores, considerando o itinerário formativo; falava-se em transformação em UTF. A tese contrária avaliava a questão orçamentária, argumentando que não haveria orçamento para suportar a mudança. (P39)

Da leitura de ambos e das discussões que naturalmente faziam parte das atividades de trabalho, inclusive com os segmentos dos campus, e pelo conhecimento dos processos administrativos inerentes ao meu cargo, meu entendimento era de que a transformação seria benéfica e garantiria a continuidade da missão institucional, inclusive abrindo espaço para ampliação da oferta para além do nível médio de escolaridade. Eu acreditava que a expansão institucional e a ascensão para uma estrutura organizacional idêntica à das Universidades poderia trazer oportunidades às diversas categorias profissionais na Instituição. (P02)

Ambas tinha pontos positivos e negativos, porém a tese de transformação em IFSC era a tese que teria garantia de implementação, enquanto que a tese contrária, de tentar se transformar em universidade era totalmente improvável. (P81)

A transformação em IFSC oportunizaria a oferta de outras modalidades de ensino, em especial os cursos de graduação. (P71)

Que este processo não teria retrocesso, a rede dos IFs existiria de qualquer forma. (P61)

Concluí na época, que a opção pró-IFET beneficiaria mais à instituição e à sociedade como um todo, e que se continuássemos como CEFET, correríamos o risco de tornarmos uma instituição obsoleta. (P50)

Que não havia muita alternativa, visto que os recursos financeiros estavam atrelados à mudança. (P34)

A partir dos trechos acima percebe-se que as inseguranças iniciais, de meados de 2007, vão dando lugar a novos olhares. Os sujeitos começam a vislumbrar as vantagens e novas possibilidades que a transformação poderia trazer à instituição. Aqui, já é possível identificar que as apresentações das teses, tiveram um papel fundamental para o convencimento da comunidade acadêmica no que diz respeito à transformação e a busca por um número maior de sujeitos em consenso.

Aos poucos a ideia de transformação em UT foi ficando distante e improvável e foi dando lugar ao novo projeto do MEC. É possível ainda constatar nos trechos acima, que os argumentos utilizados na tese favorável, tais como: possibilidade também oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabelecidos), expansão institucional e como consequência aumento do número de matrículas, interiorização da rede, ampliação orçamentária e de número de servidores, foram também apresentados pelos servidores como pontos favoráveis a institucionalidade.

Percebe-se ainda que o debate em torno do ensino técnico, que se transformaria na maior fatia de oferta a partir dos critérios estabelecido pelo Decreto, não teve destaque por parte de nenhuma dessas teses. E isso provavelmente iria repercutir nos argumentos que a própria comunidade construiu para aceitar e pensar

a nova instituição e iria implicar na implantação do novo projeto.

Entretanto, também é possível observar que uma parcela menor dos participantes apresentou os destinos do ensino técnico como uma preocupação e que os percentuais estabelecidos para esse tipo de oferta vai contribuir para que esses sujeitos também passem a apoiar a transformação institucional.

Reserva de vagas para os cursos técnicos, expansão da rede. (P33)

Garantia de 50% de oferta em cursos técnicos e promessa de mais investimentos. (P52)

Mais investimento nos cursos técnicos. (P25)

O aspecto do crescimento e desenvolvimento do ensino técnico e seu papel na construção e renovação da instituição. (P66)

Continuidade no atendimento ao nível médio integrado com a verticalização do ensino. (P75)

... e a garantia de manter o ensino técnico. (P81)

Identificou-se que os pontos de tensionamento iniciais e enfatizados pela tese contrária, irão persistir, mesmo quando perguntados quinze anos depois da transformação como indicados a seguir pelos participantes da pesquisa

:

Pleno entendimento das duas teses. A tese de transformação do CEFET em IF era uma reprodução dos argumentos do MEC quanto a reestruturação da Rede Federal e a tese de manutenção do CEFET se apresentou como uma reação à imposição do MEC que desconsiderou a trajetória que a Instituição vinha desenvolvendo. (P67)

Considerava que as duas teses apresentavam pontos que favoreciam à instituição, porém, a tese contrária à transformação do CEFET-SC em IFET me parecia mais realista, uma vez que não se sentia confiança no futuro jurídico e orçamentário que se apresentava. Eu considerava que deveria ser firmada a identidade do CEFET-SC, que, inclusive, tinha pouco tempo de efetivação. (P82)

Eu não tinha nenhuma opinião formada a respeito, pois estava chegando na instituição. A sensação que eu tinha era de que havia mais coisas em jogo do que eu conseguia captar, com tão pouco tempo não só de casa, como de aproximação com a EPT. Também não estava claro para mim qual a real diferença entre ser CEFET e ser IFET, parecia que o que se vislumbrava com a transformação, já era uma realidade no CEFET. (P69)

Para uma resposta muito resumida: NENHUMA argumentação apresentada a favor da criação dos institutos não poderia ser implementada em um CEFET. Não havia a menor necessidade de virarmos instituto! Bastaria que o Governo procedesse com os investimentos que dizia querer fazer, no CEFET-SC, ou nos promover a UTFSC, como era a vontade de muitos!!!! Para mim, a única lógica que permeia tudo isto foi politicagem e aparelhamento do Estado. (P11)

As teses estavam bem fundamentadas e certamente contribuíram para estimular a reflexão sobre o tema. No entanto, a proposta de transformação institucional, como não poderia deixar de ser, trazia alguma incerteza. De certa forma, tanto os benefícios (destacados na tese favorável) quanto às ameaças (destacados na tese contrária) eram mais expectativas e inferências do que situações concretas. A tese contrária usou a metáfora do "cheque em branco"; a tese favorável procurava associar a transformação ao processo de expansão e à evolução da rede de ensino tecnológico. (P48)

Pelo que me lembro, a tese a favor falava sobre os benefícios que a mudança traria para a instituição (mais investimentos e possibilidade de oferecer novos cursos) e a tese contrária falava em consolidar o CEFET-SC e que a mudança havia sido pouco discutida. (P36)

O meu entendimento é que a instituição não deveria mudar de forma abrupta, desde de sua denominação, seus objetivos institucionais e outros. (P14)

Éramos pouco esclarecidos e a direção geral e local pressionavam para votar favorável. (P18)

Existia uma "tendência" para que todos virassem IF mas também uma resistência quanto a perda de identidade. (P21)

Uma parte dos servidores segue fazendo a defesa pela manutenção do CEFET-SC, pois considerava a transformação uma imposição do MEC. Além disso, argumentam que o leque de ofertas proposto já estava contemplado naquela configuração institucional. Outro fator apontado por essa parcela dos participantes é a preocupação com a identidade institucional que poderia sofrer prejuízos em função de mais uma mudança de nome num curto espaço de tempo. Também se verifica que a ausência de algumas respostas para a Rede Federal por parte do MEC, contribuiu com o clima de desconfiança frente ao novo projeto.

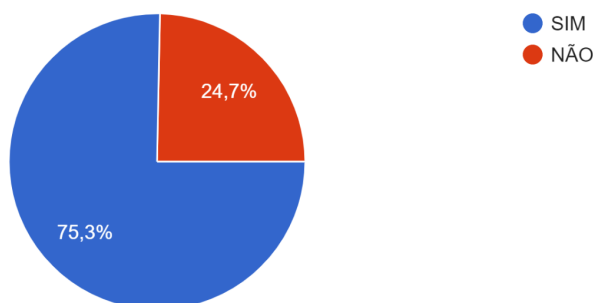
A partir dos argumentos apresentados pelas duas teses, após a apresentação e debates em todas as Unidades e conforme calendário apresentado anteriormente, ocorreu a consulta pública envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica: no dia 28 de fevereiro de 2008 na Unidade de São José e no dia 06 de março nas demais Unidades.

Quando indagados sobre sua participação no processo de consulta para a transformação os participantes da pesquisa responderam que:

Gráfico 4: Participação no processo de consulta

10. Você participou da votação na consulta pública realizada em 28 de fevereiro de 2008 na unidade de São José e no dia 6 de março de 2008 nas demais unidades?

81 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

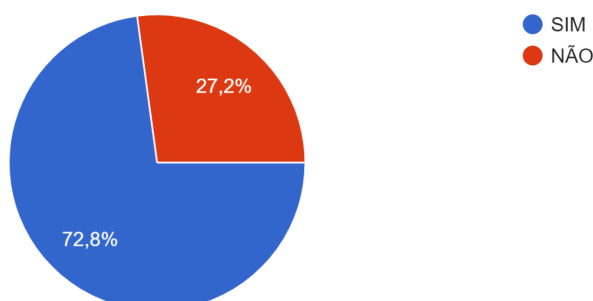
Apesar de 92,6% dos participantes da pesquisa possuírem conhecimento da intenção de transformação apresentada pelo MEC, ainda assim teremos um montante de 24,7% destes, que não participaram da consulta pública ocorrida na instituição.

Quando perguntados se conseguiram se apropriar das teses e discussões apresentadas, temos como resposta:

Gráfico 5: Apropriação das teses apresentadas

11. Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública? tese favorável (aqui) e tese contrária (aqui).

81 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O que também vai evidenciar que a participação na consulta pública, esteve

atrelada ao modo como o participante conseguiu se apropriar das teses apresentadas ou não. Os servidores que não conseguiram, por algum motivo, se apropriar das discussões vigentes, não se sentiram parte do processo e, portanto, não participaram da votação. Lembrando que os participantes citados nos gráficos acima, representam uma parcela da comunidade acadêmica, já que o grupo de participantes são apenas os servidores públicos daquele momento, docentes e técnicos administrativos em educação.

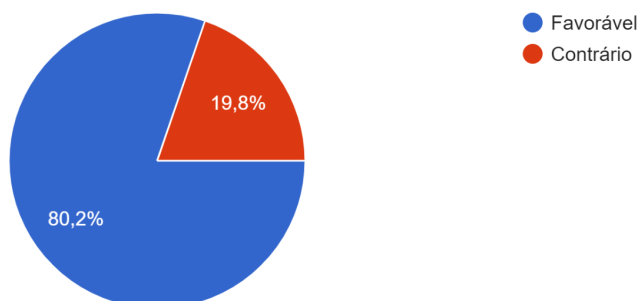
A contagem de votos ocorreu em 07 de março na Unidade de São José e teve como tese vencedora a que defendia a transformação em IFET, e contou com 76,06%, dos votos, enquanto a tese contrária obteve 21,14% dos votos.

O resultado da consulta pública de 2008, se aproxima do resultado obtido através das respostas dos participantes da pesquisa, sobre sua opção de voto naquele ano.

Gráfico 6: Voto favorável ou contrário à criação do IF

13. Você foi favorável ou contrário à criação do Instituto Federal?

81 respostas



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Sobre as expectativas e os pontos relevantes que foram decisivos para os servidores se posicionarem a favor da tese vencedora, destacamos alguns depoimentos que, inclusive, irão se repetir entre diversos participantes:

Mais recursos e ampliação de ofertas de ensino. (P08)

As possibilidades que um Instituto teria em relação ao antigo formato da instituição. (P15)

No meu ponto de vista, pertencer a uma rede, nos traria mais força e investimentos. Não mudar parecia arriscado sob o ponto de vista

político/institucional. (P21)

O ponto relevante foi que a transformação em IF criaria um novo modelo de instituição, abrindo a possibilidade de expansão e verticalização do ensino. (P28)

A internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas e a interiorização e criação de novos campus. Na verdade, pra mim, significava o fortalecimento institucional e a criação de uma Rede Federal. (P29)

Possibilidade de oferta de cursos em diversos níveis, diversidade no perfil dos alunos ingressos e maior contribuição da instituição à sociedade. (P31)

A possibilidade de expansão da rede e a construção de uma identidade própria, além do alinhamento com a garantia de manutenção de cursos técnicos. (P09)

Financeiro/econômico e a inserção do ensino tecnológico. (P24)

Financeiro e possibilidade de termos mestrado. (P34)

Avaliei na época que a mudança traria benefícios para a instituição, como possibilidade de oferecer novos cursos e de receber mais investimentos do governo federal. (P36)

Melhor estrutura administrativa, expansão da oferta educativa e de campi, carreira própria para os servidores. (P38)

Investimento, autonomia, reconhecimento é maior possibilidade de oferta de cursos e vagas para a comunidade. (P45)

A meu ver, a instituição poderia melhorar continuamente e atender sua missão quer se transformasse ou não. Minha opção foi essencialmente pragmática. Entendi que havia um movimento forte do MEC nesse sentido e me pareceu melhor para a instituição seguir por esse caminho. A transformação traria novas oportunidades e possibilidades, teríamos uma instituição mais articulada ao movimento em curso. Em suma, vi a transformação mais como uma oportunidade e um bom desafio do que como uma ameaça. Por outro lado, ficar "preso ao passado" me pareceu mais arriscado. (P48)

Ampliação da oferta, alinhamento com o governo federal, permitindo assim, abrir-se á mais vantagens em vários campos, caso contrário correríamos o risco de nos tornarmos obsoletos além de que, em alguma forma indireta poderíamos ser penalizados pelo então governo federal, ou pelo menos, deixados em segundo plano em relação a nova rede de institutos. (P50)

O fato da instituição se tornar uma instituição de ensino superior e poder ampliar a sua oferta de curso. Isso me pareceu importante para ampliar o atendimento aos diferentes públicos. (P54)

A partir dos apontamentos dos participantes, pode-se inferir que a ampliação dos recursos orçamentários prometidos pelo MEC estão entre os argumentos que mais vão aparecer entre os participantes. Assim como as questões relativas à ampliação de oferta de nível superior estarão presentes dentro das expectativas criadas para a nova instituição. Vale ressaltar que esses são os argumentos também

postos na tese favorável e que, de alguma maneira, vai colaborar para influenciar na decisão da comunidade.

A parcela de servidores que votou contra a transformação institucional vai seguir apresentando os argumentos postos durante todo o processo de debate e votação. Dentre eles destacam a perda de autonomia e os percentuais estabelecidos no Decreto como desvantagens na transformação como expressos nos depoimentos a seguir:

Não havia integração do CEFET-SC com as outras Autarquias Federais que atuam na educação profissional e tecnológica em Santa Catarina; Escolha do Reitor e Vice-Reitor piorou no IFSC; Perda de autonomia. (P10)

O principal: perdermos autonomia para decidir quais cursos e modalidades queremos ofertar. A PL dos institutos engessou bastante a oferta. Em segundo, a inviabilização do percurso natural para o CEFET-SC: virarmos uma Universidade Tecnológica, com um grande e eficiente Colégio de Aplicação. (P11)

A instituição perde a autonomia se tornando ferramenta do MEC. (P18)

Observa-se que a perda de autonomia vai configurar como umas das principais causas para os que defendiam a tese contrária. Além disso, os percentuais estabelecidos pelo decreto, estabelecendo que metade de toda a oferta institucional será em forma de cursos técnicos, vai motivar a não adesão desta parcela dos participantes. Ressalta-se que, nos modelos existentes de UT, esse percentual não foi colocado, deixando assim, a instituição com mais flexibilidade para a escolha de seu leque de ofertas dentro da EPT. Quando questionados sobre quais os aspectos inovadores no projeto institucional apresentado pelo MEC, observou-se que os participantes seguiram com apontamentos semelhantes aos já apresentados como justificativa para aprovação da transformação em IFET. Percebe-se que a promessa de ampliação do nível superior vai acomodando as pretensões dos servidores. A possibilidade de ampliação da pesquisa e da extensão, também estará ligada ao aspecto inovador esperado pelos participantes como visualiza-se a seguir:

Pois definia a vocação dos institutos de forma legal e também abriria mais espaço para pesquisa. (P06)

Por ser um modelo de êxito de instituição de ensino, no que se refere a atender o ensino, a pesquisa e a extensão. (P14)

Acredito que trouxe muita inovação sim. Iniciamos vários projetos novos nas frentes de pesquisa e extensão, bem como a criação direta de novos cursos. (P21)

Eu considerei necessário. A criação dos IF's possibilitou reestruturar todos os setores da instituição, desde a oferta de vagas até a gestão da escola. (P28)

Pois nos transformaria em uma rede de ensino médio mais ensino profissionalizante importante e com possibilidades de ter cursos superiores e se tornar reconhecidos. (P35)

Sim, pela possibilidade de oferta de cursos de outros níveis. (P39)

Em alguns aspectos, sim. Por exemplo, a ideia de uma instituição com múltiplos campus, articulada aos arranjos produtivos locais, trabalhando com os diversos níveis de formação profissional. (P48)

Sim, porque diversificava a oferta, e acreditava que esta opção abriria mais à pesquisa e extensão na instituição. (P50)

Sim, pois fortaleceria o ensino técnico e teria uma formação voltada para o setor produtivo, permitindo a pesquisa aplicável e deixando a pesquisa científica a cargo das universidades. (P81)

Sim, porque estenderia aos institutos federais poder trabalhar com educação superior e gerar estudos de pós-graduação. (P84)

A criação desta nova instituição também esteve relacionada ao projeto de UT, pois mesmo o Governo Federal adicionando ao Decreto percentuais que deveriam ser cumpridos pela instituição, manteve-se a possibilidade de ampliação de oferta de nível superior que, encontrava-se em torno de 10% de toda oferta. Com a nova configuração institucional esse percentual poderia chegar até 30%, e vai, deste modo, pacificando os desejos criados anteriormente.

As discussões em torno das questões políticas pedagógicas não ocupam uma centralidade neste debate, no interior do MEC ou na SETEC, como já identificado por diversos pesquisadores que realizam estudos nesta área. Deste modo, esse cenário irá se repetir no interior do CEFET-SC, como observado nos argumentos apresentados pelas duas teses, que serão os principais elementos que irão compor essa discussão. De todo modo, indagou-se os participantes sobre suas expectativas acerca do fortalecimento das ofertas já vigentes no CEFET-SC:

Eu entendia que teríamos a mesma força nos cursos já existentes, mas com potencial para ampliação das ofertas de ensino para outros níveis como graduação e pós-graduação. (P06)

Sim, por que nos equipararmos às universidades. (P22)

Sim, porque seriam ofertados em diversos níveis, desde a educação básica até a pós-graduação. (P50)

Acreditava que essa transformação aumentaria nossa estrutura, inclusive de pessoal. (P21)

Sim. Haveria incentivos para a ampliação da rede e fortalecimento da marca. (P27)

Sim, ampliação dos cursos superiores e abertura de cursos de pós. Melhoria no acesso a recursos CAPES/CNPq. (P73)

Os depoimentos anteriores indicam que as expectativas criadas com a nova instituição seguem versando sobre as possibilidades de ampliação de oferta de nível superior e sobre o *status* administrativo de universidade.

Além disso, os participantes foram questionados se as concepções de educação profissional estiveram presentes nesse momento de debate:

Em parte sim, mas o que de fato estava em jogo era a liberação de recursos financeiros, isto é, a decisão final foi tomada com base no financeiro, não tanto pelo acadêmico ou pedagógico. (P09)

Sim. Principalmente a questão de percentuais de oferta em diferentes níveis de formação. (P28)

Não foram muito aprofundados esses temas. Talvez pelas dúvidas, medos e incertezas que eram mais fortes naquele momento. Queríamos fazer o certo e o melhor para a instituição. Isso era uma decisão e uma responsabilidade muito grandes. (P29)

Nessa questão, a expansão física exagerada da rede e as questões burocráticas de gestão acordaram as possíveis e necessárias discussões sobre "educação". (P31)

Muito superficialmente, pois existiam dúvidas sobre o modelo a ser adotado e suas condições de funcionamento. (P64)

A partir dos relatos acima e, como já constatado anteriormente, que as questões orçamentárias irão compor também grande parte dos debates a respeito da nossa organização institucional. O Decreto nº 6095/2007 por trazer poucos elementos a respeito do funcionamento dessas novas instituições, favoreceu que essas dúvidas tomassem a centralidade desse debate e, deste modo, o novo modelo EPT proposto pelo governo vai aparecer de modo secundário. E foi dentro desse contexto, de dúvidas e incertezas, mas também com o apoio de uma parcela significativa da comunidade acadêmica que foi enviado, em março de 2008, pela

DG, o projeto de transformação de CEFET-SC em IFET¹⁰.

É interessante ressaltar que as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais foram lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, ou seja, as instituições enviaram seus projetos de aderência à Chamada Pública 002/2007/MEC, sem o conhecimento desse documento e, portanto, sem o efetivo debate sobre o seu teor dentro das instituições. Foi somente em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892, que foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Rede é composta pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) (estes não quiseram aderir aos Institutos, pois pretendiam transformar-se em Universidades Tecnológicas como aconteceu com o CEFET-PR) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Lei que criou os institutos organizou uma nova estrutura. Agregou instituições com diferentes identidades e, com isso, sua estrutura ficou semelhante à das Universidades, principalmente no que se refere à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. Os Institutos exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

Na sequência apresenta-se o produto educacional, como resultado dessa pesquisa.

¹⁰ Proposta de Constituição do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina disponível em: https://jesuegraciliano.files.wordpress.com/2014/05/ifet-sc_projeto-final-submetido-ao-mec.pdf.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Caderno de Depoimentos: **As vozes dos sujeitos envolvidos na TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC**

Apresentaremos neste capítulo o Produto Educacional que foi desenvolvido como parte dessa pesquisa. O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, ProfEPT, tem como objetivo proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, “visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e aos conhecimentos sistematizado” (PROFEPT, 2018, P.2).

A pesquisa que deu origem a este caderno, teve como objetivo principal investigar o processo de transformação do CEFET-SC em IFSC a partir da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007- Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo e considerando quais são os entendimentos e expectativas acerca da nova institucionalidade.

O Caderno de Depoimentos tem como objetivo apresentar os relatos e depoimentos dos sujeitos envolvidos neste processo e sintetizar o processo ocorrido entre os anos de 2007 e 2008, no interior da instituição. Ademais, o caderno versa, ainda, a partir de fontes documentais como, por exemplo, a legislação sobre os IFs, regulamentações internas do CEFET/IFSC e as teses propostas a acerca da transformação.

O referido caderno poderá ser utilizado, consultado e compreendido, sem a necessidade de consulta a esta dissertação, cumprindo assim o seu objetivo enquanto produto educacional e proporcionará aprofundamento na temática da educação profissional.

Considerando a complexidade das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e suas diversas facetas ao longo de sua trajetória, espera-se que esse caderno sirva de subsídio para preservação da memória institucional, visando à divulgação e preservação da história do IFSC. Além disso, este Caderno também poderá ser utilizado na formação dos servidores, quando o objetivo é

problematizar a nova institucionalidade, suas funções e seus desafios administrativos e políticos pedagógicos.

O público selecionado para apresentação e avaliação do Caderno de Memória, foram 18 servidores efetivos lotados na Coordenadoria Pedagógica do câmpus Florianópolis e também servidores efetivos lotados na Pró-Reitoria de ensino do IFSC. Os cargos destes servidores são: Pedagogos, Técnicos em Assuntos Educacionais, Assistentes Sociais e Psicólogos.

Considerou-se adequada a apresentação deste Produto Educacional a este grupo de servidores, pois todos estão envolvidos de modo direto aos processos de ensino institucionais.

Encaminhamos através do endereço eletrônico dos participantes a apresentação e avaliação do PE. Para apresentação, elaboramos um vídeo de 2 minutos que continha uma breve introdução ao caderno e seus objetivos. Em seguida os participantes foram convidados a responder um questionário eletrônico (APÊNDICE A) contendo cinco perguntas de avaliação do material apresentado. As quatro primeiras perguntas tinham como opção de resposta sim ou não e foram obrigatórias e a última questão era opcional e aberta, visto que tinha como objetivo que os participantes deixarem suas impressões sobre PE. Responderam ao questionário um total de 13 servidores dos 18 selecionados.

As perguntas de avaliação do PE versavam sobre a clareza na forma como foram dispostas as informações, a ampliação dos conhecimentos a acerca da transformação institucional, a preservação da memória institucional. Todos os participantes responderão as perguntas feitas.

As respostas dos participantes (P) sobre as impressões sobre o Caderno de Depoimentos indicam que:

Trabalho extremamente relevante para o registro de um momento marcante da nossa instituição, deveria ser abordado em atividades formativas. (P1)

Apenas parabenizar pela escolha do tema e pelo desenvolvimento do trabalho, um importante contributo para a História da Educação Profissional em Santa Catarina e no Brasil. (P2)

Parabenizo a mestrande Milene e sua orientadora pela clareza do objeto e apresentação dos resultados. Enfatizo o cuidado com a apresentação: dinâmica, colorida e convidativa à leitura. (P3)

O referido caderno de depoimentos sintetiza bem a história de transformação do CEFET-SC em IFSC, reunindo dados de estudos e pesquisas anteriores e registrando as vozes de sujeitos envolvidos nesse

processo. É um material de fácil consulta e importante do ponto de vista do registro histórico. (P4)

Trabalho maravilhoso. Escrito de forma clara e coerente. Muito valioso para contar o processo tão importante de transformação da instituição. Contribui com muitos subsídios para explicar as escolhas posteriores da instituição em relação a sua oferta de curso. Parabéns pelo folego de um trabalho tão minucioso e valioso!!! (P5)

Gostaria de parabenizar a pesquisadora pelo excelente resgate histórico e pela valiosa contribuição às reflexões dos servidores. (P6)

O material está muito claro, bem redigido e diagramado. Apresenta de forma didática um recorte histórico institucional que eu não havia lido em nenhum documento ainda. Parabéns! (P7)

Parabenizo à pesquisadora pela escolha do tema da pesquisa e pelo produto educacional apresentado. O material está escrito com clareza e visualmente didático. Eu ingressei no IFSC em 11 de dezembro de 2007 (véspera da publicação da chamada pública - agora eu sei) e à época não tinha a menor noção dessa realidade em trânsito. Embora logo tenha percebido ser a "ifetização" um assunto presente e recorrente, não tinha a dimensão de alguns aspectos da reverberação institucional, nem tinha um olhar sistematizado sobre o processo. Obrigada e parabéns! (P8)

O caderno é claro e está muito bem organizado, certamente cumpre seus objetivos. Será um ótimo material de pesquisa. Parabéns pelo belo trabalho. (P9)

A partir das avaliações recebidas, pode-se inferir que essa etapa aponta para a relevância do PE. Verificou-se também que a transformação institucional relatada no Caderno de Depoimentos é um assunto ainda pouco problematizado dentro da instituição, mesmo tendo impacto direto na reorganização de sua estrutura. Diante disso, constatou-se a contribuição do PE para apontar as questões nele discutidas, bem como preservar a história e memória institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos iniciais desta pesquisa foram identificar como ocorreu o processo interno de transformação institucional de CEFET-SC no IFSC, e ainda qual a relevância desse episódio para o fortalecimento da EPT e suas implicações políticas pedagógicas para os envolvidos nesse processo.

Logo no início da pesquisa e em contato com diversas dissertações e teses que tratavam dessa temática em instituições que também passaram pelo processo de transformação, pode-se observar que as questões administrativas e organizacionais ocupavam o enfoque das pesquisas sobre esse episódio. O que novamente irá instigar a investigação das concepções político-pedagógico que permearam o processo de transformação e da nova organização Rede Federal de EPT.

Porém, a partir do levantamento bibliográfico percebeu-se que o debate central em torno da nova organização da Rede Federal de EPT estava permeado de dúvidas a respeito das questões administrativas. Entre elas destacaram-se: as questões orçamentárias; de aumento de contratação de novos servidores; e principalmente as dúvidas sobre a nova carreira docente, que era uma demanda urgente, considerando o aumento possível da oferta de educação de nível superior apresentado nesse projeto e ainda considerando que o novo modelo adotado para os IFs seria próximo do modo administrativo já adotado pelas universidades federais brasileiras, no que diz respeito a supervisão e regulação dos cursos.

Deste modo foi ficando cada vez mais complexo seguir o objetivo inicial proposto, de tratar as questões políticas pedagógicas, constatando também que essas discussões não ocorreram a nível nacional como previsto inicialmente.

O que também colaborou para o ajuste do objetivo geral foram as respostas obtidas mediante questionários aplicados aos participantes para levantamento dos dados. Optou-se por manter as indagações que remetiam às questões políticas pedagógicas, mesmo já identificando que esse debate não tinha ocorrido no MEC, como confirmado nas respostas dos participantes.

Deste modo, o objetivo geral foi ajustado para identificar quais eram os entendimentos e as expectativas dos servidores do então CEFET-SC acerca da transformação institucional a partir do lançamento da chamada pública MEC/SETEC

nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008, pois entendeu-se que este seria o possível de analisar através dos depoimentos obtidos.

Com o avanço da pesquisa e a partir dos documentos internos institucionais, entre os relatos e atas, foi possível identificar também que o debate interno no CEFET-SC teve início em meados de junho 2007, um mês após o lançamento do Plano de Metas e da publicação do Decreto nº 6095/2007, e não apenas com a Chamada Pública 002/2007/MEC, datada de dezembro de mesmo ano, como pensado inicialmente.

Apesar das escassas informações disponibilizadas pelo MEC sobre a reorganização da rede federal EPT, a Direção-Geral do CEFET-SC vai de algum modo buscar um consenso, entre as suas Unidades descentralizadas e as comunidades acadêmicas respectivamente, a respeito da adesão ao novo projeto do governo, porém ainda sem sucesso neste primeiro momento.

Além disso percebeu-se que o projeto de se transformar em UT a exemplo do ocorrido com o CEFET-PR no final de 2005, vai permear as expectativas e entendimentos dos servidores do CEFET-SC durante o processo de transformação em IFSC, visto que o aumento da oferta de curso de nível superior, bem como as possibilidades de ampliação de projetos de pesquisa e extensão, foram utilizados como um dos principais argumentos para o apoio a transformação.

Diante desse contexto, as expectativas e entendimentos iniciais dos sujeitos que participam desse processo é de dúvidas e até de resistência, pois tratava-se de um projeto desconhecido, elaborado num curto espaço de tempo e que vai contrariar as expectativas de transformação em UT.

Após a tentativa inicial da Direção-Geral do CEFET-SC junto das Unidades descentralizadas, para apoio do processo de transformação institucional e o retorno negativo frente a transformação, foi estabelecido por esses dirigentes uma consulta pública à comunidade acadêmica que vai colaborar para aprofundar o debate sobre a nova institucionalidade e será um fator de muita relevância para ampliar o apoio dos servidores. De todo modo, segue sendo um debate aligeirado, considerando o curto espaço de tempo imposto pelo MEC para adesão do novo projeto.

É possível apontar que a consulta pública realizada no CEFET-SC, tem sua origem a partir do retorno encaminhado por essas Unidades, pois diante de tantas

dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto, foi necessário organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica. A apresentação das teses e seus desdobramentos terão papel fundamental para a aprovação da tese favorável.

Observamos ainda que, mesmo a proposta vencedora sendo a opção favorável a transformação em IFET, esse processo no interior do CEFET-SC foi marcado por tensões, que ainda sobrevivem nos relatos sobre esse momento institucional.

Também se observou que as expectativas a respeito da nova instituição giraram em torno principalmente das possibilidades do aumento da oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabelecidos na lei), expansão institucional e como sequência aumento do número de matrículas, interiorização da rede, ampliação orçamentária e de número de servidores. Apontando, desta maneira, que o projeto de UT apesar de abandonado pelo MEC e também pelos gestores do CEFET-SC e pela maioria dos servidores que participaram da consulta pública, vai encontrar nessa nova organização, possibilidades de ser executado, ao menos em partes.

Os dados da pesquisa mostraram que o debate a respeito da oferta dos cursos propostos pelo MEC, bem como as questões pedagógicas sobre de que EPT, ocuparam um lugar secundário nas expectativas e entendimentos. Além disso, é curioso o fato de as Concepções e Diretrizes para os Institutos Federais terem sido lançadas pela SETEC, apenas em junho de 2008, ou seja, apenas após a adesão das instituições a Chamada Pública 002/2007/MEC. Deste modo, destaca-se que as concepções descritas neste documento, não fizeram parte do debate de transformação institucional.

Por fim, espera-se que essa pesquisa colabore para ampliação das reflexões acerca da criação do IFSC e toda a sua complexidade e implicações. Novas questões surgiram a partir dessa pesquisa e deixaram caminhos abertos para investigação dentre elas: quinze anos após a transformação institucional em IFSC os objetivos e finalidades propostos pela lei de criação dos institutos foram alcançados? Os percentuais de oferta estabelecidos por lei estão sendo cumpridos e monitorados? Foram estabelecidos parâmetros de acompanhamentos institucionais pelo IFSC? A verticalização do ensino disposta principalmente nas diretrizes e concepções estão sendo efetivadas? De que modo vem sendo avaliado esse

processo? As concepções pedagógicas dispostas nas diretrizes e concepções estão sendo efetivadas? Foi elaborada e executada uma política de formação de professores e servidores consistente, considerando o ineditismo e amplitude de atuação dos Institutos Federais? Enfim, muitas ainda são as temáticas que ainda precisam de investigação e aprofundamento para melhor compreensão dessas novas instituições.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010.

AMORIM, Mônica Maria Teixeira. **A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. 2013. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

BARATA, Rita Barradas. Avanços e desafios do mestrado profissionalizante. *In: Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. 284p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BORBOREMA, Caroline Duarte Lopes de. **Discursos na/da educação profissional e tecnológica: a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, 2013. TESE. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10358>. Acesso em: 13 jun. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5766**, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional de Educação profissional e Tecnológica**. Brasília, DF. 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao_Profissional_Tecnologica/caderno_propostas_1_conferencia_educacao_profissional_tecnologica.pdf. Acesso em 03 de abr. de 2022.

BRASIL, **Decreto Lei nº. 6.095**. Estabelece Diretrizes para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del6095.htm. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.095**, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 6, 25 abr. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

BRASIL. **CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC n.º 002/2007**. CHAMADA PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFET. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em 14 de abr. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

CARVALHO, Jeferson Luís Marinho de. **Instituto Federal do Piauí - Câmpus Parnaíba: trajetória de hoje, memória do amanhã (2007 – 2012)**, 2013. DISSERTAÇÃO. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4630>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

CIAVATTA, Maria. Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In: MOLL, J. et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/ago, 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf Acesso em: 08 de abr. de 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Departamento de Administração Educacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: www.flacso.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=127&Itemid=137. Acesso em: 20 de maio de 2022.

DISCUSSÕES NOS CÂMPUS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO EM IFET. **Resumo das discussões**. Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/discussc3b5es-nos-cc3a2mpus-sobre-decreto-6905-de-2007.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

EDUCAPES. **Portal de objetos educacionais abertos**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 08 de fev. de 2022.

FIGUEIREDO, Amilton de Moura. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: contexto de influência, produção de texto e tensões, na construção da política pública, relativa ao processo de criação dos Institutos federais**, 2019. TESE.

Disponível em:
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9031?show=full>. Acesso em:
 13 jun. 2022.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087–1113, out. 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v.1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v.4.

IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 20 de mar. de 2022.

IFSC. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia, Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/pdi-2020-2024>. Acesso em: 08 de mai. de 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unitariedade possível. In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papyrus, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. Formação de profissionais da educação no Brasil: as políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. **Educação & Sociedade**, Campinas, Ano XX, n.68, p.163-183, dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yXkX6Nmc398FDDQcsJwm38P/>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

LIMA, Katia Valeria Alves de. **A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e a origem do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)**, 2018. DISSERTAÇÃO. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8373>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **A reforma da educação profissional no Brasil nos anos noventa**. 2002. 380f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de

Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.

MANSO, Edison de Almeida. **O Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia De Goiás: A Trajetória Histórica do Câmpus Goiânia**, 2016. TESE. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/739>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

MATOS, Francisco Thadeu Carvalho. **O Redesenho da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil nos dois Governos de Luíz Inácio Lula Da Silva: De Centros Federais de Educação a Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: A Experiência Do IFPB (2003 – 2010)**, 2017. TESE. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24512>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

MELLO, Cleverson Molinari. **A educação profissional e tecnológica no contexto da expansão dos institutos de educação, ciência e tecnologia (lei 11.892/08)**, 2017. TESE. Disponível em: <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1276>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

MORITZ, Jaqueline. **A concepção de educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma**, 2017. DISSERTAÇÃO. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3355>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidades históricas e perspectivas de integração. **Revista Holos**, v.2, 2007. Disponível em <http://www.cefetrn.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em 05 de fev. de 2023.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: **Navegando na história da educação brasileira**. 2006. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 23 de abr. de 2022.

OTRANTO, Regina Célia. A política de educação profissional do governo Lula. In: **34ª reunião anual** - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação. 2010.

PETEROSSI, Helena Gemignani. **Formação do professor para o ensino técnico**. São Paulo: Loyola, 1994.

POLICARPO, Renata Raizel. **Por que as instituições mudam? O caso do IFMT, 2013**. DISSERTAÇÃO. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12502>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

PROFEPT. **REGULAMENTO GERAL DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL**. 2018. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho>. Acesso em 15 de fev. de 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. O Currículo para o Ensino Médio em suas Diferentes Modalidades: Concepções, Propostas e Problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de jun, de 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBAS, Fernando Cesar Fiorini. **As competências dos administradores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: uma perspectiva sobre o concurso público e a avaliação de desempenho**. 2013. 244 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PPAU0172-D.pdf>.

RIBEIRO, Ricardo Torres. **A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA**, 2018. TESE. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_d43c663743a6eaea2c1e83b1050bef0c. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel. M.; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados; **HISTEDBR**; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.

SANFELICE, José Luis. História das Instituições Escolares: Desafios Teóricos. **Série-Estudos**, 2008. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/212>. Acesso em: 13 de jun, de 2022.

SANFELICE, José Luiz. **História e historiografia de instituições escolares**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 35, p. 183–200, 2012. Disponível e: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

SAVIANI, Demerval. O Choque Teórico da Politecnia. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, 131-152, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpxrzCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt>. Acesso em: 14 de out. de 2022.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 12, nº34, jan./abril de 2007, [pp. 152-65]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas. **Cadernos de História da Educação**, v. 4, 2005. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

SILVA, Jesué Graciliano da; SILVA, Marcelo Carlos da; SANTOS, Consuelo Aparecida Sielski. **Transformação do CEFET em IFSC: Concepções, Conquistas e Desafios**. 2014. Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/>. Acesso de 02 de abr. de 2021.

SOARES, Swamy de Paula Lima. **A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB**, 2017. DISSERTAÇÃO. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9327?locale=pt_BR. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

STAKE, Robert. **Evaluación comprensiva y evaluación basada em estándares**. Barcelona: Graó, 2006.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014175>. Acesso em: 13 de jun. de 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM NOVO TEMPO: APESAR DOS PERIGOS: A TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC

Pesquisador: milene aparecida martins sobral

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 58151422.6.0000.0185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.397.398

Apresentação do Projeto:

RESUMO:

Diante da nova legislação, os Institutos Federais (IFs) passaram a ter sua oferta especializada em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio da oferta de diferentes níveis e modalidades de cursos, que vão desde formação inicial e continuada até a pós-graduação. Neste sentido, a presente proposta de pesquisa tem como objetivo analisar as expectativas dos servidores e gestores do antigo CEFET-SC acerca da ampliação/fortalecimento da EPT em Santa Catarina entre período do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva com procedimentos bibliográficos, documental e de campo com gestores e servidores do IFSC. Será utilizado, como técnica de pesquisa, o estudo de caso instrumental e, para a análise dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo. O produto educacional proposto nesta pesquisa enquadra-se como material textual, classificado como caderno de memórias, intitulado "2008: A transformação do CEFET em IF, o caso do Instituto Federal de Santa Catarina". Espera-se que o estudo contribua para o registro histórico da instituição e para a formação dos próprios servidores.

DESENHO:

Endereço: Rua 14 de Julho nº150
 Bairro: Florianópolis CEP: 88.075-010
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3877-9078 E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.307.308

- 1) Investigação teórica: Instituição, EPT, História do IFSC;
- 2) Investigação do contexto do campo da pesquisa: Servidores públicos e gestores envolvidos no processo de consulta da transformação do CEFET-SC para IF.
- 3) Investigação Empírica: analisar as expectativas dos servidores e gestores do antigo CEFET-SC acerca da ampliação/fortalecimento da EPT em Santa Catarina entre período do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008.
- 4) Proposição de um produto educacional em formato caderno de memórias, intitulado "2008: A transformação do CEFET em IF, o caso do Instituto Federal de Santa Catarina".

INTRODUÇÃO

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa e descritiva com procedimentos bibliográficos, documental e de campo com gestores e servidores do IFSC. Será utilizado, como técnica de pesquisa, o estudo de caso instrumental e, para a análise dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo. O produto educacional proposto nesta pesquisa enquadra-se como material textual, classificado como caderno de memórias, intitulado "2008: A transformação do CEFET em IF, o caso do Instituto Federal de Santa Catarina". Espera-se que o estudo contribua para o registro histórico da instituição e para a formação dos próprios servidores.

HIPÓTESE:

A pesquisa não utiliza hipóteses. Faz uso de questões de pesquisa.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO:

Ser servidor público do IFSC entre os anos de 2007 e 2008.

CRITÉRIO DE EXCLUSÃO:

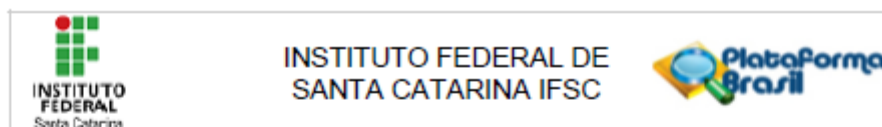
Não ter participado das discussões da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO:

Analisar as expectativas dos servidores e gestores do antigo CEFET-SC acerca da ampliação/fortalecimento da EPT em Santa Catarina entre período do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos

Endereço: Rua 14 de julho nº150
 Bairro: Florianópolis CEP: 88.075-010
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3877-9078 E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.397.398

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008.

OBJETIVO SECUNDÁRIO:

- (a) apresentar um levantamento bibliográfico e documental referente à criação do IFSC;
- (b) identificar quais as percepções que os servidores e gestores do CEFET-SC tinham sobre a ampliação/fortalecimento da EPT em Santa Catarina com a criação do IFSC;
- (c) implementar, aplicar e avaliar um produto educacional, no formato de caderno de memórias, visando à divulgação e preservação da história do IFSC.

OBSERVAÇÃO:

Metodologicamente trata-se de:

- Quanto à natureza, a pesquisa será aplicada;
- Quanto a sua forma de abordagem, a pesquisa será qualitativa;
- Quanto aos seus objetivos, a pesquisa será descritiva
- Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de estudo de caso;
- Sujeitos da Pesquisa: um terço dos servidores públicos e gestores que tiveram, naquele momento, envolvimento com a questão em pesquisa.
- Instrumentos para coleta de dados: questionário e entrevista; - Técnica de Análise dos dados: análise de conteúdo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

Os procedimentos aplicados por esta pesquisa eventualmente podem oferecer riscos, mesmo que sejam mínimos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. Como riscos, destaca-se o desconforto psicológico para responder alguma pergunta. O sujeito da pesquisa deve informar ao pesquisador caso possua (...alergia, pressão arterial alta ou diabetes ou outra particularidade que possa interferir na saúde do pesquisado). Nesse caso, ele não deverá participar da pesquisa.

BENEFÍCIOS

Os benefícios esperados pela participação na pesquisa são a contribuição com a pesquisa em educação a história de criação do IFSC.

Endereço: Rua 14 de Julho nº150
 Bairro: Florianópolis CEP: 88.075-010
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3877-9078 E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.397.398

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante; no entanto,

a) os critérios de risco citados pela pesquisadora (O sujeito da pesquisa deve informar ao pesquisador caso possua (...alergia, pressão arterial alta ou diabetes ou outra particularidade que possa interferir na saúde do pesquisado). Nesse caso, ele não deverá participar da pesquisa), rever essa parte, relativizando este quesito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados atendem aos requisitos.

- Folha de rosto, a assinatura da pesquisadora, não é autenticada (é uma foto recortada). Sugestão: usar aplicativo GOV.BR, para fazer assinatura digital autenticada.

Recomendações:

Adequar a assinatura digital da pesquisadora no TCLE (sugestão: usar aplicativo GOV.BR para fazer assinatura digital autenticada).

Adequar a assinatura no termo de confidencialidade (ver acima recomendação).

No TCLE, modificar a parte que proibiria o participante da pesquisa de participar. No caso, poderá colocar como uma relativização da participação. Cito TCLE: "O sujeito da pesquisa deve informar ao pesquisador caso possua (...alergia, pressão arterial alta ou diabetes ou outra particularidade que possa interferir na saúde do pesquisado). Nesse caso, ele não deverá participar da pesquisa." Na parte final, que proibiria a participação do entrevistado a pesquisa, pode-se colocar que o participante após essa informação, pode participar se assim o querer e desejar, afinal o dano ao participante é mínima, por ser uma pesquisa de natureza das ciências humanas.

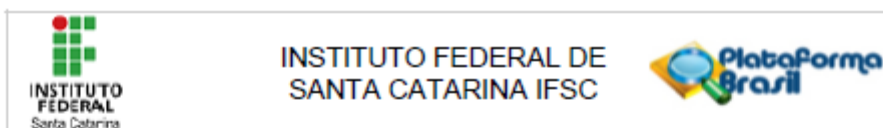
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ficam apenas como sugestão de melhora ao projeto, algumas recomendações, como apontadas acima, relacionadas as assinatura e a adequação ao TCLE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Apresentar relatório final conforme orientações no site do CEP SH - IFSC.

Endereço: Rua 14 de julho nº150
 Bairro: Florianópolis CEP: 88.075-010
 UF: SC Município: FLORIANÓPOLIS
 Telefone: (48)3877-9078 E-mail: cepsh@ifsc.edu.br



Continuação do Parecer: 5.397.398

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1904290.pdf	25/04/2022 19:38:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPB25042022MILENE.pdf	25/04/2022 19:37:34	milene aparecida martins sobral	Aceito
Outros	TermoConfidencialidadeMilene.pdf	25/04/2022 19:36:59	milene aparecida martins sobral	Aceito
Outros	Questionario.pdf	25/04/2022 19:36:37	milene aparecida martins sobral	Aceito
Outros	Entrevista.pdf	25/04/2022 19:36:20	milene aparecida martins sobral	Aceito
Outros	naoinicio.pdf	25/04/2022 19:36:08	milene aparecida martins sobral	Aceito
Declaração de concordância	AutorizaFloripa.pdf	25/04/2022 19:35:35	milene aparecida martins sobral	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEEntrevistaMilene.pdf	25/04/2022 19:35:02	milene aparecida martins sobral	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEQuestiMilene.pdf	25/04/2022 19:34:32	milene aparecida martins sobral	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	25/04/2022 19:33:49	milene aparecida martins sobral	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 09 de Maio de 2022

Assinado por:
Tahis Regina Baú
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 14 de Julho nº150
Bairro: Florianópolis CEP: 88.075-010
UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3877-9078 E-mail: cepsh@ifsc.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário 1 - Levantamento de dados

1. Qual a sua idade?
2. Qual o seu gênero?
3. Qual o ano de ingresso na Instituição?
4. Você possuía experiência anterior na área da educação?
5. Qual seu Cargo?
- 5A. Se TAE, qual o nome do seu cargo. (Exemplo: Técnico em Assuntos Educacionais)
6. Qual o seu tempo de trabalho na Instituição no ano de 2008?
7. Qual sua unidade de atuação em 2008?
8. Você teve conhecimento da intenção do Ministério da Educação em transformar o então CEFET-SC em IFSC?
- 8A. Se sim na pergunta anterior, como você tomou conhecimento?
9. Você lembra como foi colocada em debate na sua unidade a transformação do CEFET-SC em IFET?
10. Você participou da votação na consulta pública realizada em 28 de fevereiro de 2008 na unidade de São José e no dia 6 de março de 2008 nas demais unidades?
11. Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública? Tese favorável (aqui) e tese contrária (aqui).
12. Qual/quais eram os seus entendimentos a respeito das duas teses apresentadas?
13. Você foi favorável ou contrário à criação do Instituto Federal?
- 13A. Que/Quais ponto/s você considerou relevante para escolher seu posicionamento relativo à transformação institucional?
14. Você considerava inovador o projeto de criação dos Institutos Federais de Educação? Por que?
15. Você considerava que a transformação em IF iria fortalecer e ampliar os cursos já ofertados pela instituição naquele momento? Por que?
16. Os entendimentos e concepções sobre a Educação Profissional e Tecnológica foram tratados neste momento de transformação institucional?
17. Você poderia fazer um pequeno relato a respeito de como foi o processo de criação dos Institutos Federais (IFs) a partir da sua experiência?
18. Você gostaria de registrar alguma informação ou análise que não foi abordada, mas que julgue importante para a temática que tratamos neste questionário?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO - AVALIAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL

- 1. O caderno de relatos apresenta com clareza o processo ocorrido internamente sobre a transformação de CEFET-SC em IFSC?**
2. O caderno de relatos colaborou para ampliar seus conhecimentos acerca das diversas motivações durante o processo interno de transformação de CEFET-SC em IFSC?
- 3. Você julga que o caderno de relatos contribui para a preservação da história e memória institucional?**
- 4. Você considera que o caderno de relatos colabora para problematizar as questões institucionais no que diz respeito à nova institucionalidade e suas implicações no IFSC?**
5. Você gostaria de registrar alguma informação ou análise que não foi abordada neste questionário?

APÊNDICE C: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Processo Nº. 23292.012399/2022-02

Assunto: PROJETO DE PESQUISA: "UM NOVO TEMPO...APESAR DOS PERIGOS: A TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC"

DESPACHO

Prezado Diretor-geral,

Considerando o projeto "UM NOVO TEMPO...APESAR DOS PERIGOS: A TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC" de autoria de Milene Aparecida Martins Sobral, mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

Considerando o objetivo geral da pesquisa em "Analisar as expectativas dos servidores e gestores do antigo CEFET-SC da ampliação/fortalecimento da EPT em Santa Catarina entre período do lançamento de chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET e a publicação do Decreto nº 11.892 de 28 de dezembro de 2008"

Considerando que a metodologia do projeto com é baseada, entre outras, na aplicação de questionário on-line e entrevista com servidores do IFSC que participaram do processo de transformação do CEFET-SC em IFSC (2007/2008).

Considerando que os resultados esperados na compreensão de questões internas do processo de transformação do IFSC e a produção do caderno de memórias são de interesse institucional e, em especial, de interesse da Unidade do Câmpus Florianópolis do IFSC.

A Diretoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão manifesta parecer favorável para realização da pesquisa no Câmpus Florianópolis.

Atenciosamente,

(Autenticado digitalmente em 20/04/2022 20:36)
ROGERIO DE SOUZA VERSAGE
DIRETORIA DE PESQUISA, POS-GRADUACAO, INOVACAO E
EXTENSAO - FLN (11.01.07.09)
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - ENTREVISTA

Elaborado por: Jardim, VLT e Senter, L

Versão n. 1/julho/2021

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: *“UM NOVO TEMPO... APESAR DOS PERIGOS”: A TRANSFORMAÇÃO DO CEFET-SC EM IFSC*

Pesquisador responsável: Milene Aparecida Martins Sobral

Endereço: Servidão Agostinha Maria da Conceição, 63, Barra da Lagoa, Florianópolis - SC

Telefone para contato: (48) 98812- 0011

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/IFSC está localizado dentro da própria Instituição, à Rua 14 de julho nº150 segundo andar sala 33B Florianópolis-SC CEP (correios): 88075-010). Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 17h para contato dos pesquisadores e participantes das pesquisas. Telefone para contato (48)3877-9054 e e-mail cepsh@ifsc.edu.br.

O objetivo desta pesquisa é investigar as expectativas e entendimentos dos servidores e gestores do antigo CEFET-SC acerca da ampliação/fortalecimento da EPT em Santa Catarina entre período do lançamento da chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 - Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.

A sua participação na pesquisa consiste em responder a uma entrevista, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o pesquisado. Os procedimentos

aplicados por esta pesquisa eventualmente podem oferecer riscos, mesmo que sejam mínimos à sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. Como riscos, destaca-se o desconforto psicológico para responder alguma pergunta. Informe ao pesquisador caso possua (...alergia, pressão arterial alta ou diabetes ou outra particularidade que possa interferir na saúde do pesquisado). Nesse caso, você não deverá participar da pesquisa. Caso ocorram efeitos indesejáveis ao(a) pesquisado (a), será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Os benefícios esperados pela sua participação na pesquisa são a contribuição com a pesquisa em educação e a história de criação do IFSC. A atividade não prevê nenhum tipo de ressarcimento ou compensação material para os participantes

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para publicação em periódicos e apresentação em eventos acadêmicos, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa na forma de apresentação dos resultados para a comunidade do IFSC. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável.

É garantido indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa:

Assinatura do pesquisador responsável:

 Documento assinado digitalmente
MILENE APARECIDA MARTINS SOBRAL
Data: 15/06/2023 09:28:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Milene Aparecida Martins Sobral

APÊNDICE E: PRODUTO EDUCACIONAL: MATERIAL TEXTUAL

Caderno de Depoimentos

As vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC



Milene A. Martins Sobral
Roberta Pasqualli

Caderno de Depoimentos

As vozes dos sujeitos envolvidos na
transformação do CEFET-SC em IFSC

Milene A. Martins Sobral
Roberta Pasqualli



Joinville/SC
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

S 677c Sobral, Milene Aparecida Martins.

Caderno de depoimentos: as vozes dos sujeitos envolvidos na transformação do CEFET-SC em IFSC. / Milene Aparecida Martins Sobral. - Florianópolis, 2023. 41p.

Produto Educacional apresentado como parte de Trabalho Final de Curso ao mestrado Profissional em EPT – Instituto Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Florianópolis, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Pasquali.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. História da Educação Profissional e Tecnológica. 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. 4. Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 5. Transformação CEFET-SC. I. Instituto Federal de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis. II. Título.

CDD 370.152 2

Catalogado por: (Jussiane Ribeiro da Luz - CRB14/1412)

APRESENTAÇÃO

Esse caderno de depoimentos é o produto educacional vinculado à pesquisa intitulada *"No novo tempo... apesar dos perigos: a transformação do CEFET-SC em IFSC"*, desenvolvida no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFSC).

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) tem como objetivo proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, "visando tanto a produção de conhecimentos como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e aos conhecimentos sistematizados" (PROFEPT, 2018, p. 2).

A pesquisa que deu origem a este caderno, teve como objetivo principal investigar o processo de transformação do CEFET-SC em IFSC a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007 – Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos no processo e considerando quais os entendimentos e expectativas acerca da nova institucionalidade.

Diante disso, este caderno tem como objetivo apresentar os relatos e os depoimentos dos sujeitos envolvidos neste processo e, também, mostrar uma síntese do processo ocorrido entre os anos de 2007 e 2008 no interior da instituição. Ademais, o caderno versará ainda, a partir de fontes documentais como, por exemplo, a legislação sobre os IFs, regulamentações internas do CEFET/IFSC e as teses propostas a cerca da transformação.

Considerando a complexidade das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e suas diversas facetas ao longo de suas trajetórias, esperamos que esse caderno sirva de subsídio para ampliar as discussões acerca da nova institucionalidade, visando ainda a divulgação e preservação da história do IFSC. Além disso, este caderno também poderá ser utilizado na formação dos servidores, quando o objetivo for problematizar a nova institucionalidade, suas funções e seus desafios administrativos e político-pedagógicos.

Este caderno está organizado em: introdução, onde apresentamos um breve histórico sobre as transformações institucionais ao longo dos anos. Já no segundo capítulo, apresentaremos como se deu o início do processo e o debate interno de transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). No terceiro capítulo, trataremos de apresentar os sujeitos e seus depoimentos sobre o processo de transformação do CEFET-SC no IFSC.

Boa leitura!

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Linha do tempo do histórico de transformação da Escola de Aprendizizes Artífices até o IFSC</i>	10
<i>Figura 2 - Dados sobre o contingente de participantes que eram servidores do CEFET-SC em 2007</i>	15
<i>Figura 3 - Tempo de trabalho dos participantes em 2007</i>	16
<i>Figura 4 - Distribuição de atuação dos servidores por unidade em 2007</i>	17
<i>Figura 5 - Você tem conhecimento da intenção do Ministério da Educação em transformar o então CEFET-SC em IFSC?</i>	22
<i>Figura 6 - Você lembra como foi colocada na sua unidade a transformação do CEFET em IFET?</i>	24
<i>Figura 7 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?</i>	26
<i>Figura 8 - Você participou da votação na consulta pública realizada em 28 de fevereiro 2008 na unidade de São José, e no dia 06 de março de 2008 nas demais unidades?</i>	30
<i>Figura 9 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?</i>	30
<i>Figura 10 - Você foi favorável ou contrário à criação do Instituto Federal?</i>	31

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 - Níveis de carreira dos técnicos administrativos em educação (TAEs)</i>	16
<i>Quadro 2 - Datas e horários para recebimento de teses por unidade</i>	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONCEFET	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DG	Direção-Geral
EBTT	Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFSC	Escola Técnica Federal de Santa Catarina
FG	Função Gratificada
IF	Instituto Federal
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias de Santa Catarina
MEC	Ministério da Educação
PL	Projeto de Lei
ProfEPT	Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica
SC	Santa Catarina
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
UT	Universidade Tecnológica
UTF	Universidade Tecnológica Federal
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTFSC	Universidade Tecnológica Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

01

Introdução

(pág. 09)

02

Os antecedentes e o início do processo de transformação de CEFET-SC em IFSC

(pág. 12)

03

Os sujeitos da transformação – os trabalhadores do CEFET-SC

(pág. 15)

04

Considerações Finais

(pág. 37)

05

Referências

(pág. 40)



Introdução

01

01 – Introdução

Para iniciar essa conversa, traçamos um histórico da transformação da **Escola de Aprendizizes Artífices (1909) até o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC (2008)**, trazendo informações acerca das mudanças institucionais ocorridas ao longo da trajetória desta instituição.

A história da Rede Federal Educação Profissional de SC inicia-se, como no resto do país, a partir de 1909 por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina. O objetivo da instituição era proporcionar formação profissional aos filhos de classes menos favorecidas ou dos “desvalidos da sorte” (IFSC, 2020).

Durante os primeiros anos, a instituição oferecia ensino primário, formação em desenho, oficinas de tipografia, encadernação e pautaço, cursos de carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Na década de 1930, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição passou a se chamar Liceu Industrial de Florianópolis. (IFSC, 2020). Por meio do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis e, neste momento, começou a ofertar cursos industriais básicos, com duração de quatro anos, e cursos de mestria aos ingressantes no ensino secundário (IFSC, 2020).

A partir da Lei nº 4.749, de agosto de 1965, o nome da instituição mudou novamente, passando a se chamar Escola Industrial Federal de Santa Catarina (IFSC, 2020). Por meio da Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968, a instituição passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), nome que a tornou conhecida até os dias atuais, apesar de não se chamar mais assim. Nesse momento, a ideia era especializar-se em oferecer cursos técnicos de segundo grau e, naquele tempo, optou-se por iniciar a extinção gradativa do curso ginasial, por meio da supressão de novas matrículas na primeira série. Com a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, encerrou-se o ensino de primeiro grau, passando a funcionar agora apenas com ensino de segundo grau (IFSC, 2020).

Nos anos seguintes, a ETFSC começou a expandir sua área de atuação. Em 1988 foi inaugurada a unidade de São José, primeira unidade de ensino do atual IFSC fora da capital. Em 1994, foi implantada uma unidade em Jaraguá do Sul e, em 1995, foi dado início ao curso de Enfermagem no município de Joinville, como extensão da Unidade de Ensino de Florianópolis (IFSC, 2020).

Entre os anos de 1970 e 1980 a ETFSC implantou diversos cursos técnicos: Estradas, Saneamento, Eletrônica, Eletrotécnica, Telecomunicações e Refrigeração e Ar Condicionado. Na década de 1990, a ETFSC ampliou seu leque de atuação, passando também a oferecer cursos na área de Informática, Enfermagem e Segurança do Trabalho na grande Florianópolis e cursos na área têxtil em Jaraguá do Sul. Em 1994, com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, todas as escolas técnicas foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), condicionados à publicação de Decreto presidencial para cada centro. Entretanto, somente em 27 de março de 2002, foi publicada a criação do Centro Tecnológico de Santa Catarina (IFSC, 2020).

Com a Lei nº 11.195/2005 teve início em todo o país um processo de interiorização e de expansão das Instituições Federais de EPT. A legislação anterior, datada de 1998 (Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998), impedia a construção de novas escolas técnicas federais sem parceria com os estados. A revogação dessa Lei foi o primeiro passo dado pelo Ministério da Educação (MEC) para dar início ao processo de expansão da rede federal.

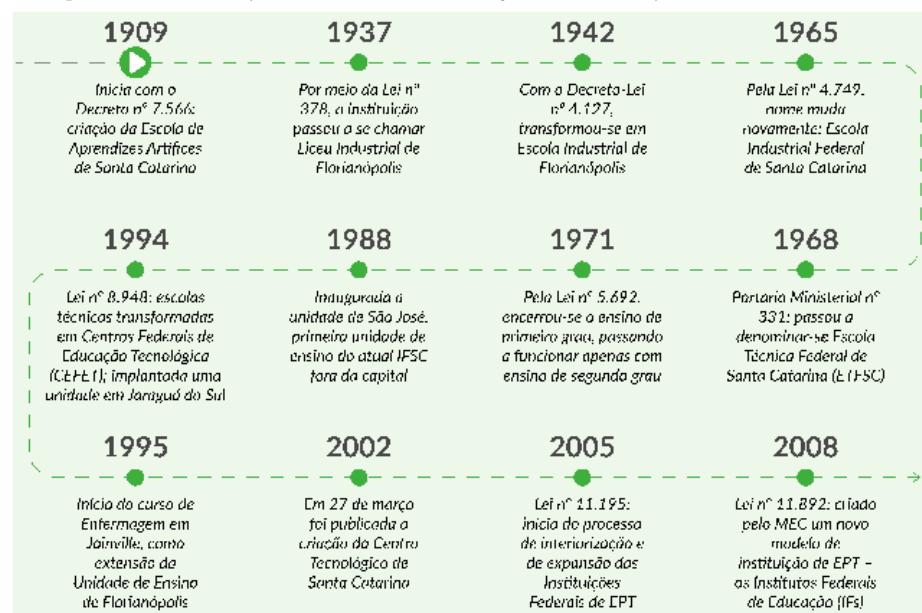
Em 2008, com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi criado no âmbito do MEC um novo modelo de instituição de EPT, estruturado a partir do potencial instalado nos CEFET, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e escolas vinculadas às Universidades Federais. Assim, nasceram os Institutos Federais de Educação (IFs), Ciência e Tecnologia, como observamos no 2º parágrafo da referida lei:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

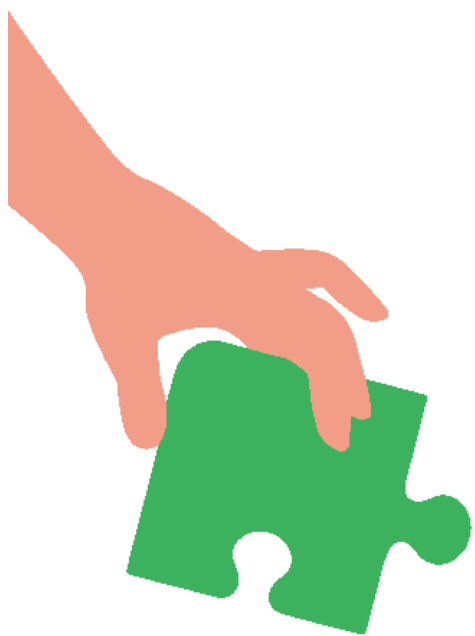
Diante dessa nova legislação, os IFs passaram a ter sua oferta especializada em EPT por meio da disponibilização de diferentes níveis e modalidades de cursos, que vão desde a formação inicial e continuada à pós-graduação lato e stricto sensu. Nessa nova configuração, receberam a tarefa de desenvolver suas atividades em ensino, pesquisa e extensão.

A seguir, é apresentada uma linha do tempo do histórico de transformação da Escola de Aprendizes Artífices até o IFSC (Figura 1).

Figura 1 – Linha do tempo do histórico de transformação da Escola de Aprendizes Artífices até o IFSC.



Fonte – Dados da pesquisa, com base em IFSC (2020)



*Os antecedentes e o
início do processo de
transformação de
CEFET-SC em IFSC*

02 – Os antecedentes e o início do processo de transformação de CEFET-SC em IFSC

Neste capítulo, apresentaremos como se deu o início do processo e o debate interno de transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), a partir do lançamento da Chamada Pública nº 002/2007 MEC/SETEC, dos documentos encontrados e, entrelaçando as vozes dos relatos dos servidores envolvidos neste momento institucional.

Diversas foram as formas como cada instituição lidou e organizou seus processos internos de transformação para a nova institucionalidade. A ampla maioria dos CEFETs, com exceção do CEFET-RJ e CEFET-MG, seguiram os apontamentos do documento elaborado pelo Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (CONCEFET), intitulado “Manifestação sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Este documento indicava os benefícios institucionais em aceitar a proposta do governo e se colocava favorável às mudanças propostas.

As propostas, de modo geral, foram elaboradas pelos gestores dos então CEFETs seguindo os apontamentos do CONCEFET, sem o envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

O CEFET-SC teve um processo distinto da maioria das demais instituições. Desde a publicação do Decreto nº 6905/2007, a Direção-Geral (DG) da época organizou em suas unidades, reuniões acerca da transformação para o IFET. Cabe destacar que em 2007, o CEFET-SC contava com 7 unidades nas seguintes cidades de Santa Catarina: Florianópolis-Centro (1909), São José (1988), Jaraguá do Sul (1994), Florianópolis-Continente (2006), Chapecó (2006), Joinville (2006), e em processo de implantação, Araranguá (2007) (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014).

Para pensar as questões sobre mais essa mudança institucional, recorremos a Lima Filho (2006, p. 41), que afirma que foi alimentado por anos o desejo dos CEFETs em serem transformados em Universidades Tecnológicas (UT), principalmente por conta da reforma da educação profissional iniciada em 1998. Porém, a única instituição que a partir da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, se transformou em Universidade Tecnológica foi o CEFET do Paraná, frustrando, desse modo, os objetivos dos demais CEFETs, em especial do CEFET do Rio de Janeiro e de Minas Gerais¹.

Se por um lado a notícia da transformação apenas do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica frustrou os dois CEFETs citados anteriormente, no interior de outras instituições, a possibilidade de extensão aos demais parecia ainda mais concreta. E foi isso o que aconteceu no interior do CEFET-SC sete meses após a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica do Paraná. De acordo com a Ata da 63ª Reunião do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), disponibilizada por Silva, Silva e Santos (2014), em 23 de maio de 2006, foi aprovado o Projeto de Credenciamento da Universidade Tecnológica Federal de Santa Catarina (UTFSC).

¹ Os CEFETs de Minas Gerais e do Rio de Janeiro ascenderam à condição de CEFET acompanhados do Paraná, em 1978. Por conta disso, intencionavam ascender à UT assim como ocorreu no Paraná.

O projeto foi entregue diretamente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, pela Diretora Geral do CEFET-SC, Consuelo Aparecida Sielski Santos, em uma das passagens do presidente pelo Estado de Santa Catarina. Esse projeto, no entanto, não foi disponibilizado pelos autores citados acima.

Salientamos que, em 2006, aconteceu o pleito eleitoral para a escolha do novo presidente do Brasil, sendo o então presidente candidato à reeleição e com compromissos eleitorais de ampliação da Rede EPT. Consideramos esse acontecimento significativo, mesmo que o projeto Universidade Tecnológica tenha sido abandonado pelo Ministério da Educação, pois percebeu-se que já existia uma ideia de uma nova institucionalidade sendo gestada dentro do CEFET-SC. Essa nova institucionalidade passava pelo projeto de Universidade Tecnológica e isso, possivelmente, trouxe implicações durante o processo de transformação em IFET.

Os sujeitos da
transformação - os
trabalhadores do
CEFET-SC

03



03 – Os sujeitos da transformação – os trabalhadores do CEFET-SC

Nas próximas linhas, apresentaremos o perfil dos sujeitos e seus depoimentos sobre o processo de transformação do CEFET-SC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

De acordo com Ribas (2013), no ano de 2007 o CEFET-SC contava com 846 servidores ativos, somando os servidores de todas as unidades. Deste montante, 81 servidores, que serão aqui denominados de participantes, aceitaram relatar suas lembranças sobre o processo de transformação institucional.

A faixa etária dos participantes é, predominantemente, entre 40 e 60 anos. Denominaram-se do gênero masculino 50,6%, enquanto 49,4% denominaram-se do gênero feminino. Com relação ao ano de ingresso na instituição, teremos 38 servidores que ingressaram entre os 2000 e 2007, ou seja, eram recém-chegados na instituição, enquanto que 43 ingressaram entre os anos 80 e 90 e, portanto, já contavam com uma trajetória mais longa dentro da EPT.

A Figura 2 apresenta os principais dados sobre o contingente de servidores do CEFET-SC em 2007.

Figura 2 – Dados sobre o contingente de participantes que eram servidores do CEFET-SC em 2007.



Fonte – Dados da pesquisa, com base em Ribas (2013)

Sobre quais cargos os entrevistados ocupavam na instituição em 2007, temos: 61,7% de servidores docentes, enquanto 38,3% são servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). A carreira dos TAEs é estruturada em 3 níveis, sendo eles: nível C, carreira que exige ensino fundamental completo; carreira do nível D, que exige ensino médio completo e, por fim, carreira de nível de E, que tem exigência de nível superior completo.

Deste modo, os 38,3% participantes TAEs da pesquisa estão divididos da seguinte forma (Quadro 1):

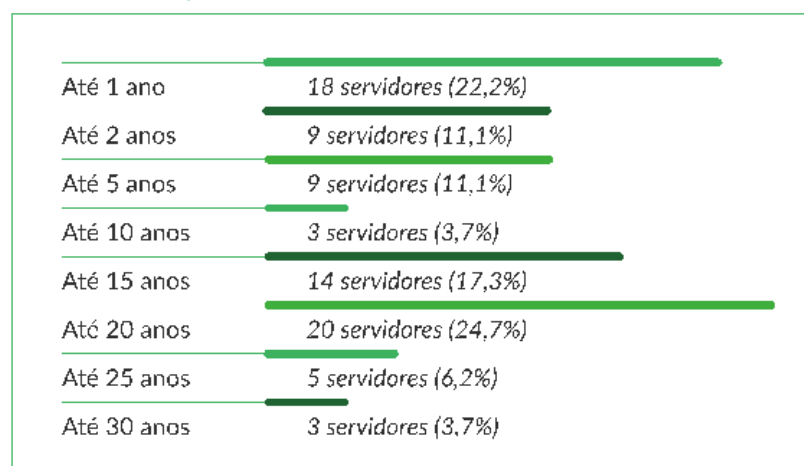
Quadro 1 – Níveis de carreira dos técnicos administrativos em educação (TAEs).

Níveis	n.º de participantes e percentual em relação ao total (81)
Nível C	2 participantes (2,5%)
Nível D	10 participantes (12,3%)
Nível E	19 participantes (23,3%)

Fonte – Dados da pesquisa

A respeito do tempo de trabalho na instituição no ano de 2007, ano esse que se iniciaram os debates, os participantes responderam (Figura 3):

Figura 3 – Tempo de trabalho dos participantes em 2007.

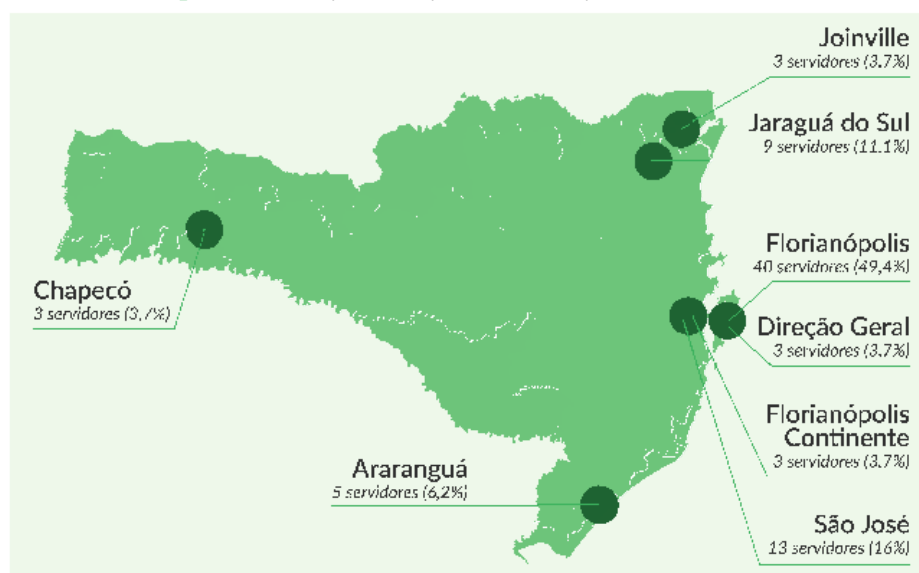


Fonte – Dados da pesquisa

Observando o tempo de trabalho dos servidores na época da transformação institucional, constatamos que quase metade dos servidores (48,1%) chegaram nos últimos dez anos, em decorrência, em sua maioria, do processo de expansão iniciado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC). Deste modo, podemos dizer que uma parcela significativa tinha pouca ou nenhuma experiência com a Rede Federal de EPT.

A respeito das unidades de atuação desses participantes, temos a seguinte distribuição (Figura 4):

Figura 4 – Distribuição de atuação dos servidores por unidade em 2007.



Fonte – Dados da pesquisa, com base em IFSC (2020)

A maioria dos participantes são da Unidade de Florianópolis, pois esta era a maior unidade da época e, inclusive, se mantém como o maior campus nos dias atuais.

Com essas informações dispostas, observamos um número significativo de servidores que eram recém-ingressados na instituição e que, deste modo, já encontraram um desejo de uma nova institucionalidade gerado pela expectativa de transformação em UT, mas também, observam-se os servidores que atravessaram os desmontes da EPT na década de 90 e viam a UT como uma possibilidade de ampliação e manutenção da estrutura existente.

A transformação em IFET se deu como uma das ações do Plano de Metas lançado oficialmente pelo MEC em abril de 2007, sem um prévio debate com as instituições envolvidas na nova institucionalidade.

No CEFET-SC, a partir do material organizado por Silva, Silva e Santos (2014), foi possível identificar que as discussões envolvendo a comunidade acadêmica iniciaram em meados de junho, um mês após o lançamento do Plano de Metas e da publicação do Decreto nº 6095/2007.

Identificou-se que a DG do CEFET-SC, após a publicação do Decreto, encaminhou um comunicado para todas as unidades, orientando o debate interno e posterior encaminhamento do relato, onde é possível verificar o posicionamento das unidades a respeito da possível transformação a partir do Decreto nº 6095/2007 (SILVA; SILVA; SANTOS, 2014).

Apresentaremos a seguir as análises das descrições enviadas por todas as unidades descentralizadas para a DG do CEFET-SC, expondo os debates ocorridos nesse primeiro momento do processo de transformação do CEFET no IFSC, com base em Santos, Santos e Silva (2014).

Em 28 de maio de 2007, foi realizada a discussão na unidade de **Chapecó** com a presença apenas dos servidores Técnicos Administrativos em Educação e do DG da Unidade. Não estão disponibilizados neste documento os motivos pelos quais os docentes não estiveram presentes na reunião. Também, não foi identificado outro documento relatando o debate ocorrido entre os docentes e estudantes desta mesma unidade.

A reunião foi organizada pelos representantes TAEs do colegiado da instituição e não indicou o número de participantes. Nesta unidade, não foi observada resistência por parte dos presentes na reunião ao novo projeto institucional. Os pontos favoráveis à transformação levantados neste encontro foram: a autonomia administrativa, a gestão orçamentária financeira descentralizada e também a autonomia pedagógica que a nova instituição proporcionaria. Além disso, destacou-se como a população da cidade, de modo geral, ainda desconhecia o trabalho realizado no CEFET-SC Unidade Chapecó e, diante disso, não apontaram a nova institucionalidade como um problema para essa região.

Em 01 de junho de 2007, foi realizada uma reunião aberta na Unidade de **Florianópolis** e estiveram presentes TAEs e docentes. No relato da reunião não foram apontados os organizadores, tampouco indicado o número de participantes.

Diferente do ocorrido na unidade anterior, na Unidade de Florianópolis muitas foram as dúvidas a respeito da nova institucionalidade e suas novas atribuições. Vale lembrar que o projeto enviado para o Governo Federal para a transformação em UT foi construído por docentes desta unidade e, possivelmente, as discussões foram intensificadas nessa unidade por esta ser a mais antiga do CEFET-SC, criada em 1909.

Observou-se que os pontos levantados giraram em torno das muitas dúvidas da comunidade acadêmica da unidade de Florianópolis. Entre elas, destacaram-se: o modo aligeirado como o MEC encaminhou o processo; questionamentos sobre como ficaria a carreira docente diante da nova instituição; preocupações com a identidade institucional que havia passado por mudança recente em 2002 (transformação de ETFSC para CEFET-SC), e que ainda encontrava-se em processo de consolidação; cobrança de uma efetiva participação docente nessa discussão que impactaria nas ações pedagógicas institucionais e; dúvidas sobre as verdadeiras vantagens com a transformação.

Foi também discutido, nessa mesma reunião, o abandono do projeto de transformação em UT. Seguiram-se os questionamentos, novamente em tom de incertezas: a obrigatoriedade da oferta de 50% para cursos técnicos; a oferta de 20% em licenciaturas e o contingente de docentes necessários para suprir a demanda desses cursos; os IFETs serem comparados às Universidades apenas para efeito de regulação, supervisão e avaliação. Houve ainda a discussão do fato dos TAEs não poderem ser candidatos a reitor(a).

Em 6 de junho de 2007, a partir do relatado, foi organizada uma reunião pelo Assessor Pedagógico da unidade de **Jaraguá do Sul**:

Houve a participação de 80% dos servidores. Dos 20% que faltaram, apenas 6,5% não apresentaram justificativas legais e 8,5% estavam trabalhando no último dia de inscrições do exame classificatório do CEFET/SC (DISCUSSÕES NOS CÂMPUS SOBRE A TRANSFORMAÇÃO EM IFET, 2007)².

Na Unidade de **Jaraguá do Sul**, notou-se que os servidores também receberam a notícia da transformação com algumas dúvidas semelhantes às da Unidade de Florianópolis, dentre elas destacam-se: preocupações com o destino da carreira docente diante da nova institucionalidade, as questões orçamentárias e sua distribuição nos futuros campi e, também, o fato dos TAEs não poderem ser candidatos a Reitor(a).

Na unidade de **Joinville**, diferente do apresentado anteriormente, os relatos apareceram de modo mais sistematizado, as reuniões eram denominadas fóruns coletivos e observou-se nos relatos, pela primeira vez, a participação dos estudantes. Foi proposta uma agenda de debates dentro da unidade, coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento do Ensino. Os fóruns aconteceram entre os dias 23 e 30 de maio de 2007, e 06 e 14 de junho de 2007. Na análise do documento, não foi localizada a lista dos presentes.

Nessa unidade, a exemplo das anteriores, muitas incertezas foram levantadas a respeito da transformação, dentre as quais, destacam-se: a preocupação com a nova distribuição orçamentária, como seria feita a escolha do novo reitor/a, como se daria o processo de ampliação do quadro de vagas dos servidores, perda do status de Centro Universitário e, também, preocupações em torno da carreira docente.

Durante o segundo fórum coletivo, foi encaminhado que os servidores teriam um momento de debate com DG do CEFET-SC, um representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e um dos seus advogados, a fim de que pudessem esclarecer as dúvidas levantadas durante as reuniões anteriores.

Deste modo, em 06 de junho de 2007, aconteceu o terceiro fórum na unidade de Joinville, com a presença da DG do CEFET-SC, Consuelo Aparecida Sielski Santos, do Presidente do CONCEFET, Luiz Augusto Caldas – CEFET-RJ, da representante do SINASEFE, Maria de Lourdes Cardoso e do docente Marcos Neves, da Unidade Florianópolis.

Foi apresentado pelo docente da unidade de Florianópolis pontos do Decreto que considerava controverso: o novo campo de atuação da nova instituição, a perda do status de Centro Universitário, e dúvidas a respeito da dotação orçamentária. O docente salientou que a manutenção do CEFET-SC e sua expansão fosse mantida neste momento, e que o MEC explicitasse de modo mais claro e objetivo a proposta para as novas instituições de EPT.

² Relato "Discussões nos campus sobre a transformação em IFET", disponibilizado em: <https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/discussc3b5es-nos-cc3a2mpus-sobre-decreto-6905-de-2007.pdf>. Acessado em dezembro de 2022.

O presidente do CONCEFET problematizou a forma aligeirada da publicação do Decreto, sem o devido debate com a rede, e afirmou que neste momento o CONCEFET ainda não tinha uma posição tomada. Fez a defesa do debate na rede e destacou como ponto positivo que a nova instituição poderia emitir diplomas de nível superior, o que não era possível aos CEFETs naquele momento.

A DG do CEFET-SC defendeu a transformação, destacando como vantagem a oferta de cursos de mestrado e doutorado que poderiam ser ofertados após a transformação. A representante do SINASEFE, de acordo com o relato, não apresentou colocações.

Um novo fórum aconteceu em 14 de junho de 2017, e percebeu-se que a discussão e as indagações seguiram a mesma direção dos encontros anteriores e conclui-se que a unidade ainda não tinha subsídios para uma tomada de posição naquele momento e que aguardaria a continuação do debate em rede.

Na unidade **Florianópolis-Continente**, o relato aponta novamente para dúvidas a exemplo das unidades anteriores, tais como: preocupações com a carreira docente, a mudança de nome novamente (última ocorreu em 2002), e falta de clareza do MEC na proposição de uma institucionalidade. Destacaram-se ainda, o tempo de trabalho na instituição (a Unidade Continente foi incorporada pelo CEFET-SC apenas no ano de 2008). O número de participantes não foi apontado no relato.

Na unidade de **São José**, que é a unidade descentralizada mais antiga do CEFET-SC (1990), o encontro para debater uma possível transformação ocorreu em 06 de junho de 2007. No evento houveram diversos questionamentos a respeito da nova instituição, tais como: dúvidas referentes à carreira docente, o abandono do projeto de UT, o receio com a obrigação de oferta de cursos ser 50% para cursos técnicos, e a proibição de TAEs assumirem o cargo de Reitor(a). Diante disso, aquele coletivo sugeriu que a DG do CEFET-SC procurasse mais respostas para dar subsídio para a comunidade acadêmica tomar sua decisão.

Apesar da proposta inicial da pesquisa estabelecer que a investigação ocorreria a partir da Chamada Pública 002/2007/MEC, julgamos pertinente apresentar os registros acima, pois verificamos que o início da discussão em torno da transformação institucional no interior do CEFET-SC ocorreu logo após o lançamento do Decreto nº 6095/2007, e que houve uma tentativa de consulta e de consenso entre as unidades descentralizadas por parte da DG.

Percebeu-se que, naquele momento, as discussões ocorreram de forma desordenada e coube à Direção de cada unidade encaminhar essa demanda como considerou adequado. Porém, é possível observar que a consulta pública da qual trataremos adiante, tem sua origem a partir desses retornos encaminhados pelas unidades, pois diante de tantas dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto, foi necessário organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica.

Podemos observar que a DG do CEFET-SC se posicionou de forma favorável a respeito da proposta de transformação institucional apresentada pelo MEC para a criação da nova institucionalidade. Baseado nesses registros, é também possível identificar esta como a primeira tentativa da DG em buscar apoio e consenso entre as unidades descentralizadas, o que não ocorreu.

Muitas eram as preocupações da comunidade acadêmica apresentadas nesses primeiros registros. Diversos temas são recorrentes em praticamente todas as unidades, tais como: carreira docente, escolha de reitor(a), engessamento da oferta por conta do cumprimento dos percentuais dispostos no Decreto, viabilidade do aumento no número dos servidores, abandono da ideia de UT. Esses temas foram tomando a centralidade do debate em praticamente todas unidades.

As questões de cunho político-pedagógico não foram o centro dos debates naquele momento dentro do CEFET-SC, assim como também não foi identificado esse debate dentro da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Questões a respeito de que tipo de oferta de EPT seria possível através da transformação não aparecem nos relatos, assim como não aparecem questões sobre a formação de docentes e servidores para atuarem nesse novo cenário institucional.

Destaca-se, também, que naquele momento, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), seção sindical do CEFET-SC, não apresentou um posicionamento a respeito da transformação, mesmo quando solicitado pela unidade de Joinville. Cabe ressaltar que as dúvidas a respeito da transformação confirmam o desconhecimento do Decreto e das intenções com a nova instituição pelos sujeitos da rede EPT, o que gerou, evidentemente, um clima de insegurança mesmo o proposto estando dentro do *métier* dos CEFETs, considerando que a nova proposição já contemplava parte da oferta dessas instituições.

De acordo com Silva, Silva e Santos (2014), o Colegiado de Administração do CEFET-SC, com o retorno das discussões realizadas nas unidades em mãos, colocou em pauta a discussão sobre a transformação em IFET entre os meses de setembro e outubro de 2007. Na reunião de novembro, portanto, foi estabelecida a metodologia que seria aplicada para mapear o posicionamento dos servidores e estudantes. Porém, as atas das citadas reuniões não foram localizadas e, por conta disso, o teor dessa discussão e encaminhamentos neste momento é desconhecido por nós.

Seguindo a ordem cronológica da criação dos IFETs, nesse contexto de dúvidas e incertezas, foi lançado pelo MEC em 12 dezembro de 2007, a chamada pública MEC/SETEC nº 002/2007 – Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), que tinha por objetivo analisar e selecionar propostas de constituição dos IFETs.

A chamada pública salientou aspectos já contemplados no Decreto nº 6095/2007:

1.2.1 – ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios do IFET; 1.2.2 – ofertar a educação básica, a licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação, lato e stricto sensu; 1.2.3 – orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável; e 1.2.4 – promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (MEC, 2007).

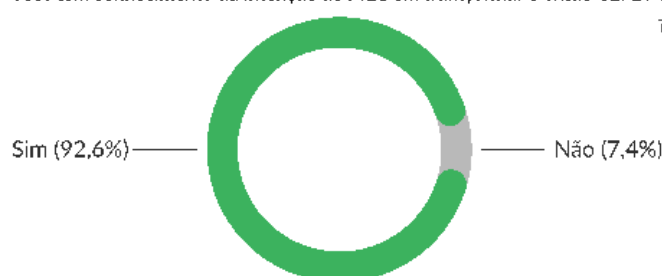
Apesar da similaridade entre as intenções já postas no Decreto para as instituições da rede EPT e, portanto, o teor minimamente já conhecido pela comunidade acadêmica, as instituições seguiram com muitas dúvidas, como relatam Silva, Silva e Santos (2014), e tiveram apenas 90 dias para encaminhar a sua proposta de transformação.

Portanto, considerando a data de lançamento da mencionada chamada e levando em conta o calendário escolar brasileiro, com período de férias agendadas sempre entre os meses de dezembro e janeiro para servidores e estudantes, esse tempo tornou-se ainda menor, restando apenas aproximadamente 50 dias para que a comunidade acadêmica se apropriasse e debatesse sobre as implicações da nova institucionalidade.

Quando indagamos os participantes da pesquisa acerca do conhecimento das intenções do MEC em transformar o CEFET-SC em IFET, foram obtidas as seguintes respostas (Figura 5):

Figura 5 - Você tem conhecimento da intenção do MEC em transformar o então CEFET-SC em IFSC?

Total: 81 respostas



Fonte - Dados da pesquisa

Percebe-se a partir das respostas dos participantes que, de fato, foi uma pauta que despertou e mobilizou interesse entre TAEs e Docentes. Neste momento, também já havia sido encaminhada uma primeira consulta às unidades, como citado anteriormente, para que as informações sobre as novas intenções do MEC passassem a fazer parte das discussões das unidades do CEFET-SC.

Quando questionamos os participantes da pesquisa sobre como haviam tomado conhecimento da intenção do MEC em transformar o CEFET-SC em IFET, obteve-se como respostas:

Já existiam diversas conversas pelos corredores, que sempre tomavam como base a UTFPR. Em 2008, a própria instituição divulgou em reuniões a notícia e na época a própria diretora do sistema visitou o campus, tornando público o debate (P84).

Pela divulgação no campus (na época, Unidade Florianópolis) pelos gestores e pelos representantes docentes nos órgãos colegiados (P65).

Através da direção do campus e direção do CEFET-SC (P77).

Pela Diretora geral na época (P18).

Acompanhando os projetos e ações do governo (P24).

A informação foi divulgada pela reitoria. Porém, naquela época, nós acompanhamos bem de perto as informações da SETEC/MEC (P28).

Por meio de várias reuniões que tivemos no campus (P10).

Pela publicação da legislação que transformava e dos debates que sucederam essa legislação (P31).

Através da direção da escola (P14).

Pela própria gestão no período (P07).

Através da própria instituição (P20).

Reuniões com a direção e servidores do campus Florianópolis (P48).

Observamos novamente que a própria DG colocou o assunto em pauta, ao fazer a primeira consulta às unidades, e que isso fomentou a disseminação das intenções do MEC naquele momento. Mas foi somente a partir da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, e com os prazos estabelecidos por ela, que o Colegiado de Administração do CEFET-SC reuniu-se em 13 de fevereiro de 2008, após as férias escolares, e estabeleceu a metodologia de consulta aos servidores e estudantes, além de ter estipulado um calendário de debate.

Nesse momento, o colegiado e os representantes do SINASEFE-SC propuseram que a decisão de transformação ou não deveria passar por deliberação da comunidade acadêmica e, portanto, foi determinada a realização de um plebiscito. Para a condução e coordenação deste plebiscito foi criada uma comissão, que contava com representantes da DG do CEFET-SC e do SINASEFE-SC.

Ficou também estabelecido o recebimento de teses, que seriam as proposições com argumentos para a transformação ou não do CEFET-SC em IFET, que poderiam ser enviadas por qualquer servidor ativo ou estudante, de modo individual ou coletivo, que seriam apresentadas nas unidades conforme calendário abaixo (Quadro 2):

Quadro 2 – Datas e horários para recebimento de teses por unidade.

<i>Unidade</i>	<i>Datas/Horário</i>
São José	25/02/08: matutino, vespertino e noturno
Joinville	26/02/08: vespertino
Jaraguá do Sul	26/02/08: noturno
Florianópolis	28/02/08: vespertino e noturno 29/02/08: matutino
Chapecó	03/03/08: noturno 04/03/08: matutino
Florianópolis-Continente	05/03/08: matutino
Direção Geral	05/03/08: matutino

Fonte – Dados da pesquisa

Ficou também estabelecido que, no caso do recebimento de mais de uma tese com o mesmo posicionamento, as mesmas deveriam se unificar a partir do comum acordo entre os proponentes. Deste modo, deveria ir para o debate nas unidades apenas uma tese para cada uma das situações, que eram: em defesa ou contrária à transformação do CEFET-SC em IFET.

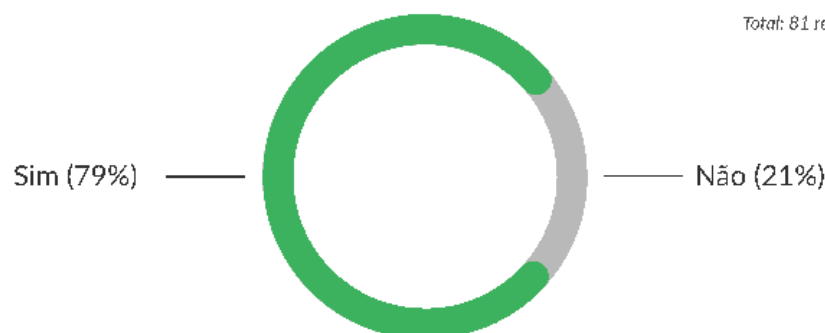
As datas estabelecidas para Consulta à Comunidade mediante plebiscito e direito a votação secreta foram os dias 28 de fevereiro na Unidade São José, e 6 de março de 2008 nas demais unidades e na DG. A contagem de todos os votos aconteceria apenas após o dia 06 março, quando finalizada a votação em todas as unidades.

Observando o calendário e a data para envio do projeto, em caso de aprovação da proposta (11 de março de 2008), verificou-se o modo aligeirado como a instituição precisou lidar com a chamada pública. No caso do CEFET-SC este tempo ficou ainda menor, considerando o recebimento das teses, os debates em todas as unidades, o plebiscito e a escrita do projeto. O envio da proposta final para o MEC, em caso de transformação em IFET, era 11 de março de 2008.

Perguntamos aos participantes se lembravam de como o processo de transformação foi colocado em debate (Figura 6):

Figura 6 – Você lembra como foi colocada na sua unidade a transformação do CEFET em IFET?

Total: 81 respostas



Fonte – Dados da pesquisa

Observamos que, quinze anos após a transformação da rede EPT em IFs, uma parcela dos servidores que vivenciou a transformação já não recorda mais como ocorreu o debate institucional.

Quando indagados sobre a condução desse debate, temos descrições bastante divergentes que evidenciam como o processo ocorreu sob tensionamentos que possivelmente trouxeram consequências para a implementação da nova instituição:

Eu lembro que não havia muita alternativa. Foi dada a opção de manter-se CEFET, mas sabia-se que seria uma instituição a ser extinta com o tempo. Lembro que apenas o Rio de Janeiro decidiu manter [P06].

Foi para inglês ver! A maioria da comunidade era contrária à transformação. Na verdade, centros universitários, como éramos até então, possuem muito mais autonomia e liberdade para propor cursos do que o PL que instituiu os institutos preconizava para o que seria o IFSC. A frase mais ouvida nas reuniões era "vamos assinar um cheque em branco e perder direitos". Mas a então reitora batia o pé, com o principal argumento de que "não receberíamos verba se não concordássemos com a transformação e nosso orçamento ficaria à míngua" (P11).

De forma direcionada, como se fosse a grande melhora (P12).

Todos tínhamos poucas informações, a antiga diretora geral reuniu todos os servidores da unidade e falou somente das vantagens em se tornar instituto. Teríamos reitores e pró-reitores e também muito mais códigos de vagas. Não foi informado que estes códigos de vagas estariam atrelados a novos cursos de licenciatura, que não era o perfil da nossa instituição. Perguntas contrárias aos interesses da direção geral eram minimizadas, o que importava era a quantidade de FG que receberíamos a mais. Não foi disculpado a autonomia, o perfil e o objetivo da nossa instituição (P18).

Tivemos pouco debate, veio por resolução do MEC (P84).

Ocorreram reuniões departamentais para esclarecimento do processo e vários debates sobre o assunto. Foram realizadas assembleias com a participação da comunidade acadêmica e defesas prós e contras a transformação, culminando em uma votação para aceitação ou não do processo. Acredito que o processo foi democrático, permitiu que todos se manifestassem e resultou na decisão da maioria. Porém, havia uma resistência grande para a transformação, visto que muitos desejavam a transformação em universidade (P81).

Os debates foram amplos, pois havia muita dúvida sobre a efetividade das propostas de transformação, considerando que a ETFSC tinha 100 anos e estava consolidada (P77).

Foi uma conversa em auditório ampla e aberta, o processo foi tranquilo (P61).

Foi um debate bastante democrático, ambos os lados puderam produzir uma tese (P16).

Reuniões no auditório e nos departamentos. Acredito que foram conduzidos de forma correta (P20).

Podemos perceber, a partir dos relatos, que parte dos participantes acredita que o debate para transformação ocorreu de modo bastante tranquilo, enquanto que uma outra parcela questiona o direcionamento dado pela DG.

Com as regras estabelecidas para o plebiscito, foram recebidas apenas duas teses, uma favorável à transformação e outra contrária. A tese favorável à transformação foi assinada por todos os gestores das unidades do CEFET-SC na época, e a tese contrária a transformação foi assinada por um grupo de 8 docentes de diferentes departamentos da unidade de Florianópolis.

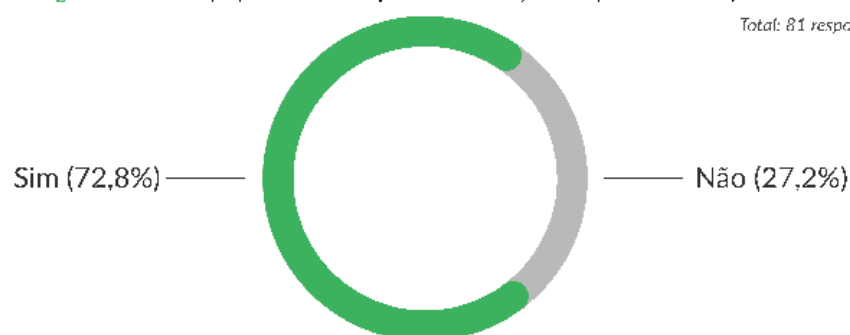
A tese favorável defendia a transformação em IFET e era intitulada **“O credenciamento do CEFET-SC como IFET-SC: a necessária e oportuna evolução institucional”**. A tese utilizava como argumentos principais: a possibilidade de expansão e consequentemente a oferta de EPT para mais cidades em Santa Catarina; a ampliação dos itinerários formativos; maior autonomia administrativa e pedagógica, enfatizando o modelo administrativo descentralizado e como cada unidade se beneficiaria desse modelo; identidade institucional assegurada, tendo em vista as ofertas de cursos técnicos terem assegurados 50% das matrículas; fomento à pesquisa e a recursos antes destinados apenas às universidades e; a reestruturação do plano de carreira docente com perspectivas de equiparação com a carreira docente das universidades.

A tese contrária, intitulada **“Consolidar o CEFET como parte da política pública de Estado em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e garantir sua autonomia”**, apresentou os seguintes argumentos para a não efetivação da transformação: preservação da identidade institucional, que não estava garantida com a transformação; a nova instituição não acrescentaria novidades a já existente estrutura acadêmica do CEFET-SC; dúvidas sobre a verdadeira intencionalidade do MEC em reorganizar a rede de EPT, visto que o CEFET-SC não passaria por essa reformulação, pois manteria sua atual estrutura de unidades e; a expansão não deveria estar atrelada à transformação, visto que isso não estava garantido.

Sobre como os participantes da pesquisa se apropriaram das teses apresentadas (Figura 7):

Figura 7 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?

Total: 81 respostas



Fonte - Dados da pesquisa

Observamos que uma parte considerável dos servidores que participaram da pesquisa tiveram conhecimento das teses apresentadas, e que uma parcela menor não conseguiu se apropriar das teses defendidas. Alguns fatores podem ajudar na compreensão da não apropriação por parte destes servidores, tais como: o curto espaço de tempo que a instituição teve para o debate e o recém-ingresso de servidores na instituição ou com pouca ou nenhuma familiaridade com a EPT.

A respeito dos entendimentos sobre as teses apresentadas, perguntamos aos participantes quais eram suas percepções:

A tese favorável estava em alinhamento com o progresso e avanços na EBT, efetivamente pela não transformação em universidade tecnológica; enquanto a tese contrária continha o risco de não apoio financeiro pelo MEC, não expansão, mas com a perspectiva de continuidade do pleito de transformação em universidade tecnológica, a exemplo da UTFPR (P09).

Ainda que com restrições, meu entendimento era de que a instituição deveria avançar, porém restringindo seu campo de atuação única e exclusivamente na formação profissional (P03).

Sempre achei que era positiva a transformação, porque vim da universidade (P22).

A verticalização institucional traria grandes benefícios, em especial ao campus Jaraguá do Sul, que existia desde 1994, e até então era uma Unidade Descentralizada do Campus Florianópolis. Nem orçamento próprio tinha (P16).

Uma tese defendia a transformação em Instituto Federal e a possibilidade de interiorização, com a ampliação do número de campus inclusive em regiões onde nunca havia tido Educação Pública Federal, por exemplo: no oeste de Santa Catarina. A outra tese era contrária e não concordava com a ampliação da Rede Federal (P19).

Meu entendimento foi de que a transformação em IF era um caminho natural para a estruturação da instituição (P28).

Sempre entendi que a tese contrária era mais movida por dúvidas do que por convicções. Dúvidas relacionadas à questão orçamentária, autonomia institucional e à nossa identidade institucional. Já com relação à tese favorável, existiam muitas vantagens apresentadas. Vantagens que previam a internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas, e a interiorização e criação de novos campi (P29).

Tinha o entendimento favorável, pois as mudanças propunham o fortalecimento do ensino técnico com definição de parâmetros estabelecidos quanto a percentuais de matrículas na rede. Isso trouxe mais segurança para esta parcela de cursos que estavam em um processo de sucateamento devido a instituições da rede antiga que faziam a mudança direta para somente os cursos de nível superior (P33).

Percebi que a tese favorável apresentava a possibilidade de oferta de cursos superiores, considerando o itinerário formativo; falava-se em transformação em UTF. A tese contrária avaliava a questão orçamentária, argumentando que não haveria orçamento para suportar a mudança (P39).

Da leitura de ambas e das discussões que naturalmente faziam parte das atividades de trabalho, inclusive com os segmentos dos campus, e pelo conhecimento dos processos administrativos inerentes ao meu cargo, meu entendimento era de que a transformação seria benéfica e garantiria a continuidade da missão institucional, inclusive abrindo espaço para ampliação da oferta para além do nível médio de escolaridade. Eu acreditava que a expansão institucional e a ascensão para uma estrutura organizacional idêntica à das universidades poderia trazer oportunidades às diversas categorias profissionais na instituição (P02).

Ambas tinha pontos positivos e negativos, porém a tese de transformação em IFSC era a tese que teria garantia de implementação, enquanto que a tese contrária, de tentar se transformar em universidade, era totalmente improvável (P81).

A transformação em IFSC oportunizaria a oferta de outras modalidades de ensino, em especial os cursos de graduação (P71).

Que este processo não teria retrocesso, a rede dos IFS existiria de qualquer forma (P61).

Conclui na época, que a opção pró IFET beneficiaria mais a instituição e a sociedade como um todo, e que se continuássemos como CEFET correríamos o risco de tornarmos uma instituição obsoleta (P50).

Que não havia muita alternativa, visto que os recursos financeiros estavam atrelados à mudança (P34).

A partir dos trechos acima, percebe-se que as inseguranças iniciais, de meados de 2007, vão dando lugar a novos olhares. Os sujeitos começaram a vislumbrar as vantagens e novas possibilidades que a transformação poderia trazer à instituição. Aqui, já é possível identificar que as apresentações das teses tiveram um papel fundamental para o convencimento da comunidade acadêmica no que diz respeito à transformação e à busca por um número maior de sujeitos em consenso.

Aos poucos, a ideia de transformação em UT foi ficando distante e improvável, dando lugar ao novo projeto do MEC. É possível ainda constatar nos trechos acima os argumentos utilizados na tese favorável, tais como: possibilidade de oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabelecidos); expansão institucional e, como sequência, aumento do número de matrículas; interiorização da rede; ampliação orçamentária e de número de servidores. Esses foram apresentados pelos servidores como pontos favoráveis à institucionalidade.

Podemos perceber que o debate em torno do ensino técnico, que se transformaria na maior fatia de oferta a partir dos critérios estabelecido pelo Decreto, não teve destaque por parte de nenhuma dessas teses. Isso provavelmente repercutiria nos argumentos que a própria comunidade construiu para aceitar e pensar a nova instituição e, conseqüentemente, implicaria na implantação do novo projeto.

Entretanto, também foi possível observar que uma parcela dos participantes apresentou os destinos do ensino técnico como uma preocupação e que os percentuais estabelecidos para esse tipo de oferta contribuiria para que esses sujeitos também passassem a apoiar a transformação institucional.

Reserva de vagas para os cursos técnicos, expansão da rede (P33).

Garantia de 50% de oferta em cursos técnicos e promessa de mais investimentos (P52).

Mais investimento nos cursos técnicos (P25).

O aspecto do crescimento e desenvolvimento do ensino técnico e seu papel na construção e renovação da instituição (P66).

Continuidade no atendimento ao nível médio integrado com a verticalização do ensino (P75).

[...] e a garantia de manter o ensino técnico (P81).

Identificou-se que os pontos de tensionamento iniciais enfatizados pela tese contrária, irão persistir, mesmo quando perguntados quinze anos depois da transformação:

Pleno entendimento das duas teses. A tese de transformação do CEFET em IF era uma reprodução dos argumentos do MEC quanto à reestruturação da Rede Federal e a tese de manutenção do CEFET se apresentou como uma reação à imposição do MEC, que desconsiderou a trajetória que a instituição vinha desenvolvendo (P67).

Considerava que as duas teses apresentavam pontos que favoreciam à instituição, porém, a tese contrária à transformação do CEFET-SC em IFET me parecia mais realista, uma vez que não se sentia confiança no futuro jurídico e orçamentário que se apresentava. Eu considerava que deveria ser firmada a identidade do CEFET-SC, que, inclusive, tinha pouco tempo de efetivação (P82).

Eu não tinha nenhuma opinião formada a respeito, pois estava chegando na instituição. A sensação que eu tinha era de que havia mais coisas em jogo do que eu conseguia captar com tão pouco tempo não só de casa, como de aproximação com a EPT. Também não estava claro para mim qual a real diferença entre ser CEFET e ser IFET, parecia que o que se vislumbrava com a transformação já era uma realidade no CEFET (P69).

Para uma resposta muito resumida: NENHUMA argumentação apresentada a favor da criação dos institutos não poderia ser implementada em um CEFET. Não havia a menor necessidade de virarmos instituto! Bastaria que o Governo procedesse com os investimentos que dizia querer fazer no CEFET-SC ou nos promover a UTFSC, como era a vontade de muitos!!!! Para mim, a única lógica que permeia tudo isto foi política e aparelhamento do Estado (P11).

As teses estavam bem fundamentadas e certamente contribuíram para estimular a reflexão sobre o tema. No entanto, a proposta de transformação institucional, como não poderia deixar de ser, trazia alguma incerteza. De certa forma, tanto os benefícios (destacados na tese favorável) quanto as ameaças (destacadas na tese contrária) eram mais expectativas e inferências do que situações concretas. A tese contrária usou a metáfora do "cheque em branco"; a tese favorável procurava associar a transformação ao processo de expansão e à evolução da rede de ensino tecnológico (P48).

Pelo que me lembra, a tese a favor falava sobre os benefícios que a mudança traria para a instituição (mais investimentos e possibilidade de oferecer novos cursos), e a tese contrária falava em consolidar o CEFET-SC e que a mudança havia sido pouco discutida (P36).

O meu entendimento é que a instituição não deveria mudar de forma abrupta, desde sua denominação, seus objetivos institucionais e outros (P14).

Éramos pouco esclarecidos e a direção geral e local pressionavam para votar favorável (P18).

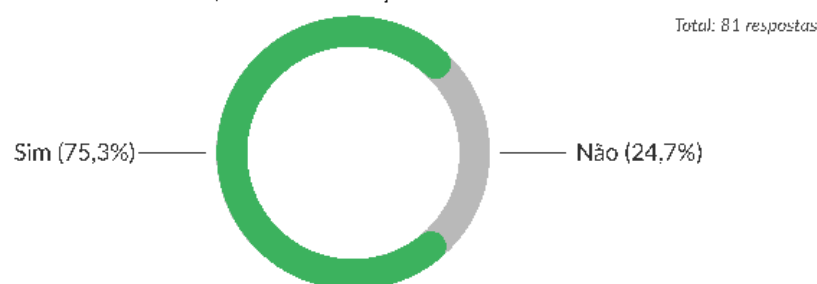
Existia uma "tendência" para que todos virassem IFs mas também uma resistência quanto a perda de identidade (P21).

Uma parte dos servidores segue fazendo a defesa pela manutenção do CEFET-SC, pois considerava a transformação uma imposição do MEC, assim como argumentam que o leque de ofertas proposto já estava contemplado naquela configuração institucional. Outro fator apontado por essa parcela dos participantes é a preocupação com a identidade institucional que poderia sofrer prejuízos em função de mais uma mudança de nome num curto espaço de tempo. Também se percebe que a ausência de algumas respostas por parte do MEC para a Rede Federal como um todo contribuiu com o clima de desconfiança frente ao novo projeto.

Dentro deste cenário e, a partir dos argumentos apresentados pelas duas teses, após a apresentação e debates em todas as unidades, conforme calendário já apresentado anteriormente, ocorreu a consulta pública envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica no dia 28 de fevereiro de 2008, na unidade de São José, e no dia 06 de março nas demais unidades.

Quando questionados se participaram ou não da consulta pública, tivemos as seguintes respostas (Figura 8):

Figura 8 - Você participou da votação na consulta pública realizada em 28 de fevereiro de 2008 na unidade de São José, e no dia 06 de março de 2008 nas demais unidades?



Fonte - Dados da pesquisa

Verificamos, deste modo, que apesar de 92,6% (Figura 5) dos participantes da pesquisa possuírem conhecimento da intenção de transformação apresentada pelo MEC, ainda assim teremos um montante de 24,7% destes que não participaram da consulta pública ocorrida na instituição.

Ainda, quando perguntados se conseguiram se apropriar das teses e discussões apresentadas, tivemos como resposta (Figura 9):

Figura 9 - Você se apropriou das teses apresentadas e defendidas para a consulta pública?



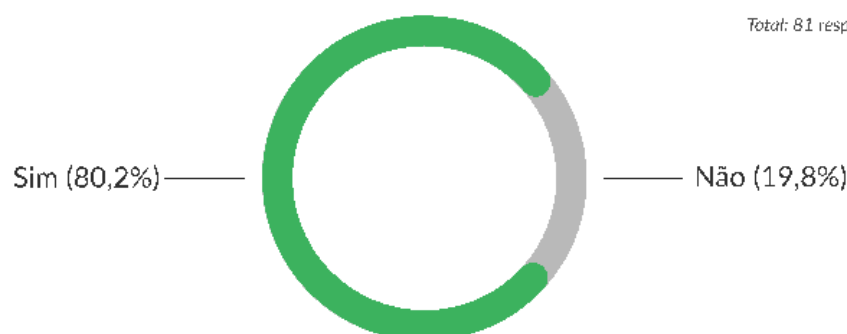
Fonte - Dados da pesquisa

Acredita-se que a participação na consulta pública evidencia o modo como o participante conseguiu se apropriar das teses apresentadas ou não. Acredita-se que os servidores que não conseguiram, por algum motivo, se apropriar das discussões vigentes não se sentiram parte do processo e, portanto, não participaram da votação. Lembrando que os participantes citados nos gráficos acima representam uma parcela da comunidade acadêmica, já que o grupo de participantes são apenas os servidores públicos, docentes e técnicos administrativos em educação daquele momento.

A contagem de votos ocorreu em 07 de março na unidade de São José e teve como tese vencedora a que defendia a transformação em IFET. Tal tese contou com 76,06% dos votos, enquanto que a tese contrária obteve 21,14% dos votos. O resultado da consulta pública de 2008 se aproxima do resultado obtido por meio das respostas dos participantes desta pesquisa sobre a opção de voto naquele ano (Figura 10).

Figura 10 – Você foi favorável ou contrário à criação do Instituto Federal?

Total: 81 respostas



Fonte – Dados da pesquisa

Sobre as expectativas e os pontos relevantes que foram decisivos para os servidores se posicionarem a favor da tese vencedora, destacamos alguns depoimentos que, inclusive, irão se repetir entre diversos participantes:

Mais recursos e ampliação de oferta de ensino (P08).

As possibilidades que um instituto teria em relação ao antigo formato da instituição (P15).

No meu ponto de vista, pertencer a uma rede nos traria mais força e investimentos. Não mudar parecia arriscado sob o ponto de vista político/institucional (P21).

O ponto relevante foi que a transformação em IF criaria um novo modelo de instituição, abrindo a possibilidade de expansão e verticalização do ensino (P28).

A internacionalização, a ampliação orçamentária e de vagas, e a interiorização e criação de novos campi. Na verdade, pra mim, significava o fortalecimento institucional e a criação de uma Rede Federal (P29).

A possibilidade de expansão da rede e a construção de uma identidade própria, além do alinhamento com a garantia de manutenção de cursos técnicos (P09).

Financeiro/econômico e a inserção do ensino tecnológico (P24).

Financeiro e possibilidade de termos mestrado (P34).

Avaliei na época que a mudança traria benefícios para a instituição, como a possibilidade de oferecer novos cursos e de receber mais investimentos do Governo Federal (P36).

Melhor estrutura administrativa, expansão da oferta educativa e de campi, carreira própria para os servidores (P38).

Investimento, autonomia, reconhecimento e maior possibilidade de oferta de cursos e vagas para a comunidade (P45).

A meu ver, a instituição poderia melhorar continuamente e atender sua missão quer se transformasse ou não. Minha opção foi essencialmente pragmática. Entendi que havia um movimento forte do MEC nesse sentido e me pareceu melhor para a instituição seguir por esse caminho. A transformação traria novas oportunidades e possibilidades, teríamos uma instituição mais articulada ao movimento em curso. Em suma, vi a transformação mais como uma oportunidade e um bom desafio do que como uma ameaça. Por outro lado, ficar "preso ao passado" me pareceu mais arriscado (P48).

Ampliação da oferta, alinhamento com o Governo Federal, permitindo abrir-se a mais vantagens em vários campi. caso contrário, correríamos o risco de nos tornarmos obsoletos além de que, de alguma forma indireta, poderíamos ser penalizados pelo então Governo Federal ou pelo menos deixados em segundo plano em relação a nova rede de institutos (P50).

O fato da instituição se tornar uma instituição de ensino superior e poder ampliar a sua oferta de curso. Isso me pareceu importante para ampliar o atendimento aos diferentes públicos (P54).

Ao observarmos os apontamentos dos participantes, constatamos que a ampliação dos recursos orçamentários prometidos pelo MEC estão entre os argumentos que mais vão aparecer, assim como as questões relativas à ampliação de oferta de nível superior estarão presentes dentro das expectativas criadas para a nova instituição. Vale ressaltar que esses são os argumentos também utilizados na tese favorável e que, de alguma maneira, vai colaborar para influenciar na decisão da comunidade.

A parcela de servidores que votou contra a transformação institucional vai seguir apresentando os argumentos também postos durante todo o processo de debate e votação, destacando a perda de autonomia e os percentuais estabelecidos no Decreto como desvantagens na transformação:

Não havia integração do CEFET-SC com as outras autarquias federais que atuam na educação profissional e tecnológica em Santa Catarina; escolha do reitor e vice-reitor piorou no IFSC; perda de autonomia (P10).

O principal: perdermos autonomia para decidir quais cursos e modalidades queremos ofertar. A PL dos institutos engessou bastante a oferta. Em segundo, a inviabilização do percurso natural para o CEFET-SC: virarmos uma Universidade Tecnológica, com um grande e eficiente Colégio de Aplicação (P11).

A instituição perde a autonomia se tornando ferramenta do MEC (P18).

Observa-se que a perda de autonomia vai configurar como umas das principais causas para os que defendiam a tese contrária. Além disso, os percentuais estipulados pelo Decreto estabelecendo que metade de toda a oferta institucional será em forma de cursos técnicos vai motivar a não adesão desta parcela dos participantes. Ressalta-se que, nos modelos existentes de UT, esse percentual não foi colocado, deixando a instituição com mais flexibilidade para a escolha de seu leque de ofertas dentro da EPT.

Quando questionamos os participantes sobre quais os aspectos inovadores no projeto institucional apresentado pelo MEC, observamos que os argumentos apresentados seguiram apontamentos semelhantes aos já apresentados como justificativa para aprovação da transformação em IFET. Percebe-se que a promessa de ampliação do nível superior vai, deste modo, acomodando as pretensões dos servidores. A possibilidade de ampliação da pesquisa e da extensão também estará ligado ao aspecto inovador esperado pelos participantes:

Pois definia a vocação dos institutos de forma legal e também abriria mais espaço para pesquisa (P06).

Por ser um modelo de êxito de instituição de ensino, no que se refere a atender o ensino, a pesquisa e a extensão (P14).

Acredito que trouxe muita inovação sim. Iniciamos vários projetos novos nas frentes de pesquisa e extensão, bem como a criação direta de novos cursos (P21).

Eu considere necessário. A criação dos IFs possibilitou reestruturar todos os setores da instituição, desde a oferta de vagas até a gestão da escola (P28).

Pois nos transformaria em uma rede de ensino médio, mais ensino profissionalizante importante, e com possibilidade de ter cursos superiores e se tornar reconhecido (P35).

Sim, pela possibilidade de oferta de cursos de outros níveis (P39).

Em alguns aspectos, sim. Por exemplo, a ideia de uma instituição com múltiplos campi, articulada aos arranjos produtivos locais, trabalhando com os diversos níveis de formação profissional (P48).

Sim, porque diversificava a oferta e acreditava que esta opção abriria mais a pesquisa e a extensão na instituição (P50).

Sim, pois fortaleceria o ensino técnico e teria uma formação voltada para o setor produtivo, permitindo a pesquisa aplicável e deixando a pesquisa científica a cargo das universidades (P81).

Sim, porque estenderia aos institutos federais a possibilidade de trabalhar com educação superior e gerar estudos de pós-graduação (P84).

Observamos até aqui que a criação desta nova instituição também esteve ligada ao projeto de UT, pois mesmo o Governo Federal adicionando ao Decreto percentuais que deveriam ser cumpridos pela instituição, manteve-se a possibilidade de ampliação de oferta de nível superior, que naquele momento encontrava-se em torno de 10% de toda oferta. Com a nova configuração institucional, esse percentual poderia chegar até 30% o que, de certo modo, pacificou parte dos desejos criados anteriormente.

As discussões em torno das questões político-pedagógicas naquele momento não ocupam uma centralidade no debate, seja no interior do MEC ou na SETEC, como já identificado por diversos pesquisadores que realizam estudos nesta área. Deste modo, esse cenário irá se repetir no interior do CEFET-SC, como observado nos argumentos apresentados pelas duas teses, que serão os principais elementos que irão compor essa discussão. De todo modo, indagamos os participantes sobre suas expectativas acerca do fortalecimento das ofertas já vigentes no CEFET-SC:

Eu entendia que teríamos a mesma força nos cursos já existentes, mas com potencial para ampliação das ofertas de ensino para outros níveis como graduação e pós-graduação (P06).

Sim, por que nos equiparamos às universidades (P22).

Sim, porque seriam ofertados em diversos níveis, desde a educação básica até a pós-graduação (P50).

Acreditava que essa transformação aumentaria nossa estrutura, inclusive de pessoal (P21).

Sim. Haveria incentivos para a ampliação da rede e fortalecimento da marca (P27).

Sim, ampliação dos cursos superiores e abertura de cursos de pós. Melhorar o acesso a recursos CAPES/CNP (P73).

Ao observarmos os depoimentos acima, percebemos que novamente as expectativas criadas com a nova instituição seguem versando sobre as possibilidades de ampliação de oferta de nível superior e sobre o status administrativo de universidade, sem destaque às preocupações didático-pedagógicas ou conceituais da EPT.

Também perguntamos aos participantes se as concepções de educação profissional estiveram presentes nesse momento de debate:

Em parte sim, mas o que de fato estava em jogo era a liberação de recursos financeiros, isto é, a decisão final foi tomada com base no financeiro, não tanto pelo acadêmico ou pedagógico (P09).

Sim. Principalmente a questão de percentuais de oferta em diferentes níveis de formação (P28).

Não foram muito aprofundados esses temas. Talvez pelas dúvidas, medos e incertezas que eram mais fortes naquele momento. Queríamos fazer o certo e o melhor para a instituição. Isso era uma decisão e uma responsabilidade muito grandes (P29).

Nessa questão, a expansão física exagerada da rede e as questões burocráticas de gestão açodaram as possíveis e necessárias discussões sobre "educação" (P31).

Muito superficialmente, pois existiam dúvidas sobre o modelo a ser adotado e suas condições de funcionamento (P64).

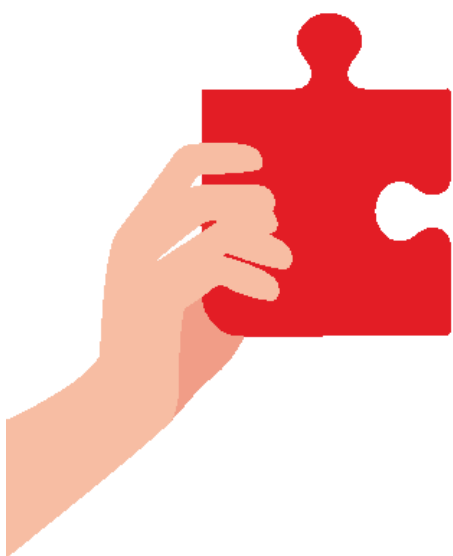
Podemos observar a partir dos relatos acima, como já constatado anteriormente, que as questões orçamentárias irão compor grande parte dos debates a respeito da nossa organização institucional. O Decreto nº 6095/2007, por trazer poucos elementos a respeito do funcionamento dessas novas instituições, favoreceu que essas dúvidas tomassem a centralidade desse debate e, deste modo, o novo modelo EPT proposto pelo governo apareceu de modo secundário.

Foi dentro desse contexto de dúvidas e incertezas, mas também com o apoio de uma parcela significativa da comunidade acadêmica, que foi enviado em março de 2008 pela DG o projeto de transformação de CEFET-SC em IFET.

É interessante ressaltar que as Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais foram lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, ou seja, as instituições enviaram seus projetos de aderência à Chamada Pública 002/2007/MEC sem o conhecimento desse documento e, portanto, sem o efetivo debate sobre o seu teor dentro das instituições.

Foi somente em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, que foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Rede é composta pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) (estes não quiseram aderir aos institutos, pois pretendiam transformar-se em Universidades Tecnológicas, como aconteceu com o CEFET-PR) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A Lei que criou os institutos organizou uma nova estrutura, agregou instituições com diferentes identidades, e sua estrutura ficou semelhante à das Universidades, com muitas características em comum principalmente no que se refere à regulação, à avaliação e à supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. Os Institutos exercem o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.



Considerações Finais

04

04 – Considerações Finais

A partir dos documentos internos institucionais, dos relatos e atas, foi possível identificar que o debate interno no CEFET-SC teve início já em meados de junho 2007, um mês após o lançamento do Plano de Metas e da publicação do Decreto nº 6095/2007, e não apenas com a Chamada Pública 002/2007/MEC, datada de dezembro de mesmo ano, como pensado inicialmente.

Apesar das escassas informações disponibilizadas pelo MEC sobre a reorganização da rede federal EPT, a Direção-Geral do CEFET-SC vai de algum modo buscar um consenso entre as suas unidades descentralizadas e as comunidades acadêmicas a respeito da adesão ao novo projeto do governo, porém ainda sem sucesso neste primeiro momento.

Além disso, percebeu-se que o projeto de transformar-se em UT a exemplo do ocorrido com o CEFET-PR no final de 2005, vai permear as expectativas e os entendimentos dos servidores do CEFET-SC durante o processo de transformação em IFSC, visto que o aumento da oferta de cursos de nível superior, bem como as possibilidades de ampliação de projetos de pesquisa e extensão, foram utilizados como um dos principais argumentos para o apoio à transformação.

Diante desse contexto, as expectativas e os entendimentos iniciais dos sujeitos que participam desse processo é de dúvidas e até de resistência, pois tratava-se de um projeto desconhecido, elaborado num curto espaço de tempo, e que vai contrariar as expectativas de transformação em UT.

Após a tentativa inicial da Direção-Geral do CEFET-SC junto das unidades descentralizadas para apoio do processo de transformação institucional e o retorno negativo frente à transformação, foi estabelecido por esses dirigentes uma consulta pública junto à comunidade acadêmica, que vai de algum modo colaborar para o aprofundamento do debate sobre a nova institucionalidade e será um fator de relevância para a ampliação do apoio dos servidores. De todo modo, segue sendo um debate aligeirado, considerando o curto espaço de tempo imposto pelo MEC para adesão do novo projeto.

É possível apontar que a consulta pública realizada no CEFET-SC tem sua origem a partir do retorno encaminhado por essas unidades, pois diante de tantas dúvidas e incertezas geradas pela publicação do Decreto, foi necessário organizar uma estratégia de convencimento junto à comunidade acadêmica. A apresentação das teses e seus desdobramentos terão papel fundamental para a aprovação da tese favorável.

Observamos ainda que, mesmo a proposta vencedora sendo a opção favorável para a transformação em IFET, esse processo no interior do CEFET-SC foi marcado por tensões que ainda sobrevivem nos relatos sobre esse momento institucional.

Também observamos que as expectativas a respeito da nova instituição giraram em torno principalmente das possibilidades do aumento da oferta de cursos superiores (mesmo com os percentuais estabelecidos na lei), da expansão institucional e, como consequência, do aumento do número de matrículas, da interiorização da rede, e da ampliação orçamentária e de número de servidores.

Entende-se, desta maneira, que o projeto de UT apesar de abandonado pelo MEC, pelos gestores do CEFET-SC e pela maioria dos servidores que participaram da consulta pública, vai encontrar nessa nova organização possibilidades de ser executado, ao menos em partes.

Notamos que o debate a respeito da oferta dos cursos proposta pelo MEC, bem como as questões pedagógicas sobre EPT, ocuparam um lugar secundário nas expectativas e entendimentos.

Destacamos ainda, que as Concepções e Diretrizes para os Institutos Federais foram lançadas pela SETEC apenas em junho de 2008, deste modo, a adesão dos CEFETs à Chamada Pública 002/2007/MEC já havia ocorrido. Assim, as concepções descritas neste documento não fizeram parte do debate de transformação institucional.

REFERÊNCIAS

05

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina**, reed. rev. e atual, Florianópolis: Ed. do IFSC, 2010. 234 p., il.

Disponível em:

http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/publicacoes/livros%20do%20ifsc/livro%20100anos_2016.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

IFSC. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia, Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Florianópolis, 2020. Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/pdi-2020-2024>. Acesso em: 08 mai. 2021.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Universidade tecnológica e redefinição da institucionalidade da educação profissional: concepções e práticas em disputa. In: MOLL, J. e Colaboradores. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010, v. único, p. 141-158.

RIBAS, Fernando Cesar Fiorini. **As competências dos administradores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: uma perspectiva sobre o concurso público e a avaliação de desempenho**. 2013. 244 p. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PPAU0172-D.pdf>.

SILVA, Jesué Graciliano da; SILVA, Marcelo Carlos da; Sielski, Consuelo Aparecida. **Transformação do CEFET em IFSC: Concepções, Conquistas e Desafios**. 2014. Disponível em: <https://transformacaodocefetscemifsc.wordpress.com/>. Acesso em 21 Abril de 2021.

